



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 199 – TERÇA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO- PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes- PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO- PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sihessarenko – BLOCO- PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO- PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO- PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</p> <p>LÍDER Tião Viana - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio ArnsPT Ideli Salvatti-PT</p> <p>LÍDER - PL Magno Malta</p> <p>VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>LÍDER Renan Calheiros Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas BorgesPFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL</p> <p>LÍDER – PFL José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LIDER – PSDB Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>LÍDER Jefferson Péres</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloísio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya GomesPPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 926 de 2003

Aprova o ato que outorga permissão à RA Sistema de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.218, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão à RA Sistema de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 927 de 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Campos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 413, de 20 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural de Campos, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 928, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Coroados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de julho de 1992, que renova, a partir de 17 de março de 1988, a concessão outorgada à Rádio Difusora Coroados Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de Dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 929, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura de Cerquilha FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerquilha, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.946, de 1º de outubro de 2002, que outorga permissão à Rádio Cultura de Cerquilha FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerquilha, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO nº 930 DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Voz da Promissão Mega FM de Divinópolis de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis de Goiás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 326, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Voz da Promissão Mega FM de Divinópolis de Goiás a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 931 DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Goianapolina de Desenvolvimento Artístico/Cultural – FM (AGDA–FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria no 110, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Goianapolina de Desenvolvimento Artístico/Cultural – FM (AGDA–FM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 932, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cantanhede (ACCCT/MA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 612, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cantanhede (ACCCT/MA) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantanhede, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 933, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de dezembro de 1994, que renova, a partir de 21 de junho de 1992, a concessão da Rádio Alvorada de Santa Cecília Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 934, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação das Donas de Casa de Itacarambi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 614, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação das Donas de Casa de Itacarambi a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 935, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 62, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 936 DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Germim Loureiro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 493, de 24 de agosto de 2001, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Germim Loureiro para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 937, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura do Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 576, de 24 de setembro de 2001, que renova, a partir de 6 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Cultura do Vale Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 938, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Rádio Difusora Astolfo Dutra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 345, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema de Rádio Difusora Astolfo Dutra Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 939, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere da Portaria nº 366, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 940, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube São Domingos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de maio de 1997, que renova, a partir de 7 de junho de 1993, a concessão da Rádio Clube São Domingos Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 941, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Formiguense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 1º de outubro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora Formiguense Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 942, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação João XXIII – Rádio Nova Era para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 628, de 24 de outubro de 2001, que renova, a partir de 20 de janeiro de 1996, a permissão outorgada à Fundação João XXIII – Rádio Nova Era para

explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 943, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Clevelândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de abril de 2002, que renova, a partir de 19 de maio de 1997, a concessão da Rádio Progresso de Clevelândia Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 944, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Miriam Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de abril de 2002, que renova, a partir de 10 de maio de 1994, a concessão da Rádio Minam Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

art. 2º este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 945, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Dom Juvenal Roriz para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de abril de 2002, que renova, a partir de 18 de maio de 1997, a concessão da Fundação Dom Juvenal Roriz para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, **José Sarney**, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 946, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora São Patrício Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de abril de 2002, que renova, a partir de 5 de julho de 1996, a concessão da Rádio Difusora São Patrício Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 947, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Garibaldi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de abril de 2002, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão outorgada à Rádio Garibaldi Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 948, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 490, de 26 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 949, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pontal de Nova Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de maio de 2002, que renova, a partir de 15 de junho de 1997, a concessão da Rádio Pontal de Nova Londrina Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 950, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Agudo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de maio de 2002, que renova, a partir de 11 de julho de 1997, a concessão da Rádio Agudo Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 951, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Alternativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guairá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 418, de 20 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Alternativa para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Guairá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 952, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.224, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís de Montes Belos, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 953, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Riwena Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.210, de 5 de julho de 2002, que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Riwena Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclu-

sividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 954, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Venâncio Aires Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de fevereiro de 2002, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Venâncio Aires Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 955, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nagib Haickel para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 486, de 26 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Nagib Haickel para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Codó, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 956, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Maravilha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2001, que renova, a partir de 10 de fevereiro de 1996, a concessão da Rádio Difusora Maravilha Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 957, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Fundesul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucuri, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere da Portaria nº 2.466, de 22 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Fundesul para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Mucuri, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 958, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaipu de Ourinhos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 273, de 7 de maio de 1997, que renova, a partir de 3 de janeiro de 1989, a permissão outorgada à Rádio Itaipu de Ourinhos Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 959, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Felicidade FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.092, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Rádio Felicidade FM Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 960, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Colombo do Paraná Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colombo, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de novembro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão outorgada à Rádio Colombo do Paraná Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colombo, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 961, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 197, de 25 de fevereiro de 2002, que renova, a partir de 24 de janeiro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Araguaia Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 962, DE 2003

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Senhor Bom Jesus dos Remédios para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 26 de março de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão outorgada à Fundação Cultural Senhor Bom Jesus dos Remédios, outorgada originalmente à Rádio Pajeú de Educação Popular Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 963, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Sotero para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.002, de 8 de outubro de 2002, que outorga permissão à Fundação João Sotero para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 964, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Valentin Bruzon, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de setembro de 2001, que outorga concessão à Fundação Valentin Bruzon para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 965, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Região de Visconde de Mauá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 519, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Região de Visconde de Mauá, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 966, DE 2003

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Arco Iris Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 78, de 12 de julho de 1999, que renova, a partir de 27 de fevereiro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Arco Iris Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003. – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 173ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 438/2003, de 21 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 772, de 2003, do Senador Romero Jucá. *O requerimento vai ao Arquivo.* 39491

Nº 522/2003, de 21 do corrente, do Ministro da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 823, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo. *O requerimento vai ao Arquivo.* 39491

Nº 1.757/2003, de 21 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 843, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. *O requerimento vai ao Arquivo.* 39491

Nº 2.162/2003, de 24 do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 691, de 2003, do Senador Marcelo Crivella. *O requerimento vai ao Arquivo.* 39491

1.2.2 – Ofícios do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Nº 1.662/2003, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 574, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. *O requerimento vai ao Arquivo.* 39491

Nº 1.663/2003, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 886, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia. *O requerimento vai ao Arquivo.* 39491

1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 1.084/2003, na origem, comunicando a aprovação da Emenda nº 3 oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 130, de 2003..... 39492

Nº 1.087/2003, na origem, comunicando a aprovação da emenda única oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2003 (nº 3.536/1993, na origem). 39492

1.2.4 – Ofício da Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia

Nº 2.605, de 17 de novembro do corrente, solicitando informações referentes ao Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 22, de 2001 (CPI das ONG's)..... 39492

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2003 (nº 2.353/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Região de Visconde de Mauá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. *À promulgação.* 39493

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 580, de 2003 (nº 2.683/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Arco Íris Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. *À promulgação.* 39493

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de aids”, para incluir nesse benefício os portadores dos vírus das hepatites e os doentes

tes com hepatites crônicas, apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À <i>Câmara dos Deputados</i>	39493	Jornal do Comércio , de Manaus, pelo transcurso do seu centenário.	39496
Recebimento do Ofício nº 4.521/2003, na origem, do Banco Central do Brasil, de 20 de novembro último, informando as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no semestre de abril a setembro de 2003 (Anexado ao processado da referida Resolução). À <i>Comissão de Assuntos Econômicos</i>	39493	Nº 1.545, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos atletas da Seleção de Vôlei do Brasil, pela conquista da Copa Mundial, realizada em Tóquio.	39496
Término do prazo, na última sexta-feira, com apresentação de cinco emendas que, por se referirem ao Substitutivo, serão lidos oportunamente, ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002-Complementar (nº 183/2001, na Casa de origem), que altera a lista de serviços anexa do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2003-Complementar). A matéria encontra-se em regime de urgência e constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã.	39493	Nº 1.546, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, pelo reconhecimento público, em relatório da FAO, de que, durante o seu governo, o Brasil foi um dos poucos países do mundo que conseguiram diminuir a fome.	39496
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos representantes de cada Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 203 – CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional. .	39494	1.2.8 – Discursos do Expediente	
1.2.6 – Ofícios		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Análise sobre o desvio de recursos públicos no estado de Roraima.	39497
Nºs 1.435 e 1.446/2003, de 26 e 27 do corrente, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar as Medidas Provisórias nºs 139 e 140, de 2003, respectivamente.	39494	SENADOR MÃO SANTA – Elogios ao projeto do Governo do Distrito Federal para valorização da terceira idade, no parque da cidade. Considerações sobre o governo Lula.	39506
1.2.7 – Leitura de requerimentos		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentário a artigo publicado na revista Veja , sob título “Paz, amor e Guerra”, sobre espionagem e perseguição para garantir a eleição do presidente Lula. Visita de fiscais do Ministério do Trabalho à chácara do Ministro Maurício Corrêa.	39510
Nº 1.540, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional as informações que menciona.	39494	SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Dia mundial da Luta contra a Aids... ..	39518
Nº 1.541, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona.	39495	SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Satisfação com a revogação da portaria 70 do Ministério da Agricultura, que impunha barreiras fitossanitárias à importação de coco ralado.	39519
Nº 1.542, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona.	39495	SENADOR HÉLIO COSTA – O Presidente Lula lança plano de ação para cumprir 21 metas para a infância e adolescência. Retomada pelo governo federal da distribuição de leite as Famílias pobres.	39521
Nº 1.543, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Vieira, ocorrido ontem, no Rio de Janeiro.	39495	1.2.9 – Leitura de projeto	
Nº 1.544, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao		Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2003, de autoria do Senador Jorge Bornhaursen, que altera as Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), 8.213, de 24 de julho de 1991 (que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências), e 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências) para incluir a cirrose hepática entre as doenças que dão direito aos benefícios de que tratam.	39522
		1.3 – Ordem do Dia	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputa-	

dos), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Não houve oradores na terceira sessão de discussão, em primeiro turno, tendo sendo lidas as Emendas nºs 227 a 232, de Plenário.	39525	Telégrafos, de um selo postal alusivo às relações diplomáticas e culturais Brasil-Líbano, destacando aspectos da história da imigração de libaneses para o País.	39559
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia		SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre decisão de juiz Federal que autorizou permanência de posseiros em áreas indígenas demarcadas e homologadas.	39561
SENADOR EURÍPEDES CAMARGO – Justificação a Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2003, de autoria de S.Exa., que convoca plebiscito para a incorporação de cidades do entorno ao Distrito Federal.	39537	SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Comemoração do Dia Nacional de Combate ao Câncer, no último dia 27 de novembro.	39562
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas a medida do governo Lula que proíbe a contratação temporária de pessoal pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, INPI.	39539	SENADOR ROMERO JUCÁ – Alerta às autoridades e à sociedade brasileira no sentido de se estabelecer políticas públicas de combate à obesidade. Inclusão da cirurgia bariátrica entre os serviços prestados pelo SUS, em pacientes portadores de obesidade mórbida.	39563
SENADOR RAMEZ TEBET – Considerações sobre as reformas da Previdência e a tributária, em tramitação no Senado.	39543	1.3.3 – Comunicação da Presidência	
SENADOR VALDIR RAUPP – Elogios ao Governo pela edição de medida provisória que autoriza o plantio de sementes geneticamente modificadas.	39545	Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada.	39564
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Defesa da implantação do orçamento impositivo.	39548	1.4 – ENCERRAMENTO	
SENADOR PAULO PAIM – Expectativas de cumprimento do acordo em torno da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que trata de adequações à reforma da Previdência, aprovada semana passada em 1º turno no Senado.	39551	2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Comentários ao pronunciamento do Sr. Paulo Paim. Importância da reforma política.	39554	Nº 129, de 2003.	39565
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Necessidade da implantação do programa de termelétricidade no Brasil. Defesa da construção de um gasoduto que liga Camamu a Salvador.	39556	3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR JONAS PINHEIRO – Discordância com o posicionamento do Ministério da Integração Regional, que negou a possibilidade da concessão de subsídios para a região Centro-Oeste.	39558	Nºs 5.264 a 5.277, de 2003.	39565
1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação		SENADO FEDERAL	
SENADOR PEDRO SIMON – Registro da solenidade de edição, pela Casa da Moeda do Brasil, de uma medalha comemorativa dos sessenta anos de independência do Líbano, e da emissão, pela Empresa Brasileira de Correios e		4– COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
		5– COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6– CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		7– CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		8– PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		9– CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		10– CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		11– CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		12– COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		13– COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 173ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de dezembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney e Eduardo Siqueira Campos

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antonio Carlos Magalhães – Arthur Virgílio – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eurípedes Camargo – Fernando Bezerra – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Luiz Otavio – Mão Santa – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Roseana Sarney – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Rupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Sr. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos de Ministro de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes

AVISOS

- Nº 438/2003, de 21 de novembro do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em aditamento ao Aviso nº 396, de 2003, em resposta ao Requerimento nº 772, de 2003, do Senador Romero Jucá;
- Nº 522/2003, de 21 de novembro do corrente, do Ministro da Defesa, encaminhando informações em

resposta ao Requerimento nº 823, de 2003, do Senador Eduardo Azeredo;

- Nº 1.757/2003, de 21 de novembro do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 843, de 2003, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 2.162/2003, de 24 de novembro do corrente, do Ministro dos Transportes, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 691, de 2003, do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofícios do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego que passo a ler.

São lidos os seguintes

OFÍCIOS

- Nº 1.662/2003, de 20 de novembro do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 574, de 2003, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 1.663/2003, de 20 de novembro do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 886, de 2003, da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

E lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 1.084, DE 2003

Comunicando a aprovação da Emenda nº 3 oferecida ao Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 130, de 2003.

PS-GSE nº 1.084

Brasília, 27 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal que, em sessão plenária realizada em 25-11-03, o Plenário desta Casa aprovou a Emenda de nº 3, oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2003 (MP nº 130/03, do Poder Executivo), o qual “Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências”.

Comunico ainda que o Plenário rejeitou as Emendas de nºs 1 e 2 oferecidas por essa Casa ao citado projeto.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência informa que o **Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2003**, proveniente da Medida Provisória nº 130, de 2003, que *dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências*, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

E lido o seguinte

PS-GSE nº 1.087

Brasília, 28 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foi aprovada a Emenda Única, oferecida por esta Casa ao Projeto de Lei nº 3.536, de 1993 (nº 81/03, nesta Casa), do Tribunal Superior do Trabalho, o qual “Cria cargos do Grupo Processamento de Dados do Quadro Permanente de Pessoal da Secretária do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício da Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia que passo a ler.

E lido o seguinte

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO ESTADO DE RONDÔNIA

OFÍCIO Nº 2.605/03 – NUCURT/SR/DPF/RO

Porto Velho, 17 de novembro de 2003

A Sua Excelência, o Senhor
Senador da República Mozarildo Cavalcanti
Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Senador,

Visando a instruir aos autores do Inquérito Policial nº 333/03-SR/DPF/RO, solicito aos préstimos de Vossa Excelência no sentido de prestar informações a esta autoridade indígena de Rondônia – CUNPIR.

Respeitosamente, – **Juliana Resende Silva**, Delegada da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O expediente lido vai à publicação e será

anexado ao Processado do Requerimento nº 22, de 2001 (SF).

A solicitação em referência foi atendida mediante o Ofício SGM nº 806, de 28/11/2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 488 e 580, de 2003.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São as seguintes as matérias encaminhadas à promulgação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 488, DE 2003

(Nº 2.353/02, na origem)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Região de Visconde de Mauá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 519, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Região de Visconde de Mauá a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação .

Câmara dos Deputados, 4 de agosto de 2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 580, DE 2003

(Nº 2.683/02, na origem)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Arco Iris Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 78, de 12 de julho de 1999, que renova, a par-

tir de 29 de fevereiro de 1997, a permissão outorgada à Rádio arco Íris Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data da sua publicação .

Câmara dos Deputados, 29 de agosto de 2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido de apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei nº 85, de 2002**, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV e doentes de Aids”, para incluir nesse benefício os portadores dos vírus das hepatites e os doentes com hepatites crônicas.*

Tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o **Ofício nº 4.521/2003**, de 20 de novembro último, informando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23, de 1996, do Senado Federal, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela autarquia, no semestre de abril a setembro de 2003.

O expediente, anexado ao processado da referida resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2002 – Complementar** (nº 183/2001, na Casa de origem), que *altera a lista de serviços anexa do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987* (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2003 – Complementar).

Foram apresentadas cinco emendas que, por se referirem ao Substitutivo, serão lidas oportunamente.

A matéria encontra-se em regime de urgência e consta da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com o disposto no § 3º do art. 43 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2001, com a redação dada pela Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003, fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2003-CN, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Ofício nº 1.435/03

Brasília, 26 de Novembro de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista – PP, o Senhor Deputado José Linhares, como titular, e o Deputado Sandes Junior, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 139, de 21 de novembro de 2003, que “institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 1.446/03

Brasília, 27 de Novembro de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, venho indicar pelo Partido Progressista, o Deputado Zonta,

como titular, e o Deputado Benedito de Lira, como suplente, para integrarem a Comissão Especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 140, de 25 de novembro de 2003, que “cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, – **Pedro Henry**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 1.540, DE 2003

Requer informações ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Seguegarança Institucional da Presidência da República, acerca de denúncias do Jornal Folha de SPaulo versando sobre elogios a servidor da ABIN.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o dispositivo no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor Ministro, informações acerca de denúncias veiculadas pelo jornal **Folha de SPaulo**, dando conta de que um dos servidores da Agência Brasileira de inteligência, o coronel Rubens Robine Bizerril, que se aposentou em julho último, mereceu elogios daquele órgão, a despeito de ter sido o seu nome inscrito no projeto “Brasil Nunca Mais”, que relata torturas praticadas pelo regime militar de 1964.

Requeiro mais que a resposta a este requerimento especifique o significado de “24 anos de bons serviços prestados à inteligência brasileira”, como consta no elogio àquele servidor, publicado no boletim da ABIN, cujo facsímile é estampado na denúncia daquele jornal.

Justificação

O jornal **Folha de SPaulo**, edição de 30 de novembro de 2003, denuncia que a Agência Brasileira de Inteligência teceu elogios ao tenente-coronel reformado Rubens Robine Bizerril, “por 24 anos de bons serviços prestados à inteligência brasileira”. A denúncia surpreende levando em conta, conforme ainda a mesma reportagem, assinada pelo jornalista

Josias de Souza, que o citado servidor, ex-integrante do extinto Serviço Nacional de Informações, teve seu nome incluído do documento de repúdio a torturas, intitulado "Brasil Nunca Mais".

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(Á Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.541, DE 2003

Requer informações, ao Senhor Ministro das Comunicações, acerca do funcionamento e número de agências do chamado Banco Postal, implantado junto aos Correios.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor Ministro das Comunicações, informações acerca da implantação, funcionamento e número atual de agências do chamado Banco Postal, anexas às dependências dos Correios. Especificar tipo de contrato com o banco operador, natureza da licitação e qual a contrapartida em favor dos Correios.

Justificação

A Revista **IstoÉ**, edição de 3 de dezembro de 2003, traz alguns dados sobre a implantação e funcionamento do Banco Bradesco junto às agências dos Correios, no chamado Banco Postal.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X, do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante da necessidade de dados para complementar estudos no âmbito legislativo.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(Á Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.542, DE 2003

Requer informações ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acerca da compra de cassetetes elétricos.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações acerca da aquisição de

quarenta cassetetes elétricos e de oito mil distintivos metálicos de lapela, para a Presidência da República, segundo notícia publicada pela Revista **Veja**. As informações deverão especificar o valor unitário e total da compra, bem como o tipo de utilização dessas armas. Com relação aos distintivos, informar também os custos e a sua destinação.

Justificação

A Revista **Veja**, edição de 3 de dezembro de 2003, informa que o Palácio do Planalto abriu licitação para novas compras de cassetetes elétricos e distintivos de lapela.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pelo jornal.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(Á Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.543, DE 2003

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Vieira, ocorrido ontem, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, no Rio de Janeiro, de Carlos Alberto Vieira, ex-integrante voluntário da Força Expedicionária Brasileira – FEB. Funcionário de carreira do Banco do Brasil, Carlos Alberto Vieira trabalhou junto ao gabinete do então Presidente Castello Branco e, em seguida, nos gabinetes dos então Ministros Mário Andreazza, Hernane Galveas e Mário Henrique Simonsen.

Requeiro também que o voto de pesar do Senado seja comunicado a família do ilustre brasileiro.

Justificação

Funcionário dedicado, sempre correto, digno e leal, o passamento de Carlos Alberto Vieira sensibili-

za-nos, mas, também, deixa a certeza de que seu exemplo de vida, de trabalho e sobretudo de honradez, ficará para sempre.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 1.544, DE 2003

Requer voto de aplauso ao Jornal do Commercio, Manaus, pelo transcurso do seu centenário.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao **Jornal do Commercio**, dc Manaus, Amazonas, pelo transcurso de seu centenário.

Requeiro, mais, que o 'Voto de Aplauso' seja levado ao conhecimento da diretoria do importante veículo noticioso do Norte do País, bem como à Associação Brasileira de Imprensa.

Justificação

O 'Voto de Aplauso' que ora requeiro justifica-se pelo significado da trajetória do vitorioso jornal ao longo desses cem anos de bom trabalho informativo, levado diariamente à população de Manaus.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 1.545, DE 2003

Requer Voto de Aplauso aos atletas da Seleção de vôlei do Brasil, pela conquista da Copa do Mundo de Vôlei, realizada em Tóquio.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos jogadores da Seleção Brasileira de Vôlei, ao seu técnico Bernardino e aos dirigentes da Confederação Brasileira de Vôlei, pela conquista, com vitória nos onze jogos, da Copa do Mundo de Vôlei, realizada no Japão.

Requeiro ainda que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos Jogadores, por intermédio do técnico Bernardino, bem como à Confederação Brasileira de Vôlei.

Justificação

A homenagem que ora formulo, justifica-se pelo notável desempenho da Seleção Brasileira de Vôlei, que se tornou campeã nessa categoria de esporte, título inédito, ao se sagrar vitoriosa nos onze jogos disputados.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 1.546, DE 2003

Requer Voto de Aplauso ao ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelo reconhecimento público, em relatório da FAO, de que, durante o seu Governo, o Brasil foi um dos poucos países do mundo que conseguiram diminuir a fome.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelo reconhecimento público, divulgado em relatório da FAO, órgão da Organização das Nações Unidas, de que, durante sua gestão, o Brasil foi um dos poucos países do mundo que conseguiram diminuir a fome.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à direção da FAO.

Justificação

A homenagem que ora o Senado Federal defere ao ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, é merecida e seu registro oportuno, diante, inclusive do açodamento de lideranças petistas, que chegaram a atribuir o reconhecimento referido como se tivesse sido decorrente da ação do atual Governo, tão logo foi divulgado o relatório da FAO.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Serão encaminhados os votos de aplauso solicitados.

Há oradores inscritos. Antes, porém, concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio e, em seguida, ao nobre Senador Paulo Paim.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a não pediu pela ordem, mas certamente pede para exercer o horário da Liderança do PSDB. Concederei de imediato a palavra a V. Ex^a para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos, antes, porém, ouvindo, pela ordem, o nobre 1º vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Fica V. Ex^a inscrito, em primeiro lugar, para essa finalidade prevista no Regimento Interno.

Tem V. Ex^a a palavra, nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aprendi a ter muito cuidado com essa coisa de pontificar ou opinar sobre a honra alheia. Portanto, serei cuidadoso mais uma vez.

Vejo aqui essa história de Roraima, que assume uma conotação asquerosa, “gafanhotos” corroendo as finanças do Estado e usando inocentes para que espertalhões se locupletem. Isso tem levado à prisão de Deputados, ex-Deputados e um ex-Governador. E aqui não faço nenhuma acusação. As acusações passam muito perto do Governador Flamarion Portela, que entrou para o PT recentemente.

O Presidente do Partido, José Genoíno, saiu em defesa de Portela, dizendo:

Genoíno diz que partido “confia” no Governador de Roraima, Flamarion Portela (PT). “Não há nada que desabone a conduta do Governador até o momento.”

E é bem verdade, diz Genoíno, que se aparecesse alguma coisa, ele cuidaria de mudar de opinião.

E aí nos temos que três dos exonerados teriam desviado 294 mil.

A primeira matéria é do **Estado de S.Paulo**, e a segunda, de 29 de novembro, é da **Folha de S.Paulo**.

Então, o Governador tem dificuldade de explicar. Ele – que diz não saber do esquema, mas que desconfiava – por que teria nomeado pessoas das quais desconfiava para cargo de confiança? Alertado

pela revista **Veja**, ainda assim não as demite, só as demite meses depois, depois de ter a casa arrombada.

Novamente, do dia 29 de novembro, na **Folha de S.Paulo**, aparece uma amiga do Governador, engenheira Sônia Pereira Nattrodt, dizendo que, a pedido dele, recebeu temporariamente salário de R\$2.500,00 sem trabalhar; e que ela era responsável por cuidar de um esquema que envolvia 5 milhões que seriam pagos a servidores fantasmas.

No **Correio Braziliense**, uma matéria amplíssima a respeito da Operação Praga do Egito. “Pelo menos dois depoimentos colhidos pela Polícia Federal sugerem o envolvimento do Governador de Roraima, Francisco Flamarion Portela, com o esquema que manipulava a folha de pagamento”. Então, seriam 5 milhões que o Estado desembolsaria: um milhão e meio para funcionários, efetivamente, e 3,5 milhões para “fantasmas”. Aqui, o Presidente João Paulo, da Câmara dos Deputados, diz que “petista não é imune”, que ninguém fica imune no PT – e ele está certo. Aí, Genuíno, novamente, faz a defesa. Aqui, temos: “Governador admite que ação era irregular” (30/11). Flamarion, porém, diz que herdou contrato de Neudo Campos – não deixa de fazer uma acusação ao governador Neudo Campos. O **Jornal O Globo** diz: “O governador só tomou a iniciativa de demitir o Secretário de Fazenda, na sexta-feira, após ser informado pelo **Jornal O Globo** do teor das denúncias”.

Enfim, o Governador disse que demitiria os envolvidos; não conhecia, depois passa a conhecer um pouco do esquema.

Agora, aqui, temos o **Jornal Folha de S.Paulo**, do dia 1º de dezembro, hoje, que diz: “Petista disse que ouvia falar do esquema”. Antes, o ex-Governador Neudo Campos ataca o Governador Flamarion dizendo que não é verdade que ele não tivesse participação ativa no governo; teria participação ativa no governo, sim, e que teria ocupado cargos. Há uma outra matéria, que vou entregar para os Anais da Casa, que diz, inclusive, que, ao longo dos seus exercícios interinos, teria crescido a folha de “fantasmas”. O interessante é que ele acusa Neudo Campos, antes. Agora, Neudo vai para cima dele e diz que ele está demonstrando falta de firmeza, que não estaria falando a verdade. É bastante duro em seu desabafo. Volta dizendo que não responde a Neudo. Havia dito que mantinha sua participação, ainda que discreta, e que não ti-

nha conhecimento de nada, acreditando que o Governador Neudo, que o havia atacado, também não teria conhecimento de nada.

Tenho, aqui, as revistas da semana onde leio: “Um esquema cara-de-pau e mais acusações ao Governador”. Temos a revista **Veja** e o **Jornal do Brasil**, onde se lê: “Neudo Campos continua preso.” É estranho, mas o Governador Flamarion Portela disse: “Sinto-me acuado, cansado e pressionado pela investigação que apura desvios de recursos públicos da ordem de R\$230 milhões.” Diz que há, também, uma ação contra ele, na Justiça Eleitoral, já com parecer do Ministério Público pela cassação do seu mandato por abuso de poder econômico. Diz, ainda, que tem a consciência limpa e afirma: “Se eu cair, caio de pé.” No meu entendimento, uma pessoa honesta não cai.

Quero colocar os pingos nos is. Não faço a menor acusação, mas creio que o PT deve uma explicação ao País. Saiu em defesa de seu mais novo filiado, talvez. Os fatos estão se avolumando e, ao menos, o sinal amarelo deveria estar aberto. Talvez, tenha agido com correção o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, que não fez acusações, mas disse: “Se houver alguma coisa errada a porta da rua e serventia da casa”.

O PT, não; o PT recebeu Flamarion Portela com festa, com a presença do Ministro José Dirceu, do Presidente José Genoíno. Todos foram lá e o prestigiaram. O PT precisa, agora, dar uma explicação à Nação. Por que não agiu quando acusaram injustamente o ex-Ministro Eduardo Jorge? O PT o saiu condenando com 850 pedras em cada dedo das mãos. Não foi assim em tantos episódios? Tentaram criar a falsa idéia de que haveria um mar de lama no Governo passado. Agora, as acusações se avolumam e o PT se cala. Quero ser a consciência crítica do PT: não permitirei que ele se cale. Quero que o PT se manifeste sobre a questão.

Volto a dizer que nada tenho, pessoalmente, contra o Governador. Não o conheço a fundo, mas insisto, Sr. Presidente, que as apurações vão até o final. Os culpados serão apontados sem distinção de Partidos. Podem até não pertencer a qualquer Partido. Mas o fato é que não dá para acobertarmos quem quer que seja sob o manto do poder. Lamento ver o PT tão tímido diante de uma acusação que envolve a questão moral, a questão ética. Quero que o PT venha à tribunal falar de sua posição atual.

Do dia 29, quando José Genoíno defendeu o Governador, para cá a situação mudou muito. As revistas de fim de semana – e daqui a pouco volto, como o Líder da Minoria, a comentar o assunto – estão cheias de fatos interessantes. Voltarei a comentar daqui a pouquinho.

Mas por enquanto digo que estou espantado com o silêncio do PT. Era um Partido que não se calava nunca e agora está calando demais para o meu gosto. Deveria falar e dizer qual é a sua posição atual. Quero saber se o PT mantém a confiança no Governador Flamarion Portela ou perde a confiança do PT? Se o Governador perde a confiança do PT, o que fará o PT?

Se o PT mantém a confiança no Governador quero que seja dito às claras. Porque, quando confio em alguém, digo às claras. Eu era Líder do Governo e acusavam o Ministro Eduardo Jorge. Houve uma sessão no plenário do Senado, durante o recesso Parlamentar e, da tribuna em frente a que falo hoje, disse, às claras, que confiava na inocência do Ministro Eduardo Jorge. Ou seja, a clareza, a transparência e a abordagem direta da questão deve ser a resposta que se espera de todo aquele que tem responsabilidade em relação à coisa pública.

Portanto, quem se cala momentaneamente, por alguns minutos, sou eu, aguardando que o PT se pronuncie claramente sobre se mantém ou não a confiança no Governador; quero saber também a opinião crítica do Partido sobre esse escândalo de lá, porque o PT apenas disse que o Governador não tinha nada com a história e, depois, se calou. Então, quero saber se o PT acha normal o que aconteceu ou se vai manter o comportamento que adotaria se isso tivesse sido descoberto em ocasiões passadas no Governo anterior.

Peço coerência, e peço coerência política, quem quiser tê-la que a tenha, quem não quiser, lamento. Agora, peço e exijo coerência de todos em relação à questão ética.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)



Roraima: suborno era embrulhado em jornal

Ex-participante do esquema conta que propina em troca de apoio foi entregue em pacotes a deputados

Rodrigo França Taves

Enviado especial

Os detalhes foram revelados no depoimento de Maria do Livramento Alves Ferro, conhecida como Lia Ferro, ex-gerente de Recursos Humanos do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) de Roraima, a responsável por fazer os pagamentos. Com base no depoimento dela, a Polícia Federal descobriu que o primeiro pagamento da propina oferecida pelo ex-governador Neudo Campos foi realizado na casa do deputado Jaiser Renier Padilha, que só não foi preso porque exerce mandato e tem imunidade parlamentar.

Deputados indicavam o número de "gafanhotos"

A ex-gerente do DER disse ao GLOBO que o governador Flamarion Portela (PT), que exercia o cargo de vice-governador de Neudo quando o esquema começou, sabia do pagamento da propina aos deputados desde o início. E dizia não concordar, por achar alto demais o preço pago pelo apoio político do grupo ao governo nas votações da Assembleia Legislativa. Mesmo assim, segundo Lia Ferro, Flamarion autorizou o repasse de verbas ao DER para o pagamento de "gafanhotos" todas as vezes que Neudo estava viajando.

Flamarion voltou a assegurar que não tem nenhum envolvimento pessoal no escândalo dos gafanhotos e que só soube do escândalo depois que ele foi noticiado pela imprensa, pouco antes das eleições de 2002.

Ministério Público deve pedir prisão de secretários

'Eles tinham vergonha de ficar parados lá com aquele dinheiro.'

• *E o governador Flamarion também participava?*

LIA: Ele chegou a mandar bilhetinhos para contratar gente para trabalhar, mas não para servir de gafanhoto. Nenhuma vez lembro de ter feito pagamento de gafanhoto por ordem dele.

• *Mas ele sabia o que estava acontecendo?*

LIA: Sabia... Sabia e não gostava, pelo que me consta. Ele achava que era dinheiro demais gasto à toa. Só que não

acabou com aquilo quando virou governador. Viu que era um beco sem saída.

• *Levischi disse em depoimento que nas ausências de Neudo, Flamarion autorizava o pagamento dos gafanhotos.*

LIA: Isso é verdade. Quando o Neudo se ausentava, quem tinha de assinar era o governador em exercício. (R.F.T.) ■

Flamarion vai ser processado por fraude com verbas para segurança

Investigação descobre superfaturamento com carros de polícia

Secretaria atestou ter recebido carros "fantasmas"



Um esquema cara-de-pau

**PF descobre
que Roraima
era saqueada
por políticos e
MP pede à
Justiça prisão
do governador
Flamarion
Portela**

**O EX-GOVERNADOR
Neudo Campos
(de paleta preta) foi preso
sob a acusação de liderar
esquema de saque aos
cotres públicos**

DEPOZITANTE: HENRIQUE MACHADO e MARCOS HOLANDA, QUE além das pessoas acima mencionadas, o então Vice-Governador do Estado de Roraima e atual Governador, Sr. FRANCISCO FLAMARION PORTELA, encaminhava lista de indicados por interpostas pessoas, que compareciam na presença do deponente com bilhetes assinados pelo próprio FLAMARION ou pelo ex-Governador NEUDO CAMPOS, QUE o deponente tem conhecimento de serem falsos.

DEPOZITANTE: CARLOS LEVISCCHI, Diretor Geral do DER, que em nome do Sr. Carlos MENDES, QUE nas ausências do Governador NEUDO CAMPOS, tal transação era coordenada pelo atual Governador e então Vice-Governador FLAMARION PORTELA, QUE tais movimentações financeiras podem ser comprovadas pelos extratos das contas.

ACUSADO: Trechos do depoimento em que ex-diretor do DER fala do suposto envolvimento do governador Flamarion Portela

Políticos empregavam fantasmas e embolsavam seus salários

ALDICE MEIRELES

O testemunho que comprometeu o governador de Roraima é de autoria de Carlos Eduardo Levischi, ex-diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), autarquia que empregava grande parte dos fantasmas. Levischi revelou um cuidado tomado pelo governador para não ser traído pelos parlamentares: eles tiveram de assinar os comprovantes do pagamento. De acordo com o depoimento de Levischi, operador da milionária "caixinha" do DER, Portela teria mandado bilhetes assinados com lista de nomes para serem cadastrados como funcionários fantasmas. Em abril do ano passado, Neudo Campos renunciou ao mandato para concorrer a uma cadeira no Senado e Portela assumiu o governo. Em sua gestão, a farrá durou até agosto e só parou depois de descoberta pela polícia e pelo Ministério Público.

No começo do ano, o governador Portela trocou o pequeno PSL pelo PT. Apesar das denúncias de corrupção e derrama de dinheiro público na campanha eleitoral, foi recebido com festi-

nas hostes petistas. Na semana passada, viuva uma cor-de-cabeça para o partido. Na quarta-feira, o presidente do PT, José Genoino, interrompeu as articulações para a votação da reforma da Previdência para tratar com alguns senadores petistas da situação do governador: "Isso é o caos. Se for mesmo verdade, vamos ter de tomar providências. O partido não concilia com a corrupção", afirma o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC).

"Se surgirem provas de que ele também está envolvido, o PT não terá constrangimento algum em punir. O partido já fez isso outras vezes", completa Genoino. O governador Portela nega qualquer envolvimento seu e de sua família com a máfia dos galanhotos.

Ele afirmou que não conhecia o esquema até a denúncia pela imprensa durante a disputa pelo governo de Roraima, no ano passado, porque sempre foi um vice-governador discreto, que "nunca ia ao DER".

Para Portela, as acusações de Carlos Levischi, ex-diretor-geral do DER, são uma estratégia para conseguir abrandar eventuais penas. Levischi, segundo o governador, é réu confesso numa ação que apura desvio de verbas do DER.

"A Justiça sabe que ele só quer se proteger", afirma. Em sua defesa, o governador alega que ao tomar posse extinguiu o DER.

"Desafio que mostrem escrito meu recomendando a contratação irregular de alguém ou alguma procuração que beneficie a mim ou a minha família"

FLAMARION PORTELA,
governador de Roraima

representando o Deputado Federal LUCIANO CASTRO, pessoa conhecida por LENA, esposa do Deputado Federal RODOLFO PEREIRA o representando. RITA DE CÁSSIA PEREIRA DE MORAIS, representando o Deputado Estadual RAUL PRUDENTE DE

CITADOS O deputado Luciano Castro (à esq.) foi mencionado num depoimento. O nome de Francisco Rodrigues apareceu na planilha de pagamentos

A primeira partilha foi no quintal da casa de um deputado

embolsou
712 mil

embolsou
R\$ 351 mil

PLANILHAS De acordo com documentos apreendidos pela Polícia Federal, os deputados Alceste Almeida e Suely Campos receberam dinheiro do esquema

ESTADO DE S. PAULO

Flamarion Portela: governador considera retaliações as acusações feitas por dois ex-assessores

Pedido de cassação no TSE será julgado em fevereiro

Governador é suspeito de abusos na campanha do ano passado; há quatro recursos contra ele

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA – O governador de Roraima, Flamarion Portela (PT), deverá enfrentar a partir de fevereiro o julgamento de recursos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que podem implicar na cassação de seu mandato. Ele é suspeito de ter utilizado indevidamente bens públicos e de ter cometido abusos durante a campanha eleitoral do ano passado.

ELE SE DIZ
AMEAÇADO
E PEDE
PROTEÇÃO

Genoino diz que partido confia em Flamarion

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA – O presidente do PT, José Genoino, disse ontem que o partido “confia” no governador de Roraima, Flamarion Portela (PT). “Não há nada que desabone a conduta do governador até o momento”, afirmou.

Genoino afirmou que, se aparecer “qualquer coisa” contra o governador, o PT examinará o que fazer.

“O PT apóia as investigações da força-tarefa”, disse Genoino. “O governador está dando todo apoio à força-tarefa. Toda a estrutura do Estado foi posta à disposição do governo federal.”

JORNAL DO BRASIL

Neudo Campos continua preso

Dizendo-se muito "acuada, cansado e pressionado" – pela investigação que apura desvios de recursos públicos da ordem de R\$ 230 milhões e uma ação que tramita na Justiça Eleitoral –, o governador de Roraima, Flamarion Portela (PT) disse ter a "consciência limpa".

– Se eu cair, eu caio de pé – disse o governador petista.

O governador chorou ao falar sobre a possibilidade de perder o cargo, uma vez que tramita contra ele, no TSE uma ação por abuso do poder econômico durante o pleito de 2002.

O ESTADO DE S. PAULO

Governador de RR também é acusado de desvios

Flamarion Portela estaria envolvido no esquema que em 3 anos movimentou R\$ 320 milhões

EDSON LUIZ

BRASÍLIA – Pelo menos dois depoimentos colhidos pela Polícia Federal sugerem o envolvimento do governador de Roraima, Flamarion Portela (PT), com o esquema que manipulava uma folha de pagamento paralela no Estado e movimentou cerca de R\$ 320 milhões em três anos. Num deles, a ex-diretora da folha de salários da Secretaria de Administração Sônia Pereira Nattrodt disse que, a pedido de Flamarion e do então governador, Neudo Campos, teve seu nome incluído na folha fantasma.

Sônia, com um ex-diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de

Roraima, Carlos Eduardo Levischi, foram fundamentais para desvendar o esquema. Segundo os indícios já levantados, durante as viagens de Neudo, Flamarion, então vice-go-

vernador, tinha conhecimento das transações irregulares.

Sônia disse que foi contratada pelo Estado a pedido de Flamarion, de quem era amiga. O então vice de Neudo intercedeu para que ela fosse para a Secretaria de Administração, passando a receber salário de R\$ 2.500 por uma folha legal e o mesmo valor na folha paralela. Sônia, segundo disse à PF, pediu demissão em abril, depois de saber de outras irregularidades.

Pela folha paralela, diz Sônia, o Estado desembolsava mensalmente R\$ 5 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão a funcionários que trabalhavam e R\$ 3,5 milhões para

os fantasmas indicados por políticos e conselheiros do Tribunal de Contas de Roraima.

A assessoria de Flamarion informou que o governador vê as acusações como retaliação. Levischi teria ficado incomodado com a extinção do DER e Sônia, com seu afastamento do cargo para que a diretoria fosse investigada pelo MP.

DOIS
DEPOIMENTOS
ENVOLVEM
PETISTA

FOLHA DE S.PAULO

RORAIMA Flamarion Portela exonerará funcionários que teriam sido citados em depoimentos sobre 'esquema dos gafanhotos'

Governador demite 3 secretários suspeitos

de S.PAULO, 17 DE DEZEMBRO DE 2003

Uma amiga de Roraima, Flamarion Portela (PT), exonerou ontem por volta das 20h (horário de Brasília), três de seus secretários de Estado com a justificativa de "manter a boa imagem" de sua administração, segundo sua assessoria de imprensa.

Na última quarta-feira, outros três funcionários que faziam parte do primeiro e segundo escalões do governo já haviam sido exonerados pelo petista.

Dois já estão presos, pela Polícia Federal, e um está licenciado sob a acusação de envolvimento no "esquema dos gafanhotos".

Segundo a assessoria de Portela, a medida foi de prevenção, uma vez que os nomes dos três teriam aparecido em depoimentos prestados à força-tarefa que investiga a corrupção no Estado, desde o início do ano.

Até ontem, a Folha revelou que

Flamarion Portela, acusado de envolvimento num esquema de desvio de recursos dos cofres do Estado de Roraima.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela defende a afastamento de Flamarion

O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), e o deputado Chico Alencar (PT-RJ) defendem também as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público sobre o governador, petista Flamarion Portela.

O governador de Roraima, Flamarion Portela (PT), exonerou ontem por volta das 20h (horário de Brasília), três de seus secretários de Estado com a justificativa de "manter a boa imagem" de sua administração, segundo sua assessoria de imprensa.

Na última quarta-feira, outros três funcionários que faziam parte do primeiro e segundo escalões do governo já haviam sido exonerados pelo petista.

Dois já estão presos, pela Polícia Federal, e um está licenciado sob a acusação de envolvimento no "esquema dos gafanhotos".

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

Portela se filiou ao PT neste ano numa concorrida eleição, na qual recebeu apoio de deputados e do ministro José Dirceu (Casa Civil), João Paulo e o presidente nacional do PT, José Genoino.

Alencar começou a cuidar do caso da senadora Heleida Helena (PT-AL), que deve ser expulsa do partido por ter, entre outras coisas, votado contra a reforma da Previdência.

"Todas as divergências (no caso de senadoras) estão no campo das ideias políticas, das questões programáticas. Há um limite, além do qual não se pode ir sem preservar o limite da ética no trabalho e da coisa pública", afirmou.

RORAIMA Neudo Campos diz que juiz que decretou sua prisão é seu 'inimigo' e que Flamarion sabia de todas as atividades do governo

Ex-governador nega denúncia e ataca sucessor

JAIRO MARQUES
D'AGÊNCIA-FOLHA, EM BOA VISTA

Os afirmos que...
gido por...
um...
Barreto, que...
le e de...
governador...
ra vez...
quena...
cias de...
gestão, de 1995 a 2003

do. Se voltou contra mim. Uma pessoa que foi meu vice, uma pessoa da minha confiança, que agora me bombardeia. Demonstra, jogando responsabilidades em mim, muita falta de firmeza".

Flamarion nega a declaração de seu sucessor, Flamarion Portela, de que tinha pouca participação enquanto vice. No governo, é por isso que não teve responsabilidades sobre possíveis irregularidades que foram cometidas.

"Portela tem memória curta. Quando vários cargos no meu governo, sob a direção dele, foram cometidos, ele não tinha nada a ver com isso", afirmou.

Vice-governador, era muito "cabeleira" e que "ouvia falar" em possíveis irregularidades, mas que nunca conseguiu reunir provas para denunciá-las.

"Já disse que conhecia esse esquema de zanzanotagem superficialmente e hoje tenho dúvidas se até o próprio Neudo Campos conhecia a profundidade disso. Eu vou falar disso como muitas pessoas ouviam falar, mas não tinha como provar."

Petista já disse que 'ouvia falar' de 'esquema'

O governador Flamarion Portela (PT), 48, até as 18h de ontem, no horário de Brasília, não havia comentado as declarações do ex-governador Neudo Campos.

Em entrevistas anteriores, porém, Portela havia dito que sua participação no governo passado, quando foi

Justiça prorroga prisões de acusados

Justiça prorroga prisões de acusados

ORAIMA Cálculo é da Polícia Federal, que diz que o esquema dos "gafanhotos" envolveu funcionários em cargos de confiança

Três dos exonerados desviariam R\$ 294 mil

RO MARQUES
AGÊNCIA FOLHA

Três dos funcionários exonerados de cargos de confiança na última quarta-feira pelo governador de Roraima, Flamarion Portella (PT), são acusados de ter ligado a 193 "gafanhotos", funcionários-fantasma que causaram um desvio mensal de R\$ 294 mil da folha de pagamento.

Faltavam provas para demissões, diz governador

"Não exonerei essas pessoas antes porque precisava esperar alguma ação que me apontasse elementos concretos contra elas. Mas é preciso dizer que essas prisões são apertadas para o

indiciamento. Eles terão amplo direito a defesa. Ainda há uma investigação. Com a comissão pública que o fato gerou, tive de exonerar", disse Portella.

OPERAÇÃO PRAGA DO LEGÍTIMO

Governador é acusado de participar de esquema que desviou R\$ 320 milhões da folha de pagamento de Roraima. O petista nega qualquer envolvimento e diz que denúncia é retaliação de adversários

Depoimentos envolvem Flamarion

REPÚBLICA

R\$ 5 MILHÕES
era quanto o estado desembolsava por mês para pagar servidores

R\$ 1,5 MILHÃO
eram efetivamente para os funcionários

R\$ 294 MILHÕES

Pelo menos dois depoimentos colhidos pela Polícia Federal sugerem o envolvimento do governador de Roraima, Francisco Flamarion Portella (PT), com o esquema que manipulava uma folha de pagamento paralela no estado e movimentou cerca de R\$ 320 milhões em três anos. Num deles, a ex-diretora da folha de salários da Secretaria de Administração Sônia Pereira Natrodt disse que, a pedido de Flamarion e do então governador, Neudo Campos, teve seu nome incluído na folha fantasma.

R\$ 5 MILHÕES
Polícia Federal ouve outros "gafanhotos"



Empresários movimentavam conta oficial em RR

Rodrigo França faves
Enviado especial

**Governador
admite que ação
era irregular**

Flamarion, porém, diz
que herdou contrato
de Neudo Campos

• BOA VISTA. O governador Flamarion Portela (PT) admitiu que a autorização para a Nsap movimentar as contas oficiais era ilegal, mas disse que só ficou sabendo em fevereiro de 2003, quando recebeu do Ministério Público uma advertência sobre a irregularidade. Ele disse que herdou o contrato do ex-governador Neudo Campos, de quem foi vice, e garantiu que o cancelou em abril, cerca de dois meses após a denúncia.

Secretário só foi demitido
na sexta-feira

O governador só tomou a iniciativa de demitir o secretário de Fazenda na sexta-feira, após ser informado pelo GLOBO do teor das denúncias.

A Nsap sacava em espécie da conta oficial e fazia os pagamentos em espécie aos servidores — e também aos procuradores, indicados pelos deputados estaduais e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, para receber o pagamento em nome dos galanbotos.

**Delegado diz que contrato
foi cancelado em junho**

Para o delegado Júlio César Balda, da PF, só a desculpa de sonegação da CPMF já caracteriza a confissão de um crime fiscal. Segundo o delegado, o contrato com a Nsap não foi

João Paulo diz que petista não é imune

O presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), afirmou que, no PT, "não há ninguém imune", ao se referir ao governador de Roraima, Flamarion Portela (PT), que se filiou ao PT no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Já o líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT-SP), saiu em defesa do governador petista. "Sempre defendemos a transparência e a ética na política. Toda denúncia deve ser apurada, mas o que nós não aceitamos é o pré-julgamento e a condenação sem amplo direito de defesa, em especial quan-

do se trata de um governador recém-eleito", afirmou Mercadante. "Acredito que o governador Flamarion saberá esclarecer este episódio."

O presidente do PT, José Genoino, também disse que o partido "confia" em Flamarion Portela. "Não há nada que desabone a conduta do governador até o momento", afirmou.

"O PT apoia as investigações da força-tarefa", disse Genoino. "O governador está dando todo apoio à força-tarefa. Toda a estrutura do estado foi posta à disposição do governo federal."

Julgamento no TSE

O governador Flamarion Portela deverá enfrentar a partir de fevereiro o julgamento de recursos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que podem implicar na cassação de seu mandato. Ele é suspeito de ter utilizado indevidamente bens públicos e de ter cometido abusos durante a campanha eleitoral do ano passado.

Governador diz que demitirá envolvidos

Flamarion disse que vai demitir todas as pessoas envolvidas nas irregularidades e moralizar a administração estadual. Ele está fazendo cursos públicos para substituir os servidores fantasmas e os contratados por interesse público. (RPT) ■

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa do PMDB do Piauí. V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

Enquanto V. Ex^a se encaminha para a tribuna, Senador Mão Santa, esta Presidência aproveita para cumprimentar os telespectadores da **TV Senado**, os ouvintes da **Rádio Senado** FM e Ondas Curtas, e cumprimentar também os profissionais do **Jornal do Senado**, que cobrem as sessões da Casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem através do sistema de comunicação.

O nosso Presidente, o jovem Eduardo Siqueira Campos, de uma inteligência privilegiada e de muitas virtudes, manifesta sua gratidão, como Presidente – e de todos nós – ao sistema de comunicação do Senado Federal.

É preciso conhecer a história. Esse sistema foi criado porque os nossos pronunciamentos, no passado, eram publicados no **Diário Oficial da União**. Então, só se publicavam os do Governo. Por exemplo, Senador Arthur Virgílio, essa inteligência brilhante, se fosse naquele sistema antigo em que o Senado Federal não tinha a sua gráfica, o seu jornal, de alta perfeição e de alto nível profissional, como a **Rádio Senado** e a **TV Senado**, nesse mundo de mídia o Parlamento não tinha a força que deve acompanhar a liberdade, Senador Paulo Paim. Essa é a verdade. O País está atento a tudo.

Senador Ramez Tebet, outro dia, fui com minha mulher, Adalgisa, a Campos do Jordão. Não conhecia; fiquei encantado. E, domingo, como cristão, fui a uma missa. Senador Eduardo Siqueira Campos, ao sair da igreja, quatro pessoas vieram me cumprimentar: “o senhor é o Senador Mão Santa”. Um tinha sido Deputado Federal do Amazonas. Ele me disse que era amigo do Senador Jefferson Péres. Um outro era médico e outros dois, corretores. Quer dizer, isso ocorreu lá em São Paulo, em Campos do Jordão, cidade onde eu nunca estivera antes. É a força do sistema de comunicação do Senado.

Eu gostaria – e quis Deus estar presente aqui esse bravo Senador pelo Distrito Federal, Eurípedes Camargo – de dizer, Senador Eurípedes Camargo, o Governo de Brasília, o GDF, do PMDB, Senador Ramez Tebet, salva o Brasil da “novembrada”, que o nosso Senador Sérgio Cabral tão bem disse aqui. Novembro, mês da violência e do desrespeito aos idosos.

Como o Senador Arthur Virgílio introduziu no dicionário um neologismo: “Depois daqueles atos de

berzoinização...”. Quer dizer, fechar o coração, não é isso Senador Arthur Virgílio?

Depois que o Dicionário pega a PEC e bota na cabeça do povo: é perversidade, é estelionatário e é crime – atentai bem, Senador Ramez Tebet –, não está tudo perdido. O Governo do Distrito Federal ensina como se trata os velhos! Quis Deus V. Ex^a estar aí. O Governo do Distrito Federal, administrador do Parque da Cidade, Cássio Poli, são uma beleza. Quando fico aqui no fim de semana, vou ali e vejo o encanto e a alegria de todos os brasileiros, porque Brasília é de todos nós. Nós piauienses somos duzentos e cinquenta mil, que aqui estamos e que ajudamos a construir esta cidade.

Olha que lindo, Senador Ramez Tebet! Orgulhe-se do PMDB do Dr. Ulysses Guimarães e do Governador Roriz, que foi recrutado. Esta cidade tem dois homens na sua história: o Presidente Juscelino Kubitschek e o Governador Joaquim Roriz; dois que se igualam. Mas todos sabem das obras do Governador Roriz. Estão aí os encantos. É, Senador Gilberto Mestrinho, nem tudo está perdido nesse PMDB.

Do Governo do Distrito Federal ao muito digno representante do PMDB do Piauí no Senado, há um convite e uma programação para os idosos. Que programação extraordinária! Os idosos são recebidos às nove horas da manhã pela administração e equipe. Tomam café com bolacha, água de coco e suco. Fazem o hasteamento no pavilhão nacional da bandeira do País e do Estado. Em seguida, vão com os servidores desse parque fazer um passeio maravilhoso. Vem uma equipe médica para atendê-los. Eles fazem teste cardiorrespiratório e de diabete, bem como fisioterapia e massagem a nenhum custo. Esse projeto é de autoria do Governo do Estado, por intermédio da Vice-Governadora.

O Parque da Cidade visa a apoiar a terceira idade, sendo a melhor opção de lazer e de entretenimento do Distrito Federal cujo governo inova, mais uma vez, lançando esse projeto. O objetivo é oferecer ao segmento da terceira idade oportunidade de desenvolver atividade física e de lazer, num ambiente saudável e natural, proporcional ao preenchimento das horas ociosas, sem atividade, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

O projeto dá oportunidade às pessoas com mais de 60 anos, previamente agendadas, de vir ao Parque da Cidade em carros do Governo. Senador Paulo Paim, o Governo manda buscá-los. Eles telefonam, dão o endereço, e o Governo manda buscá-los. Isso é respeito aos idosos. Estou orgulhoso do meu Partido. Esses carros ficarão responsáveis por buscar e levá-los de volta para casa, em horário determinado, após a realização de várias atividades coordenadas por profissionais de diversas áreas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-se um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A pessoa que pretender passar o dia todo no parque deverá fazer a sua própria refeição, uma vez que não se pode custear essa despesa.

Justificativa. Com esse projeto e a parceria formada entre a Vice-Governadoria e o Parque da Cidade, pretende-se atingir o segmento chamado terceira idade, as pessoas com mais de 60 anos. Há recursos humanos e todo o pessoal à disposição.

Programas como esses enaltecem o respeito aos idosos.

Sr. Presidente, não sou mão santa. Todos sabem: as minhas mãos são humanas, amigas, trabalhadoras, honradas e estendem-se aos pobres. É assim que somos conhecidos no Piauí. Mas sou filho de mãe santa. Aproveito o fato de o GDF cuidar do idosos para transcrever – vou orientar o Governador e sua equipe – um verso de minha mãe.

Senador Arthur Virgílio, outro dia, vi V. Ex^a vibrante no momento em que eu rememorava pronunciamentos do seu pai quando era Senador, numa época mais difícil deste País, a ditadura. Com a mesma emoção, reviso as palavras de minha mãe, em homenagem a esse projeto do GDF, em homenagem aos velhos que foram tão humilhados pela “berzoinização”, pela novembrada que houve neste País.

Vimos, simbolizando todo o sofrimento, no dia mais triste de 180 anos do Congresso, que não se queriam deixar entrar na galeria os velhos, os idosos, os trabalhadores honrados, os aposentados. Queriam fazer como o núcleo duro formado em Cuba. Entraram com dificuldade. Os integrantes desse núcleo não aprenderam o ensinamento de Che Guevara: “**Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás**”. Nem isso aprenderam, porque o núcleo é duro mesmo, não têm encéfalo, que eu como médico já peguei e sei que é mole.

Leio o poema de minha mãe, Janete de Moraes Souza:

Envelhecer é sentir que se desgasta,
ver que os cabelos embranquecem,
a pela enruga...
o corpo se curva...
os entes queridos se vão
e, apesar de tudo,
aceita a realidade sem constrangimento,
sem tristeza, nem decepção.
Envelhecer é aceitar a solidão
para melhor sonhar
ou, silenciosamente, poder rezar
ou até mesmo cochilar...

Envelhecer é voltar a ser criança
e deixar-se, às vezes, governar
e ainda, infantilmente,
também teimar!

Envelhecer é ter ousadia
de gabar-se da sabedoria
que a experiência lhe deixou...
Envelhecer não é viver indiferente
às belezas do meio ambiente,
mas, ainda vibrando

por tudo o que é belo e santo,
estar em disponibilidade e, em servir,
encontrar felicidade!

Envelhecer é desapegar-se de tudo
e estar em constante despedida,
pronta para o adeus...

e, embalada pela esperança de encontrar, além,

os que lhe antecederam na morte,
mesmo sentindo saudades da vida,
dispor-se ao encontro com Deus.

Concedo o aparte ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Líder Arthur Virgílio e nobre Senador Mão Santa, permitam-me interromper V. Ex^{as} por um breve instante, apenas para dar conhecimento a este Plenário da presença de atletas de handebol do Rio Grande do Sul, acompanhados de coordenadores e professores, participantes dos Jogos da Juventude que estão sendo realizados em nossa Capital.

Para nós Senadores é uma honra tê-los presentes em nossa sessão. Sentimo-nos honrados também com a presença das pessoas que nos assistem das galerias de honra e dos profissionais da imprensa que acompanham nossos trabalhos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, além da bela delegação, dos rapazes e moças bonitos do Rio Grande do Sul, há nesta Casa três Senadores extraordinários – Paulo Paim, Pedro Simon, do meu Partido, e o jornalista Sérgio Zambiasi – que traduzem bem a grandeza do povo gaúcho.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, do Amazonas, cujo pai foi um dos maiores Senadores da história política do Brasil e combatente da ditadura.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, torço para que, dessa galeria, saiam campeões olímpicos em pouco tempo. São meus votos sinceros. Senador Mão Santa, além de abordar um bom feito do Governo Roriz, que pertence ao seu Partido, referente à política social, mais precisamente à

questão do idoso, V. Ex^a trouxe à baila, ainda que não o quiséssemos, o nome do Ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, que teve um surto de arrogância e, por isso, praticou tantos maus-tratos aos idosos em episódios recentes. Posteriormente, pediu desculpas, dizendo palavras que não sabíamos se vinham do coração ou se foram proferidas apenas para se manter no cargo. Por último, um dos jornais do último fim de semana estampou uma matéria muito longa, de página inteira, com o Ministro Berzoini, que fez aquela profissão de fé e de humildade, dizendo que errou e se arrependeu. Estamos aqui para perdoar e para pedir perdão, atitude cristã e humana, desde que haja sinceridade por parte de quem perdoa e de quem pede perdão. No entanto, o Ministro dá uma escorregada. S. Ex^a perguntou se sabiam por que fizeram tanta celeuma em torno desse episódio. Respondeu que a razão para isso é que, no atual Governo, não há corrupção. Disse ainda que as pessoas se baseiam nesses fatos, dando a entender que são situações menores, e, por isso, tudo se avolumou. O Ministro continua acreditando que houve uma celeuma criada pela mídia e que, no seu íntimo, não fez nada de mais. Entretanto, S. Ex^a pede perdão e fica genuflexo diante dos idosos por força da luta pela manutenção do seu cargo, mas diz que não há corrupção como em outros Governos. Eu fui Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso e há outros Presidentes da República que o antecederam, como os ex-Presidentes Itamar Franco e José Sarney, que preside o Senado. Enfim, cada um desses três Presidentes saberá o que fazer. De minha parte, interpellarei o Ministro. Quero que S. Ex^a diga a que governo se referiu, qual era o tipo de corrupção e quando foi praticada, envolvendo quem, quanto, o que, ou seja, não permitirei que o Ministro faça brincadeira, tentando mascarar – às vezes, não conseguindo – essa sua arrogância que está ficando doentia. Não permitirei que S. Ex^a faça brincadeira com a honra de outros para tentar se safar politicamente. O gesto que S. Ex^a cometeu foi monstruoso. Se tem alguma queixa de corrupção de governos passados, deve dizer qual é o governo, em que Ministério foi, quanto roubou, quem foi o ladrão, enfim, deve dizer isso tudo às claras. Por isso, já estou tratando de interpellá-lo. Fui Líder de Governo e Ministro num governo recente, logo não estou disposto nem um pouquinho a aturar que o Sr. Berzoini faça maldade com a memória de um governo a que servi, e os outros governos que se defendam – refiro-me ao Governo Sarney e ao Governo Itamar Franco. De minha parte, farei a interpellação, e tenho certeza de que virá desculpa amarela: “não é bem assim”, “houve erro de imprensa”, “disse, mas me arrependi”, aí, quem sabe, pede perdão para nós também. Em outras palavras, este é o Governo que alia o pedido nem sempre sincero de perdão com o erro,

que é brutal do ponto de vista da falta de competência das políticas sociais, e mais ainda: com uma certa insensibilidade que beira à crueldade, como no episódio Berzoini, que V. Ex^a, com tanto talento, compara com o acerto do Governo do PMDB aqui do Distrito Federal. Portanto, Senador Mão Santa, parabéns! V. Ex^a leu aqui palavras de sua mãe, e alguém que ama tanto seu povo e ama tanto sua própria mãe tem que ser mesmo este homem público que o Senado Federal estima e respeita. Refiro-me claramente a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação de V. Ex^a e a incorporo ao meu pronunciamento.

Todos queremos que o Brasil dê certo, há uma consolidação da democracia. Jamais vai surgir aqui esse negócio de “Fora Lula”. Não. Nós evoluímos. Mas eu queria dizer que o PT tem membros bons. Falo pela Previdência, porque sou aposentado como médico-cirurgião. Waldir Pires fez um extraordinário trabalho na Previdência Social. Eu era funcionário e trabalhei com ele. Então, creio que, no mínimo, Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a deve orientar, pelo menos, como o próprio Governador de seu Estado, um dos homens de maior capacidade dessa nova geração.

Gostaria de concluir, por causa do tempo, dizendo o seguinte: primeiro, o País está mesmo parado! Senador Siqueira Campos, aqui está um trabalho completo, não vou ler, mas estrada é um negócio muito importante!

Senador Paulo Paim, meu jovem, Pedro II governou este País por 49 anos, só saiu uma vez, quando foi à Europa. E lá escreveu: “Isabel, minha filha, lembre-se de que estrada é o maior presente que você pode dar a um povo.” Senador Álvaro Dias, todos sabem que Washington Luiz governou esta pátria e disse que governar é fazer estradas. Para Juscelino Kubitschek, médico e cirurgião, como eu, otimista, sorridente, as prioridades eram energia e transporte. Vou resumir, Senador Arthur Virgílio, isso aqui é o trabalho de um técnico, de um engenheiro, mas, para que V. Ex^a, que é do PSDB, tenha uma idéia, citarei só um dado, muito oportuno. Esse negócio de herança maldita tem que acabar! É uma tolice!

Está aqui o dado, não vou ler o trabalho todo. As estradas, que são fundamentais, estão piores. Do governo passado, cujo Ministro era um piauiense, Deputado do PMDB, João Henrique, estão aqui estudos, Senador Ramez Tebet, que mostram que 38,8% das estradas estavam em péssimas condições. Esse índice aumentou agora para 58,5%. E as do Piauí, Senador Álvaro Dias, não sei se acontece o mesmo com as estradas do Paraná, mas foram classificadas em deficientes, ruins e péssimas. Quanto ao Mato Grosso,

não sei, Senador Ramez Tebet, agora, que pioraram, pioraram! É uma situação triste.

Senador Álvaro Dias, o Governo está parado mesmo! Tivemos o apagão. Agora, estamos vivendo o parágrafo! Não há obras! Temos que levar, Senador Álvaro Dias – V. Ex^a, que, um dia, falou no sepulcro caído da Bíblia –, pelo menos uma Bíblia para nortear o Presidente da República! O Apóstolo Thiago diz: “A fé sem obras já nasce morta!” Neste Governo, não há obra! Todo mundo está morto! Graças a Deus, acabaram as peladas de sábado, porque se quebravam todos e não havia dinheiro mais! No grande Sarah Kubistcheck está faltando tudo, aí, eles não podiam fazer as imobilizações!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, sem desejar algo de ruim a alguém, antes canelas ilustres se quebrando do que a Nação na bancarrota do desemprego e do desalento, como vemos hoje.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas vou dizer aqui, há uma ponte no Piauí, que, desde o dia 13 de janeiro de 2003, está parada! Em Teresina, Campo Maior, onde se deu a batalha, meus jovens! Se vocês classificarem o Brasil, jovens gaúchos, a medalha de ouro seria concedida ao Piauí, e a de prata ao Rio Grande do Sul.

No local onde ocorreu a Batalha do Jenipapo, em que expulsamos os portugueses, Senador Ramez Tebet, existe uma ponte. Nessa ponte, transitavam carros de Teresina para o litoral, favorecendo o turismo. Senador Alvaro Dias, desde o dia 13 de janeiro, a construção da ponte está paralisada. Está aqui o documento, que passarei às lideranças do PT. Está paralisada desde o dia 13 de janeiro de 2003. E já havia assumido o atual Governo.

Meus jovens, em menos de mil dias, Juscelino Kubitschek construiu Brasília. O atual Governo assumiu há um ano e não fez nada. Essa é a verdade. Que o Presidente respeite pelo menos aquela cidade, onde ocorreu a guerra que resultou na expulsão dos portugueses. O Brasil é grande e uno em razão dessa batalha. E a construção da ponte está paralisada, interrompendo o trânsito. Estão aqui os documentos. Além disso, há o Cofins – que é o fim mesmo. Está perdido o Governo.

A Associação Piauiense, na figura respeitável do Sr. Pedro Portella, que foi Deputado, parente dos Portella, como Petrônio Portella, nos enviou a seguinte solicitação: “Cumprimentamos V. Ex^a, ao tempo em que solicitamos o voto contra a MP nº 135, que aumenta de 3% para 7,6% a alíquota do Cofins”.

E explica que não pode. Eles tentaram beneficiar as indústrias. Já estão todos os médicos “lascados”, nosso colega sabe. Ele pagava de imposto 3,3% e vai pagar 7,6%. Este Governo só quer fazer

caixa. Quer fazer mais do que o FMI; na verdade, quer concorrer com o FMI.

Depois de tirar das viuvinhas, dos velhinhos aposentados, agora tira de quem está trabalhando – não só de médico, mas de qualquer profissional: relojoeiro, manicure, cabeleireiro. O Governo aumentou o imposto. Não o dobrou, não! Aumentou-o em mais do dobro.

Para terminar, Sr. Presidente, já que a luz surge dos Siqueira Campos, que criaram um dos melhores Estados deste País, quero resumir isso tudo.

O Brasil gastou R\$123 bilhões no pagamento dos juros da dívida pública de janeiro a outubro. Serão R\$153 bilhões de juros até o final do ano! Quer dizer, não mexemos em contrato com o FMI. Juscelino Kubitschek rompeu com o FMI. É isso que tem de ser feito. O Presidente não precisa ir à Líbia para ver Kadafi; os exemplos estão aqui: Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas.

Algumas comparações: só no mês de outubro foram desembolsados R\$9,8 bilhões, Senador Arthur Virgílio, suficientes para financiar 24 programas Fome Zero; os juros pagos até outubro deste ano – R\$123 bilhões – correspondem a 4,2 vezes o orçamento do Ministério da Saúde em 2004. E o mais grave: mesmo com toda essa retração dos gastos públicos e com esse pagamento espetacular de juros, a nossa dívida está aumentando. Sua Excelência não falou em crescimento espetacular? É pagamento espetacular. O Presidente se enrolou, é pagamento espetacular. A nossa dívida está aumentando: era de R\$890 bilhões no final de agosto e deverá ultrapassar R\$900 bilhões até o final deste ano. Assim, chegaremos a dever cerca de 58% do PIB, que representam a soma de todas as riquezas geradas no País. Cabe ao Governo Federal renegociar as nossas dívidas, para que o País possa voltar a crescer e gerar os empregos prometidos.

Senador Arthur Virgílio, é muito estranho: por que acabou a CPI dos bancos? Porque foram pedidas as contas do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Acabou; ninguém fala mais. É pizza mesmo. Esse homem tem muito dinheiro, veio do BankBoston, onde ficou durante 30 anos; chegou a Goiás e se elegeu com a maior votação que já teve um Deputado Federal. Depois, foi para o Banco Central, pagou toda essa quantia, e estão aí os hospitais, os velhinhos. Haverá muitos suicídios.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, o verdadeiro Napoleão disse: “Perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra”. Lembrem-se de quando o Congresso acovardou-se e não votou as Diretas Já? Mas continua-

mos a luta, e os jovens estão votando. Isso vai continuar.

Meus aposentados, vamos todos ao Supremo Tribunal Federal! Rui Barbosa ensinou que quem não luta por seus direitos não merece viver. Então, vamos continuar essa luta na democracia, para que esses jovens que aí estão nunca percam o fogo sagrado de Rui Barbosa: entusiasmo e esperança.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a.

Senador Mão Santa, se não houvesse outros Senadores inscritos, sei que V. Ex^a teria assunto para discursar a tarde toda, e a Casa teria prazer em ouvi-lo.

Senador Arthur Virgílio, desta vez, a Mesa recebe delegação da Liderança da Minoria, para que ocupe o tempo a ela destinado. V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a minha inscrição para falar como Líder, logo após.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Perdoe-me, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a já fica inscrito para falar logo após o Líder Arthur Virgílio. Em seguida, falarão o Senador Eurípedes Camargo e o Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda há pouco, como Líder do PSDB, cobrava do Partido dos Trabalhadores uma posição muito clara a respeito da crise de Roraima, esse escândalo dos “gafanhotos” que estão corroendo o dinheiro público. Agora, como Líder da Minoria, venho falar de espionagem, perseguição a adversários e espírito totalitário.

Recentemente, a revista **Veja**, independente sob todos os títulos, publica matéria com o título “Paz, amor e Guerra”, dizendo:

Há um ano, Lula venceu a eleição com um estilo “paz e amor”, mas, nos bastidores, uma equipe do PT trabalhou noite e dia, desencavando denúncias e dossiês e promovendo blefes e negociações sigilosas para enfraquecer seus adversários.

A matéria, primorosa, é do jornalista Policarpo Júnior, que aponta os generais da guerra de guerrilha, nem sempre ética, que o PT teria executado na sua campanha: Carlos Alberto Grana, o logístico; Oswaldo Bargas, o elo; João Piza, o coordenador;

Wagner Cinchetto, o operador; Ricardo Berzoini, o político. E aqui se mostra que muitas das acusações imputadas inclusive ao Senador José Serra seriam mesmo da lavra do PT. O PT tentou afastar o candidato Ciro Gomes por vias ilegais; tentou, de qualquer maneira, garantir a vitória de Lula, usando instrumentos, argumentos e atitudes nem sempre corretos, nem sempre ortodoxos.

Nesta semana, a revista **Veja**, que tem mesmo que cumprir com o seu dever de publicar aquilo que vê, seja para aplaudir, seja para condenar, traz novamente o escândalo de Roraima. Menciona a reportagem:

Uma casta inteira na cadeia. Como só ocorre nas revoluções, metade da elite de Roraima foi para o xilindró.

Assina a jornalista Malu Gaspar.

E há, de novo, referências ao ex-Governador Neudo Campos, ao atual Governador, Flamarion Portela, uma matéria que aqui está e que constará nos Anais, cujo título é aquele que assina.

A **Veja**, independente como é, aperta o garrote em torno do caso de Santo André:

O Ministério Público informa que vai denunciar o amigo do prefeito Celso Daniel como responsável por sua morte.

Trata-se daquele tal de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, hoje muito fortemente apontado como o brutal mandante do assassinato do ex-Prefeito. E aqui se fala das fitas, daquela coisa toda. Não adianta: no Brasil, não se esconde mais nada; as coisas aparecem.

Citei essas três matérias, mas quero deter-me na primeira delas. A chácara do Presidente do Supremo Tribunal Federal foi visitada por fiscais da Delegacia Regional do Trabalho. Pergunto, Sr. Presidente: há um projeto da Delegacia Regional do Trabalho de visitar todas as chácaras? Ao lado dessa, foram vistas e revistas mais chácaras, ou visitada foi apenas a do Dr. Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal? A matéria menciona que foram encontradas irregularidades, o que deploro. Espero que o Ministro Maurício Corrêa, figura que estimo, seja capaz de dar respostas claras a todas as perguntas que a revista **Veja** faz. Entretanto, aqui em mim, no meu fundo, no meu íntimo, Sr. Presidente, fica a desconfiança sobre se esse não é mais um golpe do mesmo governo que antes de o ser trabalhava uma verdadeira operação de guerra para intimidar adversários, para forjar dossiês e para chegar à vitória a qualquer preço na época das eleições; agora, quem sabe, para

afastar adversários a qualquer preço, já que ganhou as eleições.

Longe de mim defender trabalho escravo. Se há trabalho escravo lá, merece ser execrado sim, e o Ministro Maurício Corrêa, se for o responsável. Todavia, se não há trabalho escravo, vai ficar claro também, porque tenho o Ministro Maurício Corrêa como homem de bem, homem honrado.

Agora, a revista **Veja**, que apenas relata o que vê, e faz muito bem em relatar o que viu, meu querido Líder Renan Calheiros, foi atrás de uma denúncia, com certeza vazada pela Delegacia do Trabalho. A pergunta que faço, repito, Sr. Presidente, é se foi uma ação de rotina. É muito difícil acreditar que na República, pelo que conheço dela, tenha sido apenas uma ação de rotina. E o Delegado do Trabalho, nomeado não sei por que Deputado do PT aqui do Distrito Federal, adversário político desde o passado do Sr. Maurício, e o Presidente da República vivendo uma hora atritada com o Ministro Maurício Corrêa. Esse delegado, sabendo que chácara era do Ministro, iria lá, e se sim, e mesmo a chácara, pertencendo ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, S. S^a é um homem exemplar que deve ser trazido aqui para ser homenageado por nós. Espero que não se trate de um mero fofoqueiro político a serviço de um grupo a qualquer preço.

Agora, o grave é se esse homem, fiel a quem o nomeou e fiel a instintos políticos baixos, e mais ainda, mais do que servindo a interesses mesquinhos da luta PMDB contra PT aqui no Distrito Federal, mais ainda a coisa complica se ele estiver servindo a interesses do Governo, a interesses do Planalto, interesses que podem se traduzir em: vamos montar uma desmoralização para cima do Presidente do Supremo Tribunal Federal, vamos desmoralizar o Ministro Maurício Corrêa, vamos colocar de joelhos o outro Poder. Se é isso, quero alertar esta Casa para o fato de que é hora deste Congresso Nacional começar a mostrar independência, porque Governo que age assim, que tenta colocar de joelhos um Poder é Governo que não respeita a democracia e, se não respeita a democracia, começa encontrando o Partido da Social Democracia Brasileira – que aqui lidero e tenho muita honra em fazê-lo pela qualidade dos membros que são os meus liderados – alerta, de pé, jamais de joelhos, seguros de que não temos nós – e não temos mesmo – “rabo preso” ou o que mais seja, para que alguém possa tentar vir para cima de nós com a arma da intimidação. Ou seja, se é essa a forma de o Governo ver o processo democrático, se ele acha que a oposição de alguém deve significar a desmoralização desse alguém a qualquer preço, que se acautele o

Congresso Nacional porque é assim que nasce toda aventura autoritária.

Estou convocando o tal fiscal, o tal Delegado do Trabalho, junto com o Ministro do Trabalho, para que venha aqui explicar como foi isso. Ou é alguém exemplar, correto, alguém que merece elogios e medalhas porque vendo o irregular vai contra até o Presidente do poderoso Supremo Tribunal Federal, ou é alguém a serviço de instrumentos medíocres de política, alguém que quer servir ao PT do Distrito Federal e alguém que, quem sabe, pode estar servindo a algo maior. E o meu medo é esse. Se ficar na mediocridade do terra-a-terra aqui debaixo, não me importo tanto. Importo-me é se houver uma determinação do tipo: estamos sendo incomodados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, logo nós, do Governo, nós, todo-poderosos, nós, que detemos todo o poder, nós, que vencemos as eleições, nós isso, nós, que somos próximos de Deus, nós, que somos talvez acima de Deus – eles às vezes se imaginam assim –, nós, então, começaremos uma campanha de desmoralização do Supremo Tribunal Federal.

E aí paro de falar pelo Governo. Tenho o maior medo de que as pessoas confundam, como se essa loucura toda fosse minha. Não é minha. Volto a parar de falar pelo Governo e, portanto, piso no chão, na terra, e falo por mim, pelos meus companheiros, pela Oposição, pela democracia que ajudei a construir, que Lula ajudou a construir. Não podemos tolerar esse tipo de coisa.

Para mim a matéria é perfeita. Parabênizo **Veja** pela matéria de Santo André, pela matéria de Roraima e pela matéria sobre o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Omissão terrível seria se ela não tivesse cumprido com o seu papel jornalístico.

Como ela chegou a tomar conhecimento dessa notícia? Alguém vazou. Se alguém vazou, o fez por conta própria. Se o fez por conta própria, não obedecendo a instintos menores, quando convocarmos esse cidadão aqui, vamos saber direitinho – e ele é um benemérito que merece ser apoiado por todos nós. Se ele não o fez por conta própria, obedeceu a quem? Obedeceu a algum candidatozinho do PT local que quer ter mais votos? Enfim, essas coisas que lamentamos – a política também é feita de gente medíocre e mesquinha também.

Contudo, terrível, Sr. Presidente. Lamentável, deplorável, condenável, a ponto de termos de reunir nós todos, aqueles que têm brios neste Congresso, para impedir que se monte neste País uma caminhada autoritária, que sabemos como começa, mas não como termina. Pior é se isso significa um plano para desmoralizar o Presidente do Supremo Tribunal Federal, desmoralizando por essa via o próprio poder maior do Judiciário deste País.

Isso é inaceitável. Isso seria aberrante, e repito, condenável, deplorável. Isso, Sr. Presidente, significaria estarmos aqui fazendo concessões em relação a um valor que é absoluto para nós, o democrático.

Eu, portanto, que não posso me solidarizar com o Ministro Maurício Corrêa se porventura se confirmar o que está aqui – é lamentável; ele que se explique! – solidarizo-me com os democratas brasileiros e com o Poder Judiciário, porque aqui o meu sexto sentido me diz que há uma agressão a um poder.

Amanhã, o Presidente Sarney toma um gesto independente. Ninguém se iluda: se tiver que tomar, vai tomar. Eles partem contra o Senador José Sarney. Tomo todos os dias atitudes independentes contra esse Governo e o desafio de manhã, de tarde e de noite. Eu cumpro o meu papel de Líder de um Partido de Oposição de manhã, de tarde e de noite.

Imagino, colocando minha vida à disposição deles, que se um dia pegassem algo pessoal meu, bem pessoal e íntimo, teriam eles a ilusão de que me teriam na mão? Eu, numa hora dessas, sacrificaria tudo! Eu sacrificaria casamento, relação com filho, qualquer coisa; mas eu não calaria. Isso é bom que se coloque com todas as letras, para todos os navegantes não terem nenhuma ilusão a respeito de com quem estão lidando. Quero que as pessoas que lidam comigo saibam com quem estão lidando.

E tenho muito desejo de dizer que respondo pela honra e pela independência dos meus companheiros. Mas eu pergunto: este é o País da democracia, do choque de idéias, dos Poderes independentes entre si? Ou este é o País da chantagem, dos comandos que visam aniquilar com a honradez e com a reputação dos outros, para fazer valer um projeto de poder? Se é isso, Sr. Presidente, anuncio que daqui em diante aumentarei ainda mais o meu vigor, a minha garra, a minha disposição de luta, porque se tem algo com o que eu não posso nunca concordar é com a chantagem. Cresci com meu pai me dizendo “Meu filho, nunca tema o chantagista; enfrente sempre o chantagista. Prefira, se for o caso, um fim horrível. Jamais tolere viver um horror sem fim.” E todos que se vergam a um chantagista ficam dependendo do original, da foto ou de somente ter aquelas cópias se o original chegou às suas mãos. Esse vive um horror sem fim; esse é um escravo da sua própria covardia; esse é o escravo da sua própria falta de coragem; esse é o escravo da sua própria falta de dependência; esse é o escravo da sua própria falta de confiança no seu destino de homem livre a compor uma nação de homens livres.

Portanto, volto a dizer, parabéns a **Veja** pela capacidade de auscultar sempre as verdades da maneira instigante como faz. As três matérias são muito boas: a de Santo André, a de Roraima e a da chácara

do Ministro. Se eu fosse jornalista, não perderia isso por nada! Eu faria isso com toda a consciência tranquila e, mais ainda, com toda a sensação de que estaria cumprindo o dever.

Parabéns, portanto, à revista. Que o Ministro se explique. Aguardo – até por estimá-lo e por respeitá-lo – declarações e firmes do Ministro Maurício Corrêa. Mas, investigaremos isso a fundo, para saber, Sr. Presidente, se é um fiscalzinho que agiu por conta própria, ou se há um baixo instinto na luta PT contra os seus adversários aqui. Isso é triste, mas não mata ninguém; isso sai pelo joelho.

A minha preocupação maior, Senador Alvaro Dias, quando encerro – e é a terceira vez que repito isso –, é se existe algo montado, a partir do centro do poder, como “estamos sendo incomodados por fulano; destrua-se fulano”; “estamos sendo incomodados por beltrano; aniquile-se beltrano”. Estamos sendo perturbados por sicrano, acabe-se com a vida política, com a vida pública, se necessário com a vida familiar de sicrano. No caso, estamos sendo incomodados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, então, liquide-se o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ainda que isso custe desgaste para o Poder que deve estar acima de todos nós na hora de nos julgar.

Quando vou ao Supremo Tribunal Federal e este julga contra mim, eu me conformo e passo a entender que eu não tinha razão. Quando julga a favor de mim, fico feliz, porque passo a ter certeza de que eu tinha razão. Em outras palavras, o desrespeito ao Supremo não é tolerável e não é tolerável que possamos estar suspeitando, a essa altura, de uma marcha na direção do autoritarismo por um Governo que se elegeu, numa beleza de espetáculo democrático, com 52 milhões de votos. Quem se elege com tantos votos, quem se elege com qualquer voto, quem perde eleição, quem ganha eleição, quem participa do processo democrático e nele acredita não pode tramar contra a liberdade, não pode fazer da chantagem uma arma, não pode, em algum momento, imaginar que se coloque uma nação de joelhos para que alguns distintos políticos sobrevivam.

Eu não fico de joelhos, porque não fiquei na época da ditadura! Não ficarei agora! Sei que o Supremo também não ficará e confio que este Congresso também haverá de manter o seu orgulho, o seu amor-próprio e a sua confiança no destino livre do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

veja

ESTÁ TUDO FORA DA LEI

Funcionários sem carteira assinada, menor trabalhando e terra invadida — eis a chácara do ministro

“NÃO TENHO RABO PRESO”

O ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo: na semana passada, ele defendeu mudanças no estatuto do menor

As 9h40 da terça-feira passada, dois fiscais da Delegacia Regional do Trabalho visitaram uma chácara nas cercanias de Brasília. Apuravam uma denúncia de que funcionários da propriedade trabalhavam sem carteira assinada. Ao chegar ao local, os fiscais abordaram uma senhora para saber o nome do dono da chácara, dado necessário ao preenchimento dos documentos da vistoria. “É o doutor Maurício”, informou a senhora. “Maurício de quê?”, indagou um fiscal. “Doutor Maurício Corrêa”, disse ela, ao explicar que, na ausência do patrão, seu marido respon-

dia pela chácara. A vistoria durou uma hora e meia. Os fiscais descobriram irregularidades muito comuns. Confirmaram que os funcionários não tinham a carteira de trabalho assinada e ainda constataram que havia um menor trabalhando e salários inferiores a 240 reais, o mínimo valor legal. O dono da chácara é o doutor Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte brasileira, encarregada de zelar pelo fiel cumprimento da Constituição.

A capela erguida em homenagem a Nossa Senhora: o ministro e o genro têm versões desiguais para a obra

A Kombi, com operários do ministro sendo levados para a empreiteira

UMA CASTA INTEIRA NA CADEIA

Como só ocorre nas revoluções, metade da elite de Roraima foi para o xilindró

O atual governador Flamarion Portela, diz que não tem nenhum envolvimento com o caso

O ex-governador Neudo Campos (ao centro) é escoltado até a Cadeia Pública de Boa Vista, depois de ser capturado por agentes da PF em sua mansão em Brasília: na mesma cadeia, estão detidos sete ex-deputados estaduais, além de dez parentes de deputados com mandato — e uma dúzia de autoridades está foragida

Nos meses em que Portela substituiu Campos no ano passado, a gafe notada cresceu muito. "Eu não participava efetivamente do governo. Ouvia rumores, mas desconhecia por completo a dimensão de como a coisa era feita", afirmou o atual governador na última semana. A investigação da Polícia Federal, no entanto, inclui em seus relatórios internos suspeitas de que alguns dos assessores do governador participavam do esquema. Há dois meses, depois que VEJA publicou uma reportagem apontando a dimensão da coisa, o governador informou à revista que demitiria todos os auxiliares suspeitos. Como não o fez, teve de passar pelo constrangimento, na semana passada, de assistir à prisão de alguns assessores e à fuga de outros. Seu diretor do Instituto de Pesos e Medidas, o deputado licenciado Herbson Bantim, foi preso. Um ex-deputado que também trabalhava no instituto está igualmente no xadrez. Seu diretor de Polícia Judiciária, o ex-deputado estadual Angelo Paiva de Moura, encontra-se foragido, assim como uma assessora de seu gabinete, a ex-deputada Francisca Aureliana

Em Boa Vista, uma multidão acompanha as prisões: alguns até deixaram de trabalhar

Data: 03/12/03 Edição nº 1231 Página: 54

DENUNCIADO CO

O Ministério Público informa que vai denunciar o amigo do prefeito Celso Daniel como responsável por sua morte

Gomes da Silva: depoimento na semana passada já na condição de investigado

Maurício Lima

No dia 18 de janeiro de 2002, ano em que o PT ganharia a eleição presidencial, Celso Daniel, então prefeito de Santo André, foi seqüestrado e morto por marginais, em São Paulo. Ele saía de uma confrascaria em companhia de um amigo, Sérgio Gomes da Silva, quando o carro em que os dois estavam foi abordado por um grupo armado.

No inquérito que tratou do caso, a polícia chegou à conclusão de que Celso Daniel fora mais uma vítima da criminalidade das grandes cidades. A investigação concluiu que os marginais que o atacaram, todos identificados e presos na ocasião, queriam apenas levantar algum dinheiro com o seqüestro.

Depois de quase dois anos revendo provas e documentos, o Ministério Público estadual informa que a conclusão da polícia pode ter sido precipitada. Os promotores garantem ter evidências seguras de que Celso Daniel não foi vítima de um crime comum, mas de um homicídio premeditado organizado justamente pelo

amigo que o acompanhava naquela noite, o empresário Sérgio Gomes da Silva.

Alguns aliados de Daniel trabalham no Palácio do Planalto, entre eles Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula, e Miriam Belchior, assessora especial da Presidência da República, ex-mulher do prefeito. As circunstâncias ligadas à morte ganharam contornos políticos quando se descobriu no curso das investigações que funcionava em Santo André uma quadrilha que tomava dinheiro de empresas de ônibus e mantinha uma caixa dos que, segundo denúncia do irmão do prefeito Celso Daniel, financiava campanhas do PT. Sérgio Gomes da Silva foi apontado como um dos cabeças da máfia. Durante o trabalho de apuração do caso, a Polícia Federal grampeou de forma

irregular assessores e amigos do prefeito morto. O conteúdo das fitas, num total de 42, tornou-se objeto de intensa curiosidade desde a campanha eleitoral. Agora, os promotores afirmam ter condições de levar Gomes da Silva a julgamento pelo assassinato.

MO MANDANTE

O primeiro depoimento do empresário aos policiais, dado logo após o assassinato, chamou a atenção dos investigadores. Na hora do assalto, as vítimas estavam num Mitsubishi Pajero blindado que pertencia a Gomes da Silva. Na reconstituição do crime, o amigo do prefeito informou que o sistema de travas elétricas do veículo não havia funcionado. E só por isso, devido à falha, os criminosos conseguiram tirar o prefeito do carro. Um laudo sobre o veículo encomendado à perícia descartou qualquer defeito nas portas. A contradição entre sua versão e o laudo da perícia foi encarada como fruto do nervosismo próprio do momento. A história

começou a mudar quando os promotores colheram um longo depoimento de um preso chamado Ailton Alves Feitosa. Um dia antes do assassinato, Feitosa foi resgatado de helicóptero de uma penitenciária em Guarulhos junto com outro detento, Dionísio Aquino Severo. De acordo com Feitosa, a fuga da prisão teria um

único objetivo: a operação da morte de Celso Daniel. O prisioneiro disse aos promotores que o crime foi encomendado por Gomes da Silva. Resgatado pelos policiais três meses após a fuga, o outro preso foragido, o tal de Severo, já havia declarado ter informações sobre a morte do prefeito, mas só daria detalhes em juízo. |

O prefeito Celso Daniel: promotores de Santo André prometem reviravolta no caso

Embora as palavras de um preso devam ser recebidas com restrições, os promotores dizem ter encontrado indicações de que ele fala a verdade.

No primeiro inquérito, o assassino seria um menor de idade, identificado como L.S.N. e conhecido como Lalo. Nas conversas com os representantes do Ministério Público, o menor alterou seu depoimento treze vezes. Numa dessas contradições, Lalo disse que alvejou o corpo de Celso Daniel pelas costas. Na autópsia realizada pelo Instituto Médico-Legal, quatro dos cinco tiros que acertaram o prefeito foram dados de frente.

Sérgio Gomes da Silva começou a trabalhar com Celso Daniel ainda no primeiro mandato do prefeito em Santo André, em 1989. Atuou como seu motorista, chefe de segurança e assessor direto. Cinco anos depois, quando o prefeito se elegeu deputado federal, Gomes da Silva tornou-se seu assessor parlamentar. Na campanha para a prefeitura em 1996, trabalhou como tesoureiro informal da candidatura de Daniel. Nos últimos anos, mesmo sem vínculo trabalhista, convivia com o prefeito.

Num exemplo raro de empreendedorismo, o ex-segurança tornou-se sócio de algumas empresas. Celso Daniel foi alertado para as acusações de corrupção contra Gomes da Silva. O próprio irmão do prefeito, Francisco, conta que Celso Daniel sabia do esquema de caixa dois.

PAZ, AMOR E GUERRA

Há um ano, Lula venceu a eleição com um estilo “paz e amor”, mas, nos bastidores, uma equipe do PT trabalhou noite e dia desencavando denúncias e dossiês e promovendo blefes e negociações sigilosas para enfraquecer seus adversários

LULA E A TROPA DE GUERRILHA
Com seu QG em São Paulo, a soldadesca de Lula atuou em sigilo durante quase um ano e, numa das operações mais ousadas, acessou até um cofre do BB

CARGA NO CAIXA
Serra (ao lado) e seu ex-caixa de campanha Ricardo Sérgio (foto menor) foram alvo constante da guerrilha petista: papelada no cofre

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a, na prorrogação da hora do Expediente, terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, de acordo com o art. 158, §2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Mozarildo Cavalcanti, do PPS, para uma comunicação de interesse partidário, de acordo com o Regimento Interno. V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta comunicação, na verdade, é de interesse de todos os Partidos do Brasil e, aliás, de todos os brasileiros. Hoje, como médico, gostaria de fazer o registro do Dia Mundial da Luta contra a AIDS, pela importância do Programa Brasileiro de Combate à AIDS, pelo avanço que ele representou e, principalmente, pela preocupação que se vê quando, em torno dessa questão, envolvem-se questões religiosas como, por exemplo, as visões religiosas ou ideológicas a respeito de sexo, e outras questões filosóficas, não se levando em conta a vida, o objeto mais importante concedido por Deus. Esse programa poderá garantir a todos a prevenção contra essa doença, pois é bom que se repita que não há cura para a Aids, apenas um controle que nem sempre é efetivo e garantido.

Portanto, registro, neste dia, alguns números que merecem reflexão com relação a casos de Aids. Foram notificados 277.153 casos de Aids até setembro de 2003, com um aumento de 19.373 casos em relação àqueles ocorridos até dezembro de 2002. Isto é, até setembro, houve um aumento de 193.373 casos, sendo que 70% atingiram o sexo masculino

A razão entre os sexos se mantém em 1,8 casos de homens para cada caso em mulher após 1998. Essa relação era de 25 homens para uma mulher no início da epidemia, assim, entre as mulheres o avanço da doença foi muito grande.

No ano de 2000, as taxas de incidência foram de 15,2 casos por 100 mil habitantes, sendo de 19,3 por 100 mil homens e de 11,0 por 100 mil mulheres.

A velocidade de crescimento das taxas de incidência, para o período de 1996 a 2000 mantém-se es-

tável entre os homens, mas com menor crescimento entre as mulheres: de 6,4% ao ano, quando comparada com os 15% ao ano entre o período de 1995 a 1998.

As regiões Sudeste e Centro-Oeste mantêm a tendência de estabilidade, com taxas de incidência de 21 e 12 por 100 mil habitantes em 2000.

As regiões Sul, Norte e Nordeste ainda apresentam tendência de crescimento, embora menor do que a observada entre 1995 e 1998. Crescimento na região Sul: 9%; na região Norte: 11%; na região Nordeste: 6%.

Em 2000, as taxas de incidência foram de 22 por 100 mil no Sul e de 5,4 por 100 mil nas regiões Norte e Nordeste.

Entre os homens, mantém-se a redução dos casos devido à transmissão por uso de drogas injetáveis, observada desde 1998, na região centro-sul do País.

Observa-se o aumento dos casos devido à transmissão heterossexual em todas as regiões, inclusive no Norte e no Nordeste. É importante considerar esse dado, porque o aumento de casos de transmissão em relações heterossexuais vem sendo significativo.

De 1998 a 2002, 42,5% dos casos foram na categoria de exposição heterossexual (33% de 1995 a 1998), 35% na categoria homossexual ou bissexual e 23% na categoria de usuários de drogas injetáveis (29% no período de 1995 a 1998).

Sr. Presidente, embora haja números favoráveis e até mesmo relativa estabilização da doença, é o preocupante que algumas faixas etárias estejam ainda muito desinformadas, principalmente os jovens e, o que é pior, os adultos acima dos 40 anos que, porque não tiveram, durante a sua juventude, convivência com doentes ou informação sobre a doença, ficaram com a impressão de que a relação heterossexual com parceiros aparentemente confiáveis pode garantir que não se adquira a doença.

É preciso que o Governo intensifique uma campanha educacional em todas as faixas etárias, principalmente entre os jovens e os adultos jovens, e também entre aqueles de faixa etária acima de 40 anos, porque temos observado um crescimento no número de doentes nessa faixa e, o que é pior, vitimando grandemente as mulheres, que vêm tendo crescimento de acometimento da doença muito surpreendente em relação ao homens, quando do início da epidemia.

Esse é o registro que faço, apelando, portanto, ao Ministério da Saúde para que intensifique a luta e a campanha permanente de esclarecimento, de educação do combate à Aids. Que possamos afastar dessa

questão tão importante qualquer viés ideológico ou religioso, para tratarmos o problema sob o ponto de vista científico, colocando como prioridade a saúde e a vida das pessoas.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVAN-
CANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

Casos notificados até setembro de 2003

- Foram notificados 277.153 casos de Aids até setembro de 2003;
- Aumento de 19.373 casos em relação aos casos até dezembro de 2002;
- 70% dos casos são do sexo masculino (197.340 casos);
- A razão entre os sexos se mantém em 1,8 casos em homens para cada caso em mulher, após 1998 (era de 25 homens para uma mulher no início da epidemia);
- No ano de 2000, as taxas de incidência foram de 15,2 casos por 100 mil habitantes, sendo de 19,3 por 100 mil homens e de 11,0 por 100 mil mulheres;
- A velocidade de crescimento das taxas de incidência, para o período de 1996 a 2000, mantém-se estável para os homens, mas com menor crescimento entre as mulheres: de 6,4% ao ano, quando comparada com os 15% ao ano para o período de 1995-98;
- As regiões Sudeste e Centro-Oeste mantêm a tendência de estabilidade, com taxas de incidência de 21 e 12 por 100 habitantes em 2000;
- As regiões Sul, Norte e Nordeste ainda apresentam tendência de crescimento, embora menor do que a observada entre 1995 e 1998;
- Crescimento Região Sul: 9%; Região Norte: 11%; Região Nordeste: 6%;
- Em 2000, as taxas de incidência foram de 22 por 100 mil no Sul e de 5,4 por 100 mil nas regiões Norte e Nordeste;
- Entre os homens, mantém-se a redução dos casos devido à transmissão por uso de drogas injetáveis, observada desde 1998, na região Centro-Sul do País;
- Observa-se o aumento dos casos devido à transmissão heterossexual, em todas as regiões, inclusive no Norte e Nordeste;
- De 1998 a 2002, 42,5% dos casos foram na categoria de exposição heterossexual (33% de 1995 a 1998),

35% na categoria homo/bissexual e 23% na categoria usuários de drogas injetáveis (29% de 1995 a 1998).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, para uma comunicação de interesse partidário. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, em setembro do ano passado, o Governo Federal tomou a decisão de reduzir a cota de importação de coco ralado de 17 mil para 4 mil toneladas – aliás, a única forma sob a qual o produto pode entrar no Brasil.

A medida de salvaguarda sobre as importações ficará em vigor até 2006, mas poderá ser renovada até 2010. Para isso, os agricultores assumiram o compromisso de melhorar a produção nacional e, diga-se de passagem, estão trabalhando nesse sentido, de modo a torná-la mais competitiva no mercado externo.

A contrapartida já está em execução pelos produtores, constando dela, entre outras medidas, a recuperação de 75 mil hectares dos coqueiros e a renovação de 35 mil hectares na Região Nordeste, compreendendo, Sr. Presidente, os Estados de Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Isso representa a ocupação de um contingente que, de outra maneira, poderia migrar para os centros urbanos, incapazes de absorver essa mão-de-obra desqualificada e que, portanto, exigiria treinamento de médio e longo prazos para a ocupação industrial/urbana.

A iniciativa do Governo Federal foi aplaudida pelo setor, já que representava um incentivo aos 240 mil agricultores, 89% deles trabalhando em sistema de agricultura familiar. Eles, Sr. Presidente, são responsáveis por aproximadamente 500 mil empregos diretos no País, 400 mil só nas Regiões Norte e Nordeste. No meu Estado, são 30 mil empregos diretos, de acordo com a Associação dos Produtores Locais.

Combinada com a Portaria nº 70, de março de 1998, que impunha barreiras fitossanitárias à importação do coco ralado, a medida foi vista pelos produtores como sinal de dias melhores na produção nacional.

Em julho deste ano, no entanto, o Ministério da Agricultura revogou a Portaria nº 70 e, conseqüentemente, afrouxou as normas de higiene para a importação do produto. Com isso, Sr. Presidente, acabou criando um problema de proporções incalculáveis, na medida em que, sem inspeção sanitária, o coco importado se torna um transmissor de doenças como o amarelo letal.

Essa é uma chaga que não tem controle e põe em risco tanto a saúde da população que consome o coco quanto os coqueiros plantados no Brasil que poderão ser contaminados por ela. A doença não tem cura e pode dizimar plantações inteiras. Afirma-se nos meios agrícolas que o amarelo letal está para o coco, assim como a Aids está para o ser humano. Ou seja, Sr. Presidente, é mortal.

Um dos maiores produtores agrícolas do Planeta, o Brasil não pode encarar seus parceiros comerciais com tanta tolerância e ser tratado lá fora com proporcional desconfiança.

Vejamos o exemplo da manga que se exporta para Estados Unidos e Europa. Só para se ter uma idéia, o importador envia ao Brasil um representante que inspeciona as etapas de produção da nossa manga, desde a sua cultura, passando por temperatura de armazenamento, embalagem até o embarque.

A produção de coco ralado, Sr. Presidente, em outros países é feita de modo artesanal, manuseada. Está sujeita à contaminação, porque não passa por um processo rigoroso de higienização, ou seja, chega ao Brasil sem uma rígida inspeção sanitária. Portanto, o que os produtores reclamam é que a revogação da Portaria nº 70 acabou com a fiscalização fitossanitária do produto.

Só para se ter uma idéia do cuidado que a aquisição do produto exige, no México, por exemplo, o coco importado permanece de quarentena até que seja analisado e liberado para o consumo. Entre nós, o produto vai direto do cais do porto para o comerciante e daí para a mesa do cidadão.

Nas palavras do Presidente da Associação dos Produtores de Coco de Alagoas, Eurico Uchôa, só quem ganhou com o fim da Portaria nº 70 foram os importadores: eles não geram um só emprego. Precisam apenas de um computador, um **fax** e uma secretária para ganhar milhões e milhões de reais, milhões e milhões de dólares.

Considero um importante avanço na discussão dessa questão o fato de o Ministério da Agricultura ter aberto sua agenda ao setor, numa reunião ocorrida na tarde da última quinta-feira entre o Secretário de Política Agrícola do Ministério, Dr. Ivan Wedekin, e os Secretários de Agricultura de Alagoas, Pará e Bahia e Parlamentares.

Na reunião, ficou acertado que, dentro de 15 dias, haverá um novo encontro entre eles, aqui em Brasília. Na oportunidade, o Governo se comprometeu a apresentar aos cocoicultores uma proposta de remontar a fiscalização fitossanitária para a entrada

do coco importado no País, numa alternativa à Portaria nº 70, o que será um enorme avanço e um alívio para os produtores.

Nessa discussão, que passa também pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, poderia também ser incluída a discussão de uma política que atenda ao setor e ajude a valorizar nossos agricultores.

O coco produzido no Brasil a R\$0,36 o quilo está desanimando o agricultor. Uma política de incentivo aos pequenos cocoicultores poderia incluir ainda assistência técnica e inscrição no Pronaf.

Para os produtores de Alagoas, especialmente, é indispensável a instalação de um escritório da Embrapa que possa assistir tecnicamente o setor. Não se está pedindo política de protecionismo ou de paternalismo, mas, melhores condições para um setor que tem potencial para crescer e, conseqüentemente, gerar empregos e renda.

O Brasil é responsável por 5% da produção mundial de coco. Isso revela dois aspectos dessa discussão: primeiro, somos auto-suficientes e, portanto, podemos dispensar a importação de coco ralado, principalmente nas condições em que o produto nos chega, sem cuidados sanitários; segundo, há potencial para expansão da produção nacional, de modo a atender, por exemplo, à merenda escolar e ao Programa Fome Zero.

Um país como o nosso, que bate recordes sobre recordes na safra agrícola – a previsão para a safra 2003 é de 112 milhões de toneladas –, não pode desprezar mais esse item que tem tudo para aparecer com destaque na pauta das nossas exportações.

Para isso, são indispensáveis medidas de incentivos aos produtores nacionais, sobretudo no Norte e Nordeste. É preciso – e digo mais uma vez desta tribuna – tomar providências urgentes que regularizem o mercado e, mais do que nunca, criem um ambiente favorável ao desenvolvimento da produção nacional.

Para uma sociedade que reclama a geração de empregos e renda, sobretudo em áreas rurais, esta causa é muito significativa para o Brasil, para o Nordeste e, principalmente, para Alagoas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência vai prorrogar a Hora do Expediente para que possamos ouvir os Senadores inscritos nas comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao primeiro orador presente, o Senador Hélio Costa, do PMDB, de Minas Gerais.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos. Em seguida, a Casa ouvirá o Senador Paulo Paim.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, é comum chamar-se de notícia tudo aquilo que é incomum. E ganham sempre as matérias principais nas primeiras páginas aquelas notícias que são mais incomuns, o que é inusitado. E o que é notícia ruim normalmente vai em primeiro lugar para as manchetes. As notícias boas passam despercebidamente pelos jornais.

E é por essa razão que faço questão hoje de lembrar duas boas notícias, que li nos jornais no dia de hoje, segunda-feira. Em primeiro lugar, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança hoje, às 17 horas, durante a abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, aqui em Brasília, um plano de ação para começar a cumprir 21 metas para a infância e a adolescência, assumidas pelo Brasil, no ano passado, durante a Sessão Especial pela Criança da Organização das Nações Unidas.

Isso mostra, em princípio, a preocupação do Governo com a questão da infância e do adolescente em nosso País, no momento em que estamos vivendo uma situação de intranquilidade, principalmente nas grandes cidades, onde surgem inclusive manifestações para que reduzamos a maioridade criminal. Penso que o Governo está dando uma resposta positiva a esta situação, a esta questão da criança e do adolescente.

“Segundo adiantou o Secretário Especial dos Direitos Humanos e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Nilmário Miranda, o trabalho é para que a taxa de mortalidade infantil caia para 24 por mil, para que a mortalidade materna se reduza de 74,5 para 55,9 por mil, e a taxa de desnutrição, entre crianças menores de 5 anos, se reduza de 5,7% para 3,7%”.

É muito importante ressaltar neste contexto, Sr. Presidente, o trabalho que está sendo feito em todo o interior do Brasil, notadamente no meu Estado, por alguns promotores públicos, que vão além da sua missão do dia-a-dia e trabalham no sentido de instalar, em sucessivas cidades, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares.

Quero até ressaltar aqui, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o trabalho do ilustre Promotor José Maria Ferreira de Castro, na região das Vertentes, no Estado de Minas Gerais, que vem fazendo esse trabalho de implantação, tanto do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, quanto dos Conselhos Tutelares. E é importante ressaltar que as pequenas cidades são exatamente as menores comunidades que mais participam, as que estão intimamente ligadas a esse programa, as

que estão respondendo a esse apelo das autoridades. Na minha região, por exemplo, a pequeníssima e importantíssima cidade de Santa Rita de Ibitipoca, que fica na região das Vertentes, na confluência com o sul de Minas, que possui apenas 2.672 eleitores, cerca de 640 eleitores foram às urnas, na semana passada, para eleger os membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Isso representa cerca de 25% de todos os eleitores da cidade. No entanto, nas grandes cidades onde está sendo formado o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, nós estamos registrando uma média de 1,8%, apenas, de comparecimento dos eleitores para participarem dessa importantíssima eleição. É importante que se faça a ressalva de que as pequenas cidades estão respondendo ao chamado e que as grandes cidades precisam, urgentemente, participar desse grande movimento.

Há uma outra notícia importante que hoje é divulgada pela **Folha de SPaulo**. O Presidente Lula retoma a distribuição de leite para famílias pobres, marca registrada do Governo José Sarney, com o famoso Programa do Leite. Este atendeu, em determinado momento, mais de 7 milhões de crianças em todo o Brasil. Não me canso de dizer, Presidente José Sarney, que é sempre uma honra muito grande afirmar que V. Ex^a criou tal programa no instante em que eu iniciava a minha vida pública, recém-eleito Deputado Federal. A minha cidade de Barbacena foi a segunda cidade de Minas Gerais – a primeira foi Juiz de Fora – a ser beneficiada pelo Programa do Leite. Até hoje, Sr. Presidente, encontro jovens que me abordam na rua para dizer, ao lado de seus pais: “Eu fui salvo pelo Programa do Leite”. Muitos trabalhadores chegam até mim e dizem: “Meu filho foi salvo pelo Programa do Leite”.

Hoje estamos vendo que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atendendo um chamado, uma solicitação do Presidente Sarney quando apoiou o então candidato Lula, volta a instituir nacionalmente o Programa do Leite. Este vai atender, certamente, cerca de 62,5% de todas as crianças carentes. O Governo vai gastar cerca de R\$250 milhões para fazer o programa funcionar. Todas as crianças recém-nascidas, as gestantes e as pessoas carentes terão que se registrar, terão que se cadastrar para que sejam beneficiadas, novamente, pelo Programa do Leite. Foi um sucesso no passado e, tenho absoluta certeza, vai voltar a sê-lo, porque vem ao encontro de uma necessidade nacional: o atendimento de crianças carentes, de gestantes, principalmente no interior. Sobretudo, o programa vai resolver o gravíssimo problema da produção de leite em todo o País, pois os pequenos produtores serão atendidos.

Recentemente, apresentamos um projeto de lei do Senado, que foi aprovado, reintegrando o leite à merenda escolar. O projeto está na Câmara dos Deputados e esperamos sua aprovação na hora em que for apresentado no plenário. O leite é um alimento completo, um alimento perfeito que, certamente, atenderá as necessidades nutricionais de todas as crianças em idade escolar.

Parabenizo, portanto, o Presidente Lula. Sua Excelência recebe, mais uma vez, uma idéia que, no passado, foi vitoriosa do Presidente desta Casa, Senador José Sarney, quando Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Hélio Costa, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, DE 2003

Altera as Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, (que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais); 8.213, de 24 de julho de 1991, (que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências) e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, (que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências) para incluir a cirrose hepática entre as doenças que dão direito aos benefícios de que tratam.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 186.
.....

§ 1º Para efeitos do disposto no inciso I deste artigo, consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), síndrome de imunodeficiência adquirida (aids), cirrose hepática e outras que a lei indicar, com base em conclusão da medicina especializada.

..... (NR)”

Art. 2º O art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 151. Independe de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids); cirrose hepática; contaminação por radiação e outras que a lei indicar, com base em conclusão da medicina especializada. (NR)”

Art. 3º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma, desde que motivadas por acidente em serviço, e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radi-

ação, síndrome da imunodeficiência adquirida (aids) e cirrose hepática, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

..... (NR)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A cirrose hepática é uma doença de elevada prevalência e mortalidade em nosso País.

Segundo dados do Ministério da Saúde, afeta principalmente adultos de meia idade e idosos, sendo causa de 16 a 33 óbitos por 100.000 habitantes, nessas faixas etárias.

As áreas mais afetadas são as Regiões Metropolitanas, ganhando destaque as de Recife (15,8 óbitos por 100.000 habitantes), Porto Alegre (14,2), São Paulo (12,2), Rio de Janeiro (11,1), Curitiba (9,7) e Belém (6,2).

A doença decorre, principalmente, do alcoolismo, mas também da cronificação de hepatites infecciosas e auto-imunes. Tem um caráter grave, incapacitante e irreversível cuja única solução atualmente disponível é o transplante de fígado.

Este projeto de lei pretende corrigir uma falha na nossa legislação previdenciária e tributária ao não incluir a cirrose hepática entre as doenças que dão direito à aposentadoria por invalidez e, em decorrência, à isenção do imposto de renda sobre os proventos decorrentes, que é concedida nesses casos.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 2003.
_ Senador **Jorge Bornhausen**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Da Aposentadoria

Art. 186. O servidor será aposentado:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa

ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais;

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondilartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

§ 2º Nos casos de exercício de atividades consideradas insalubres ou perigosas, bem como nas hipóteses previstas no art. 71, a aposentadoria de que trata o inciso III **a** e **c** observará o disposto em lei específica.

Art. 187. A aposentadoria compulsória será automática, e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

.....
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 151. Até que seja elaborada a lista de doenças mencionadas no inciso II do art. 26, independente de carência a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ao segurado que, após fili-

ar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante); Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS); e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

.....
LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do imposto de renda, e dá outras providências.

.....
Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas:

I – a alimentação, o transporte e os uniformes ou vestimentas especiais de trabalho, fornecidos gratuitamente pelo empregador a seus empregados, ou a diferença entre o preço cobrado e o valor de mercado;

II – as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho;

III – o valor locativo do prédio construído, quando ocupado por seu proprietário ou cedido gratuitamente para uso do cônjuge ou de parentes de primeiro grau;

IV – as indenizações por acidentes de trabalho;

V – a indenização e o aviso prévio pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho, até o limite garantido por lei, bem como o montante recebido pelos empregados e diretores, ou respectivos beneficiários, referente aos depósitos, juros e correção monetária creditados em contas vinculadas, nos termos da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI – o montante dos depósitos, juros, correção monetária e quotas-partes creditados em contas individuais pelo Programa de Integração Social e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

VII – os benefícios recebidos de entidades de previdência privada:

a) quando em decorrência de morte ou invalidez permanente do participante;

b) relativamente ao valor correspondente às contribuições cujo ônus tenha sido do participante, desde que os rendimentos e ganhos de capital produzidos pelo patrimônio da entidade tenham sido tributados na fonte;

VIII – as contribuições pagas pelos empregadores relativas a programas de previdência privada em favor de seus empregados e dirigentes;

IX – os valores resgatados dos Planos de Poupança e Investimento – PAIT, de que trata o Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986, relativamente à parcela correspondente às contribuições efetuadas pelo participante;

X – as contribuições empresariais a Plano de Poupança e Investimento – PAIT, aqui se refere o art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986;

XI – o pecúlio recebido pelos aposentados que voltam a trabalhar em atividade sujeita ao regime previdenciário, quando dela se afastarem, e pelos trabalhadores que ingressarem nesse regime após completarem sessenta anos de idade, pago pelo Instituto Nacional de Previdência Social ao segurado ou a seus dependentes, após sua morte, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975;

XII – as pensões e os proventos concedidos de acordo com os Decretos-Leis, nºs 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, e Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, e art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, em decorrência de reforma ou falecimento de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira;

XIII – capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, bem como os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso, inclusive no de renúncia do contrato;

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançados da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

XV – os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municí-

pios, até o valor equivalente a cinquenta OTN, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, sem prejuízo da dedução da parcela isenta prevista no art. 25 desta lei;

XVI – o valor dos bens adquiridos por doação ou herança;

XVII – os valores decorrentes de aumento de capital:

a) mediante a incorporação de reservas ou lucros que tenham sido tributados na forma do art. 36 desta Lei;

b) efetuado com observância do disposto no art. 63 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, relativamente aos lucros apurados em períodos-base encerrados anteriormente à vigência desta lei;

XVIII – a correção monetária de investimentos, calculada aos mesmos índices aprovados para as Obrigações do Tesouro Nacional – OTN, e desde que seu pagamento ou crédito ocorra em intervalos não inferiores a trinta dias;

XIX – a diferença entre o valor de aplicação e o de resgate de quotas de fundos de aplicações de curto prazo;

XX – ajuda de custo destinada a atender às despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiado e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro, sujeita à comprovação posterior pelo contribuinte.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.710, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1 a 24-CCJ, que apresenta; com votos contrários dos Senadores Eduardo Azeredo e José Jorge, e contrários, em separado, do Senador Tasso Jereissati e dos Senadores Rodolpho Tourinho, José Agripino, Efraim Moraes, Jorge Bornhausen, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Marco Maciel, Paulo Octávio e da Senadora Maria do Carmo Alves.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto do art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias e consecutivas, em fase de discussão, no primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço da composição da Casa.

Até a presente sessão foram apresentadas as emendas de nºs 25 a 226, de Plenário.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

São lidas as seguintes

EMENDA Nº 227, DE PLENÁRIO (à PEC nº 74, de 2003)

Inclua-se no art. 153 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da PEC nº 74, de 2003, parágrafo com a seguinte redação:

Art. 153.

§ As expressões monetárias constantes da lei tributária serão revistas anualmente, para assegurar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

Justificação

Embora não seja de boa técnica, é praxe que a legislação tributária apresente, inevitavelmente, muitas normas que contêm expressões quantitativas em moeda nacional.

Isso acarreta a necessidade de produção legislativa periódica, com todos os consectários de desgaste político, para atualizar tais valores.

A omissão legislativa, por longos períodos, como tem ocorrido, provoca sérias distorções, ora provocando aumento da carga tributária quando a inflação corrói o valor usado como base para incidência de impostos ou taxas, ora provocando o aviltamento de penalidades, pelo mesmo motivo.

Freqüentemente tem-se assistido o debate a respeito da tabela de incidência do imposto de renda, por ser o que mais afeta a população em geral. Entretanto, há inúmeros outros casos em que o congelamento de valores provoca desvirtuamento da política inicialmente traçada pelo legislador. São, por exemplo, o caso das faixas de enquadramento das micro e pequenas empresas no sistema Simples, o caso do valor paradigma para cálculo dos ganhos de capital

(principalmente o chamado "lucro imobiliário") e tantos outros.

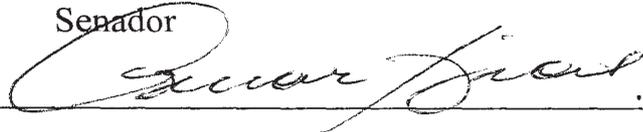
A norma que se propõe fixar na Constituição não representa reindexação da economia, nem reconhecimento da existência de inflação. Representa apenas uma medida de racionalidade e de garantia de estabilidade de regras e valores estabelecidos em lei ordinária.

A lei poderá estabelecer critérios flexíveis, se for o caso, para adequar a diretriz constitucional a peculiaridades da lei tributária. O importante é evitar que se continue a legislar por omissão e, dessa forma, desvirtuar completamente o propósito da lei tributária.

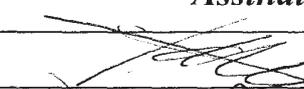
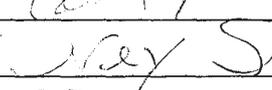
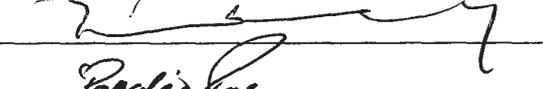
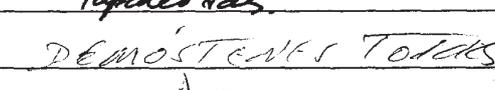
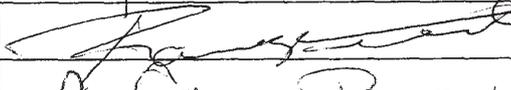
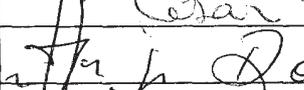
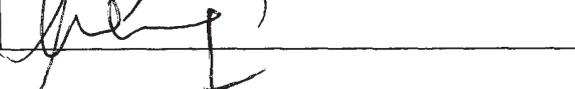
Sala das Sessões

OSMAR DIAS

Senador



Emenda à PEC nº 74, de 2003

Nome	Assinaturas
1. Paulo Paim	
2. Roberto Saturnino	
3. Euripedes Lamas	
4. Aldemir	
5. Paulo Paim	
6. Papalio Vas	
7. Paulo Paim	
8. Jefferson Pereira	
9. Rosivaldo Casabanti	
10. Rangel Rebel	
11. Léo Borg	
12. Jorge Barnhausen	
13. Marcelo Cavella	

Emenda à PEC nº 74, de 2003

...cont...

TASSO
Ferreira

Nome	Assinaturas
14.	Geraldo Resquitor
15.	Luiz Rinaldi
16.	[Handwritten Signature]
17.	GABRIEL 148
18.	Iddi Salati
19.	Alcione Vale Helaine Helen
20.	Eduardo Azeredo
21.	Roberto Saturnino
22.	Marco Maciel
23.	[Handwritten Signature]
24.	Eduardo Suplicy
25.	João Alberto Souza
26.	Fátima Gleide
27.	Valdir Romão
28.	Leonei Barros
29.	Patricia Sabóia
30.	Fernanda Bezerra

EMENDA MODIFICATIVA Nº 228, DE PLENÁRIO

Emenda aditiva à Proposta de Emenda Constitucional nº 74, de 2003, que “altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências”.

Emenda modificativa à Proposta de Emenda Constitucional nº 74, de 2003, que “Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências”.

Dê-se ao inciso IV do § 4º do artigo 153 da Proposta de Emenda Constitucional nº 74, de 2003, a seguinte redação:

IV – não incidirá sobre as florestas e demais formas de vegetação natural consideradas de preservação permanente, reser-

va legal, as áreas cobertas por florestas nativas, primitivas ou regeneradas, as comprovadamente imprestáveis para qualquer exploração agrícola, pecuária, granjeira, aquícola ou florestal, outras consideradas de interesse ecológico, bem como aquelas sob restrição normativa de caráter ambiental.

Justificação

Esta emenda completa as hipóteses para se atingir o escopo do Relator desta PEC nº 74, na concretização de seu objetivo de transformar em regra geral e uniforme o estímulo fiscal à preservação de áreas verdes e das inaproveitáveis.

Sala das Sessões, . – Senador **Osmar Dias**.

Emenda à PEC nº 74, de 2003	
Nome	Assinaturas
1. A-y-16 Collu	
2.	
3. João A. COELHO	
4. Sérgio Fleury	SERGIO SCHE
5. ALEXAN FREITAS	
6. SIBA MACMADO	Siba Macmado
7. Fátima Cleide	Fátima Cleide
8. Rodalfo Tavinha	Rodalfo Tavinha
9. Heloisa Helena	Heloisa Helena
10. Jacinto Mesquita	Jacinto Mesquita
11.	Heradito Fontes
12. Cláudio	Antonio Carlos Valadares
13. E	EURIPDES LAMARCO
14. Valmir Amador	Valmir Amador
15. Ramon	Ramon Tebet
16. Demostenes Torres	DEMOSTENES TORRES
17. Augusto	Augusto
18. Raphael Paes	Raphael Paes
19.	JUVENICIO DA FONSECA
20. Antero Paes de Barros	ANTERO PAES DE BARROS
21. Fabiana Saboia	Fabiana SABOIA
22.	Roselene Sarney
23.	Cesar Borges
24.	Ana Julia Lage
25.	MARCELO CRIVELLA

<i>Emenda à PEC nº 67, de 2003</i>		<i>...cont...</i>
<i>Nome</i>	<i>Assinaturas</i>	
26.	<i>Ramez Júnior</i>	
27.	<i>Delcídio Alves</i>	
28.	<i>Paulo Paim</i>	
29.	<i>Arthur Viegas</i>	
30.	<i>Edinaldo Suplicy</i>	

Cláudio Vas. *ASSO GEREIATI*
Paulo Paes

EMENDA MODIFICATIVA Nº 229, DE PLENÁRIO

Emenda aditiva à Proposta de Emenda Constitucional nº 74 de 2003: que “Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências”.

Emenda modificativa à Proposta de Emenda Constitucional nº 74 de 2003: que “Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências”.

Dê-se ao inciso VII do § 2º do artigo 155 da Proposta de Emenda Constitucional 74, de 2003 a seguinte redação:

VII – excluído o diferimento, não será objeto de isenção, redução da base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício fiscal ou financeiro, vinculado ao imposto, exceto:

Justificação

Esta emenda resgata a situação do instituto do diferimento, por representar não um incentivo mas sim uma política de racionalidade da cobrança de tributos e facilitação da arrecadação e fiscalização. Entende-se por diferimento o adiamento, delongamento da cobrança do imposto ou seja, posterga-se o dever de pagar o imposto para um momento futuro. No caso do JCMS a postergação da cobrança ocorre para a operação seguinte, muito comum com produtos agrícolas que pela pluralidade de contribuintes, acarretando difícil fiscalização, nível sócio-econômico-cultural dos contribuintes, fator que os dificulta na operação de preenchimento de documentos fiscais e operacionalização do imposto, facilita ao fisco o controle, arrecadação e fiscalização do imposto na operação subsequente, o que tem se mostrado um mecanismo eficaz há já muitos anos.

Sala das sessões, – **Osmar Dias.**

Emenda à PEC nº 74, de 2003	
Nome	Assinaturas
1. Augusto Batelha	
2.	
3. João A. CARIBÉ	
4. Luiz Messias	
5. AELTON Freitas	
6. Luiz Marbade	SIBA MACHADO
7. Dericé	FATIMA CEIDE
8. D. Lourenço	Rodolpho Taurimbo
9. Heloisa Heland	Heloisa Mirene
10. Geraldo Albuquerque	Genalda Resquita
11.	Heradite Fortes
12. Alvaro	Antonio Carlos Viladarias
13. Ed	Guilherme Carmona
14. Valmir Amante	
15. Rangel	Rangel Tebetic
16.	DEMOSTENES TORRES
17. Valdir Amato	
18. Arnaldo Vas.	Papaleo Paes
19.	Jusencio dos Santos
20. Patricia Saboia	ANTERO PAE DE BARROS
21.	
22.	Roseana Sarney
23. Lima	Cesar Borges
24. Ana Julia Careta	ANA JULIA CARETA
25.	ICAROTO CRIVELA

<i>Emenda à PEC nº 67, de 2003</i>		<i>...cont...</i>
<i>Nome</i>	<i>Assinaturas</i>	
26.	<i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
27.	<i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
28.	<i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
29.	<i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
30.	<i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>

[Large Handwritten Signatures: Cláudio Vas, Tasso Berezetti, Papaleo Paes]

EMENDA MODIFICADA Nº 230, DE PLENÁRIO

Emenda aditiva à proposta de Emenda Constitucional nº 74 de 2003: que "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".

Emenda modificativa à Proposta de Emenda Constitucional nº 74 de 2003: que "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências"

Dê-se à alínea **a** do inciso VII do § 2º do artigo 155 da Proposta de Emenda Constitucional 74, de 2003 a seguinte redação:

- a)** para atendimento ao disposto no artigo 146, III, **c e d**, hipótese na qual pode-

rão ser aplicadas as restrições previstas nas alíneas **a e b** do inciso II.

Justificação

Esta emenda resgata o tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, instituído pela alínea **c** do art. 146, III.

A PEC 41 institui tratamento diferenciado 'as micro-empresas, e nesta esteira afasta-as da vedação do inciso VII, § 2º do art. 155, fato que deve ser estendido também às sociedades cooperativas por equidade, pois ambas as pessoas jurídicas, cooperativas e micro empresas possuem no art. 146, II, tratamento diferenciado.

Sala das sessões, – **Osmar Dias.**

Emenda à PEC nº 74, de 2003	
Nome	Assinaturas
1. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
2. <i>[Handwritten Name]</i>	SELYS SLHESARENKO
3. JOÃO A. CAPIBERIBO	<i>[Handwritten Signature]</i>
4. AELTON TROTTAS	<i>[Handwritten Signature]</i>
5. <i>[Handwritten Name]</i>	SIBA MACHADO
6. FÁTIMA OLIVEIRA	<i>[Handwritten Signature]</i>
7. <i>[Handwritten Name]</i>	Rodolfo Tomiolo
8. <i>[Handwritten Name]</i>	Melrose Melro
9. <i>[Handwritten Name]</i>	Geraldo Mesquita
10. <i>[Handwritten Name]</i>	Heraclito Dantes
11. <i>[Handwritten Name]</i>	Antonio Carlos Valadares
12. <i>[Handwritten Name]</i>	EURIPIDES CAMARGO
13. <i>[Handwritten Name]</i>	VALMIR AMARAL
14. <i>[Handwritten Name]</i>	Ramez Tebet
15. <i>[Handwritten Name]</i>	DEMOSTENES TORRES
16. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
17. <i>[Handwritten Name]</i>	Popale Paes
18. <i>[Handwritten Name]</i>	JUVENIO DA FONSECA
19. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i> AMERIO PAE DE BARROS
20. <i>[Handwritten Name]</i>	
21. <i>[Handwritten Name]</i>	Roseana Sarmey
22. <i>[Handwritten Name]</i>	Cesar Borges
23. <i>[Handwritten Name]</i>	Ana Julia Careza
24. <i>[Handwritten Name]</i>	
25. <i>[Handwritten Name]</i>	MARELO CRIVELA

Patricia Saboia

<i>Emenda à PEC nº 67, de 2003</i>		<i>...cont...</i>
<i>Nome</i>	<i>Assinaturas</i>	
26.	<i>Romero YUCA</i>	
27.	<i>Alberto Jones</i>	
28.	<i>Paulo PAI</i>	
29.	<i>GABRIEL M. GIL</i>	
30.	<i>ARTUR Viegas</i>	

Edmundo Siqueira
Cláudio
Raposo
Tasso Berezatti
Paulo Paes

EMENDA Nº 231, DE PLENÁRIO
 (À PEC nº 74, de 2003)

Dê-se ao inciso I do art. 159 da Constituição, nos termos do art. 1º da PEC nº 74, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 1º.....

‘Art. 159.....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinquenta e quatro por cento na seguinte forma;

b) vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

.....NR”

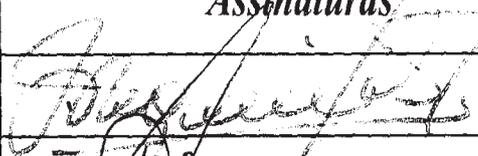
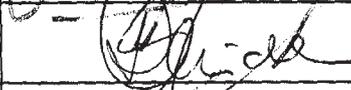
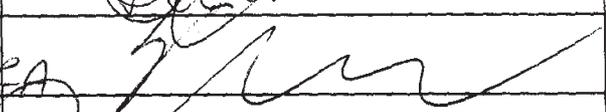
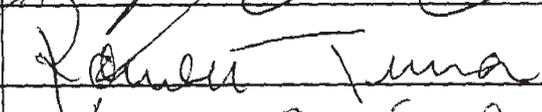
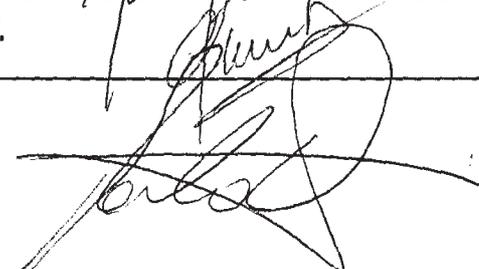
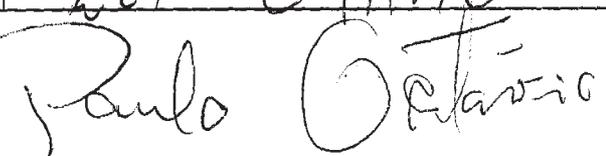
Justificação

Atualmente, enquanto a União e os Estados administram, respectivamente, 63% e 24% da receita tributária total, os municípios gerem apenas 13%. Assim, embora tenham um papel destacado na prestação de serviços públicos, os municípios são os entes da Federação que recebem menos recursos.

Justifica-se, portanto, o aumento da participação do FPM no resultado da arrecadação dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados, para que as crescentes demandas por serviços e por investimentos possam ser satisfeitas.

Sala das sessões, – **Osmar Dias**, Senador.

Emenda à PEC nº 74, de 2003	
Nome	Assinaturas
1. MOZARILDO CAVALCANTI	
2. Jonas Pinheiro	Jonas Pinheiro
3. RUI GUIO ARRAS	Rui Guio Arras
4. Ney Sussana	Ney Sussana
5. Augusto Botelho	Augusto Botelho
6. Valdir Rampop	Valdir Rampop
7.	
8.	
9. César Borges	CÉSAR BORGES
10. João Alberto Souza	JOÃO ALBERTO SOUZA
11.	
12. Sibá Macchado	SIBÁ MACCHADO
13. Gerson Camate	Gerson Camate
14. Rodalphy Tourinho	Rodalphy Tourinho
15. João Capiberibe	JOÃO CAPIBERIBE
16. Sérgio Guerra	SERGIO GUERRA
17. Gerardo Merquitta da	GERARDO MERQUITTA DA
18. Satox uivo	Satox uivo
19. Patrícia Saboia	Patrícia SABOIA
20. Ana Juliana Correia	Ana Juliana Correia
21. Dulce Delcédio Amaral	Dulce Delcédio Amaral
22. Papaleo Paes	Papaleo Paes
23. Helaine Helena	Helaine Helena
24. CARLOS MACIEL	CARLOS MACIEL
25. João Ribeiro	JOÃO RIBEIRO

<i>Emenda à PEC nº 67, de 2003</i>		<i>...cont...</i>
<i>Nome</i>	<i>Assinaturas</i>	
26. <i>Requisito Duarte</i>		
27. <i>Fátima Cleide</i>		
28. <i>Juvenete da Fonseca</i>		
29. <i>Tommasini</i>		
30. 	<i>Luiz OTÁVIO</i> 	

EMENDA Nº 232, DE PLENÁRIO
(à PEC nº 74, de 2003)

Suprima-se o parágrafo único do art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), nos termos do art. 1º da PEC nº 74, de 2003.

Justificação

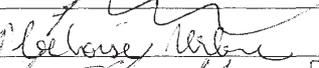
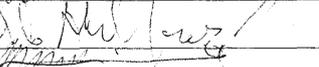
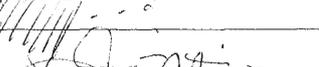
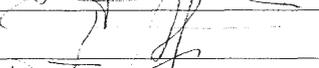
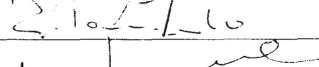
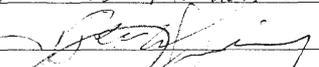
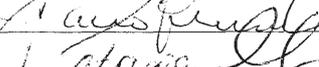
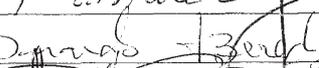
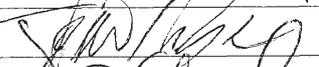
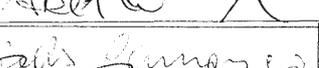
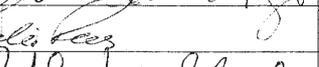
O **caput** do art. 92 do ADCT estipula que: permanecem aplicáveis os critérios de distribuição referidos no dispositivo constitucional até a regulamentação do art. 158 da Constituição Federal por legislação complementar. Se haverá todo um processo legislativo (especial por se tratar de projeto de lei complementar, que exige **quorum** qualificado) não há porque se estipular aqui, no parágrafo único que pretendemos suprimir, o prazo para a entrada em vigor da lei que será elaborada para tratar da questão. O **fórum** e a oportunidade adequada para a discussão da questão se estabelecerá no momento da elaboração e discussão do projeto pertinente.

A redação do parágrafo é inclusive ambígua, ao estabelecer que no período de transição nenhum município sofrerá perda em relação ao valor das receitas que fazia jus anteriormente. Como o critério é de distribuição, ou melhor, de redistribuição, e não de tributação, tem-se como impossível o desiderato, pois o período de transição pressupõe uma mudança gradativa entre a situação atual e a que se pretende alcançar.

Sendo assim, no que concerne ao prazo de carência ou transição de aplicabilidade dos critérios a serem implantados pela lei complementar, parece de bom alvitre que seja estipulado pela própria lei que regulará a matéria, quando o legislativo se debruçar sobre a necessidade de novo critério e o impacto de sua implantação.

Podemos acrescentar ainda o fato de que o termo "perda", utilizado no malsinado parágrafo é subjetivo, posto que já existem decisões judiciais que contradizem a interpretação utilizada na prática, dos critérios de distribuição do ICMS entre os municípios.

Sala da Comissão, – **Osmar Dias**.

Emenda à PEC nº 74, de 2003	
Nome	Assinaturas
1. 	Demóstenes Torres
2. 	Mozavildo Cavalcanti
3. 	César Borges
4. 	Juvêncio da Fonseca
5. 	Valdir de Souza
6. 	Antonio Carlos Magalhães
7. 	EDUARDO AZEREDO
8. 	Antonio Carlos Labacemi
9. 	Carlos Amador
10. 	Valdir Pinheiro
11. 	João Capiberibe
12. 	Rosemar Sales
13. 	Rodrygo Tomé
14. 	Ney Suassuna
15. 	SIBÁ MACHADO
16. 	Pedro Simon
17. 	Tasso Jereissati
18. 	Valdeci Sabino
19. 	Edinho Braga
20. 	Juvêncio da Fonseca
21. 	Leonel Pavan
22. 	Flávio Marques
23. 	João Pinheiro
24. 	Sérgio Cabral
25. 	Roberto Saturnino
26. 	Sérgio Guimarães
27. 	Papaleo Paes
28.	Arthur Virgílio
29.	Ramez Tebet
30.	CRIVEIA

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a proposta e as emendas apresentadas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista dos oradores inscritos.

Em primeiro lugar, está inscrito o Senador Eurípedes Camargo, a quem dou a palavra.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei atentamente o início da sessão e as manifestações dos dois primeiros oradores, ou seja, os seus entendimentos políticos. Logo que cheguei ao plenário, tentei acompanhar quantas vezes eles falaram no Partido dos Trabalhadores em seus discursos. Na verdade, trata-se de uma apologia ao Partido. Portanto, quero agradecer a preocupação dos companheiros pela forma como citaram, explicitaram ou colocaram suas posições. Isso demonstra a importância do Partido. Eu parabeno S. Ex^{as} e considero muito importante essa manifestação de apreço.

Hoje, a imprensa, como por exemplo, a revista **Veja**, traz algumas questões ligadas a escândalos. É importante que essas denúncias aconteçam neste Brasil revisado e, como se diz no jargão utilizado pela imprensa, “no Brasil passado a limpo”. Elas têm muito a ver com a construção que estamos fazendo – e eu não diria só o meu Partido, mas toda a sociedade organizada deste País – e têm contribuído para que passemos desse patamar das coisas escondidas para as transparentes. E todos nós que nos envolvemos nesse processo da transparência do que acontece na vida pública somos co-responsáveis por este momento que estamos vivendo. Infelizmente, há notícias que desabonam, mas o fato de que elas não estejam escondidas, para mim, é um ponto positivo, porque estamos trabalhando nesse sentido.

Um dos temas aqui abordado foi o caso Bannestado. Esse assunto vem sendo denunciado pela imprensa de modo grave e vasto já há alguns anos e o seu desfecho foi a CPI, dita aqui como a CPI que não avançou. E ficou parecendo que o Partido dos Trabalhadores citado nas fitas – se pegarem as notas taquigráficas conferirão – teve algo a ver com o fato. Na verdade, quem preside a Comissão desta CPI não é o Partido dos Trabalhadores. Então, como foi citado o Partido, eu estou aqui querendo dizer que as pessoas, ao citarem a fonte, precisam

citar também a ligação, já que tentam colocar o Partido dos Trabalhadores como o responsável pelo processo. No entanto, nós sabemos que esse é um fato concreto. Eu estou somente registrando os fatos relacionados às questões.

A outra questão abordada hoje foi sobre o Ministro Ciro Gomes. Segundo o que li na revista sobre a entrevista do Ministro Ciro Gomes, a posição de S. Ex^a sobre a campanha não foi aquela publicada pela reportagem; pelo contrário, ele considera que o Partido dos Trabalhadores teve uma postura limpa e transparente em relação à sua candidatura. A prova disso é que hoje ele é Ministro do Governo sem nenhum problema de consciência. Portanto, a tentativa de colocar a questão de forma direcionada, dizendo que “A” ou “B” foi perseguido, culpando a quem tenham interesse em fazê-lo, como foi o caso da própria pessoa que se colocou neste plenário, como se fosse a pessoa atingida, não corresponde à verdade, pois S. Ex^a não se sentiu assim durante o processo eleitoral. Logo, acredito que essa seja uma tentativa de aleivosia. Registro isso, porque não poderia assistir a essas manifestações no plenário sem me pronunciar sobre as mesmas.

Sobre a questão do Distrito Federal, há uma decisão, um encaminhamento do TRE ao TSE. Portanto, esperamos o julgamento. O Distrito Federal, durante um bom período, esteve, e ainda continua, como manchete negativa nas páginas da imprensa. Mas não foi o Partido dos Trabalhadores que o colocou nessa situação; as circunstâncias o levaram a isso. Assim, gostaria de deixar muito clara essa questão que está ocorrendo com o Distrito Federal, no caso, com o Governador Joaquim Roriz e a sua vice, que também não é do mesmo partido. Eu não gostaria de fazer aqui esse embate de partido para partido, até porque respeito as organizações partidárias. Acredito que, no seu bojo, é que os quadros são discutidos, trabalhados, vistos e encaminhados. Portanto, não quero citar esse ou aquele partido, pois entendo que em todos os partidos há pessoas competentes – e o Senado é prova cabal disso. Logo, não quero me referir ao partido dessas pessoas envolvidas, por respeitar e entender que é dentro dos seus partidos que se coloca em discussão os seus quadros. Esse era o registro que queria fazer antes de passar para o assunto que me trouxe a esta tribuna.

Trago para conhecimento e apreciação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores o PDS 317, de 2003, de minha autoria, que tramita nesta Casa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Trata-se da convocação de plebiscito dos Municípios de Águas Lindas,

Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Planaltina de Goiás, a fim de submeter à consulta popular a incorporação desses Municípios ao Distrito Federal. Vou explicar o porquê dessa proposta.

Como é do conhecimento de todos, a Constituição Federal prevê a possibilidade de “os Estados se incorporarem entre si, subdividir-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar”.

Para que os senhores possam entender as motivações que me levam a tal proposição, resgato aqui um pouco da história política do DF. Brasília foi fruto do processo de interiorização do País, reivindicado desde 1780 pelos Inconfidentes.

Com a Proclamação da República, em 1889, o ideal de interiorização transforma-se em preceito constitucional. Em seu art. 3º, a Constituição estabelecia: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”.

Assim, em 1892, foi constituída a conhecida Missão Cruls, para demarcar a área do futuro Distrito Federal. Os estudos desenvolvidos resultaram na definição da zona constitucionalmente definida, com a indicação do Quadrilátero Cruls, área retangular que incorporava os limites de antigas fazendas do Estado de Goiás, pertencentes às cidades de Planaltina e Luziânia.

No centenário de nossa Independência foi lançada, em Planaltina, a Pedra Fundamental do Distrito Federal.

A cidade de Brasília, projetada por Lúcio Costa e construída por Oscar Niemeyer para ser a nova Capital do País, foi inaugurada em 1960, respaldando a política desenvolvimentalista implementada pelo Governo de Juscelino Kubitschek.

Desde sua criação, Brasília tem sido marcada pela intensa atividade política de sua população, desde a luta por direitos trabalhistas dos que a construíram, gerando episódios como o Massacre da Pacheco Fernandes, conflito entre polícia e trabalhadores pioneiros da construção da cidade, até manifestações de repúdio à ditadura militar por estudantes e professores da Universidade de Brasília.

Em 1984, a Capital se destacou no cenário nacional pelo movimento organizado em torno das Dire-

tas Já, que visava consagrar à restituição dos direitos democráticos usurpados durante a ditadura militar.

Além das grandes reivindicações de caráter nacional, nossa população também se mobilizou, desde o primeiro momento, em torno de direitos e melhorias para a cidade, protagonizando lutas em torno de direitos como o da moradia, de que participei como militante da Associação dos Incansáveis, Moradores da Ceilândia, assentamento populacional que visava à erradicação das favelas no Distrito Federal.

Desde o início, estive presente entre os militantes do movimento popular e sindical a certeza de que a autonomia política era uma conquista fundamental para o exercício democrático da cidadania em nossa cidade.

Após 26 anos de tutela, a representação política foi negada ao povo do Distrito Federal. Conseguimos conquistar com muita luta o direito de eleger nossos Deputados Federais e Senadores por meio do voto.

Na Constituinte, conquistamos o direito de eleger, pela primeira vez, governadores e membros de uma câmara legislativa que se consagrou na Constituição de 1988.

Somente nas eleições de 1990, o Distrito Federal teve seu primeiro Governador eleito e também seus primeiros deputados distritais. Nossa autonomia política tornou-se realidade em 1991, com a instalação da Câmara Legislativa, da qual fiz parte como Deputado Distrital, tendo tido o privilégio de participar da criação da Lei Orgânica do Distrito Federal, que teve o objetivo de organizar o exercício do poder, fortalecer instituições democráticas e os direitos da pessoa humana.

Para nós, que vimos nascer essa cidade e lutamos para que seus cidadãos tenham condições dignas de vida, a autonomia política do Distrito Federal é um princípio inegociável.

Reconheço que hoje o crescimento populacional do Distrito Federal e da chamada região do Entorno criam dificuldades para o atendimento da população com serviços públicos de qualidade e é por isso que proponho a ampliação legal do Distrito Federal, a fim de consagrar por direito algo que já existe de fato.

A ampliação do Distrito Federal com a inclusão dos Municípios do Entorno já citados irá não apenas oficializar uma situação já existente, mas também possibilitar maior aporte de recursos para o Distrito Federal, de forma a permitir atendimento adequado à população que recorre aos serviços de educação e saúde do Distrito Federal, entre outros.

Segundo o **Anuário Estatístico do Distrito Federal**, ano 2001, recentemente divulgado pelo Palácio do Buriti, cerca de 60% da população desempregada da Capital federal é proveniente da chamada região do Entorno.

No campo da educação, conforme levantamento também recente da Secretaria de Educação do Distrito Federal, mais de seis mil crianças e jovens provenientes do Entorno, diariamente, deslocam-se de suas cidades para estudar em escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, usando inclusive o endereço de parentes na Capital federal para poderem matricular-se.

Na área de saúde, o problema assume proporções alarmantes, gerando enorme queda na qualidade dos serviços oferecidos e privando enorme contingente populacional do atendimento hospitalar.

Estudo realizado pela Secretaria de Planejamento, que trata da situação socioeconômica e cultural do Entorno, revela que os moradores dos Municípios situados na divisa com a BR-040, como Águas Lindas, Novo Gama, Valparaíso e Santo Antônio do Descoberto, são os que mais utilizam os serviços do Distrito Federal: cerca de 50% dos moradores dessas cidades trabalham no Distrito Federal e mais de 60% utilizam a rede hospitalar local.

O projeto que apresento leva em conta a atual realidade dessa região e busca contribuir para a solução desses problemas. Os Municípios de Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Planaltina de Goiás são hoje verdadeiras cidades satélites de Brasília e grande parte de sua população vive fundamentalmente em função dos empregos e serviços públicos ofertados pela Capital federal.

Uma das conseqüências da aprovação dessa proposição, que virá minorar as dificuldades enfrentadas atualmente pelo Distrito Federal, é o maior aporte de recursos que deverá resultar do acréscimo populacional dela conseqüente, que incrementará o coeficiente de participação do Distrito Federal na repartição dos fundos constitucionais, proporcionando condições adequadas para melhor oferta de serviços públicos à população das áreas a serem incorporadas.

Enfim, gostaria de concluir dizendo que grande parte do drama urbano que nos aflige, gerando violência e degradação das condições de vida, deriva do processo de exclusão de grande parte da população de nosso País, a qual está à margem dos direitos elementares. Isso nos impõe a responsabilidade de erguer nossas vozes contra medidas que venham a agravar esse verdadeiro fosso social.

Devemos usar nossos recursos para encontrar soluções para os enormes problemas de desigualdade de oportunidades que geram as distorções que não são resolvidas senão com justiça social.

Com a proposição ora apresentada, pretendo dotar o Distrito Federal de melhores instrumentos para promoção do bem-estar, resgatando o sonho da “Capital da Esperança”.

Esse é o intuito do projeto. Espero contar com o apoio dos meus Pares nesta Casa.

Muito obrigado, companheiros.

Durante o discurso do Sr. Eurípedes Camargo, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Alvaro Dias, do PSDB do Estado do Paraná.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo hoje falar sobre um capítulo fascinante da história da imprensa brasileira, mas antes devo fazer um registro.

Em 1999, o Congresso converteu a Medida Provisória nº 1.554, editada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Lei nº 9.849. O texto da Lei permitia que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, dadas as suas necessidades inadiáveis, realizasse contratações temporárias de funcionários para análise e registro de marcas e patentes.

O Partido dos Trabalhadores, conforme notícia publicada na edição da revista **IstoÉ** desta semana, “subiu nas tamancas” e, representado pelo Advogado Luiz Alberto Santos, ajuizou a Adin nº 2.380-2 contra a Lei, alegando que a contratação de pessoal “para o exercício de atividades típicas, exclusivas, regulares e permanentes do Estado”, por órgãos e entidades públicos, teria de ser feita por concurso público, eis que tais servidores deveriam “contar com a proteção especial contra a perda do cargo”.

Tal tese foi considerada pertinente pelo então Ministro Moreira Alves, tendo o Supremo Tribunal Federal considerado que tal dispositivo afrontou a Constituição Federal, pois “não é permitido que a lei estabeleça casos de contratação temporária para pessoal que realize atividades públicas permanentes, que de-

vem ser desempenhadas por servidores públicos devidamente concursados.”

Todavia, recentemente, o Executivo editou a Medida Provisória nº 136, com o intuito de autorizar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade – a fazer justamente aquilo que o INPI foi proibido de fazer pelo Supremo Tribunal Federal: contratar temporariamente pessoal para o exercício de atividades públicas permanentes. E adiciona a notícia publicada na **Istoé** que o autor do texto dessa nova MP foi o “subchefe de ação governamental da Casa Civil, que vem a ser exatamente o Advogado Luiz Alberto Santos, aquele mesmo que ajuizou a Adin.” – Faça o que digo, mas não faça o que faço!

Destaca-se que a referida medida autoriza o Cade a contratar “pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas competências institucionais” e que, conforme ressaltado em sua exposição de motivos, há necessidade de que tais pessoas sejam “preservadas de qualquer possibilidade de investida do poder econômico”, dado que exercerão atividade técnica de assessoramento ao controle dos atos de concentração e repressão às condutas anticoncorrenciais.

Mas como evitar que pessoal contratado precária e temporariamente fique protegido das investidas do poder econômico, senão pela estabilidade constitucional conferida aos servidores efetivos?

Essas atividades são essenciais ao exercício das competências institucionais do Cade, devendo ser exercidas apenas por servidores efetivos, regularmente investidos após aprovação em concurso público, conforme o disposto nos incisos II e IX do art. 37 da Constituição Federal e o já decidido pelo STF na ação ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores.

Por essa razão, Sr. Presidente, comunico que levarei essas preocupações ao conhecimento do Presidente do PSDB, ex-Senador José Serra, para que possa ajuizar a necessária ação direta de inconstitucionalidade contra a Medida Provisória nº 136, de 2003, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação popular para responsabilização daqueles que vierem a contratar pessoal para o exercício de funções estáveis permanentes, sem o devido concurso público.

Portanto, Sr. Presidente, estamos apenas nos orientando pelo que pretendia o advogado Luiz Alberto Santos, hoje Subchefe de Ação Governamental da Casa Civil do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a origem histórica da imprensa brasileira é fascinante.

Nos primeiros anos da independência, a ação de jornalistas, padres e intelectuais patriotas plasmou uma vigorosa corrente de resistência contra uma corte imperial viciosa e corrompida. O golpe de 1823, que dissolveu a Assembléia Constituinte, culminou com o seu fechamento e a cassação dos seus parlamentares. Transformou a imprensa na grande voz da opinião pública após a outorga autoritária da Constituição imperial.

Os jornalistas Cipriano Barata, Líbero Badaró e Evaristo da Veiga, dentre tantos, marcaram as suas vidas combatendo o absolutismo e a tirania instalada.

O jornalista baiano Cipriano Barata fora Deputado às Cortes de Lisboa, antes da Independência, e, desencantado, as abandonou, retornando ao Brasil. Eleito pela Bahia para a Assembléia Constituinte, mesmo tendo imunidade, foi preso três dias antes do golpe desfechado por D. Pedro I. Faz, então, da imprensa e da sua publicação **Sentinelas da Liberdade** a grande tribuna de resistência. Acrescentava o nome de acordo com o lugar onde estava ou as prisões por onde passava. Era a **Sentinela da Liberdade da Guarita de Pernambuco** ou a **Sentinela da Liberdade da Fortaleza de Laje no Rio de Janeiro** ou ainda a **Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá na Bahia**.

Em São Paulo, o jornalista liberal radical Líbero Badaró travou uma luta contra a intolerância que se tornou épica, culminando com o seu assassinato em novembro de 1830, com total omissão das autoridades constituídas na apuração do brutal crime.

No Rio de Janeiro, o talento do liberal conservador Evaristo da Veiga, no seu jornal **Aurora Fluminense**, constituiu-se numa brava cidadela de resistência contra o nascente poder imperial discricionário e violentador da liberdade.

Polêmico, amado e odiado, no presente, ninguém, nem os seus mais figadais inimigos ou adversários, poderá negar ao jornalista Hélio Fernandes e à sua **Tribuna da Imprensa**, por mérito de conquista e respeito histórico, o galhardão de resistente da liberdade. Segue a tradição da imprensa libertária que marcou a atuação, nos primórdios da nossa independência, das figuras de Cipriano Barata, Líbero Badaró e Evaristo da Veiga.

Sua vida profissional de grande jornalista inicia-se na então mais importante revista semanal brasileira, **O Cruzeiro**, onde torna-se diretor de redação. Apóia a greve dos alunos da Escola Naval do Rio de Janeiro, em 1948, publicando duas reportagens - “A Revolta dos Anjos” e “Anistia para os Aspirantes” -, entrando em choque com Assis Chateaubriand, pro-

prietário da revista, e demite-se. Vai para o **Diário Carioca** e contrata colaboradores do nível de Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Millôr Fernandes, seu irmão. Daí vai para a iniciante revista **Manchete**, assumindo a sua direção e dando início à padronização gráfica e redatorial que faria da publicação uma das mais importantes do País.

Na política, em 1955, foi designado diretor da assessoria de imprensa da vitoriosa campanha presidencial de Juscelino Kubitschek. Com a posse de JK, considera a missão cumprida e vai dirigir o jornal **A Noite**, objetivando apoiar o novo governo e enfrentar a oposição que se formava na grande imprensa com claro sentido desestabilizador. “As intrigas palacianas” o fazem abandonar, algum tempo depois, o projeto desenhado, levando ao rompimento traumático e violento com Juscelino Kubitschek.

No **Diário de Notícias**, consolida um novo padrão de informação com a coluna “Em Primeira Mão”. Em 1960, apóia a candidatura de Jânio Quadros à Presidência. Com a sua desastrada renúncia e diante da crise política que eclode em função do veto dos ministros militares à posse constitucional do Vice-Presidente João Goulart, defende a legalidade e a posse de Jango na Presidência.

A **Tribuna da Imprensa**, que fora criada por Carlos Lacerda em 1949, já não mais pertencia ao então Governador do Estado da Guanabara. Fora vendida ao jornalista Manoel Francisco Nascimento Brito, também diretor do **Jornal do Brasil**.

Uma nova realidade a partir de 1962 iria ocorrer na vida do jornalista Hélio Fernandes. Ele compra a **Tribuna da Imprensa** e faz renascer a chama de combate que sempre marcara a existência do órgão. A sua redação no histórico casarão neocolonial da rua do Lavradio volta a ser uma referência na vida política e econômica do Brasil, incomodando a muitos, resistindo a outros e mantendo vivo o símbolo do galo de briga, que marcou por muito tempo o logotipo da **Tribuna**. Rompe com o Governo João Goulart e apóia o movimento militar de 1964. Com a edição do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, que cassava mandatos, prendia e perseguia os adversários do novo regime, usurpava atribuições do Legislativo e gerava uma fundamentação extralegal, rompe com o Governo Castello Branco. Responde a 27 processos, movidos pelo Governo, objetivando o estrangulamento do jornal e calar a sua voz no combate que movia contra o autoritarismo.

Em 1966, candidata-se a Deputado Federal pelo MDB da Guanabara e tem o seu nome impugnado pelo Tribunal Regional Eleitoral, por interferência

direta do General Castello Branco. Mesmo tendo o registro cassado, o eleitorado livre da Guanabara sufraga seu nome em várias dezenas de milhares de votos, obviamente todos anulados. Logo em seguida, tem seus direitos políticos cassados por 10 anos, e, diante da proibição, passa a assinar seus artigos com o nome de José da Silva. Em 1967, com uma nova Constituição outorgada e com a posse do General Costa e Silva, volta a assinar o seu nome.

Quando o acidente aéreo mata Castello Branco, em agosto de 1967, Hélio Fernandes escreve violento editorial na primeira página da **Tribuna da Imprensa**, que começava assim:

Com a morte de Castello Branco, a humanidade perdeu pouca coisa, ou melhor, não perdeu coisa alguma. Com o ex-Presidente, desapareceu um homem frio, impiedoso, vingativo, implacável, desumano, calculista, ressentido, cruel, frustrado, sem grandeza, sem nobreza, seco por dentro e por fora, com um coração que era um verdadeiro deserto do Saara.

A resposta da ordem autoritária foi fulminante. Hélio Fernandes é preso e levado para Fernando de Noronha por 30 dias. Daí é levado para o quartel de Pirassununga, em São Paulo, onde permaneceu detido por mais 30 dias.

Libertado por decisão do Superior Tribunal Militar, volta a escrever contra o Governo Costa e Silva, e, em 1968, por oito meses o jornal é submetido à violenta censura. Mas não deixa de circular um único dia.

Em dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5, foi preso na redação da **Tribuna** e levado para o Regimento Caetano de Faria, onde permanece ao lado de Carlos Lacerda, Mário Lago, Carlos Heitor Cony e dezenas de intelectuais brasileiros que são igualmente detidos pelo autoritarismo.

Com a morte de Costa e Silva e a assunção do poder pela Junta Militar, a **Tribuna da Imprensa** foi fechada, por alguns dias, pela Polícia Federal. Hélio é preso mais uma vez e confinado em Campo Grande, atual capital do Mato Grosso do Sul.

No Governo Médici, a censura foi total, não apenas na **Tribuna**, mas em todos os órgãos de comunicação existentes em qualquer parte do território nacional.

Com o Governo Ernesto Geisel e o início da abertura política, era nas denúncias de Hélio Fernandes que a corrupção em diferenciados escalões do Governo ganhou notoriedade. Recebe um novo processo por ofensa, patrocinado pelo próprio Ernesto

Geisel. Mas não se intimida e continua o combate até o final do período de Geisel.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, ousou interromper V. Ex^a em seu pronunciamento de reconhecimento, de homenagem a um grande jornalista brasileiro – Helio Fernandes, de quem sou leitor desde o tempo em que era acadêmico de Direito na Universidade do Brasil, Faculdade Nacional do Rio de Janeiro. Helio Fernandes se destacou e continua se destacando como um bravo jornalista, homem corajoso, ousado, polêmico e, sobretudo, um idealista. V. Ex^a faz muito bem ao ocupar esta tribuna para reconhecer os méritos do grande jornalista que é Helio Fernandes. Acredito que um jornalista do quilate de Helio Fernandes honra o jornalismo e a imprensa no Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

A nossa homenagem tem o seu objetivo. Creio que muitos homens que honram a tradição libertária do Brasil são homenageados depois que nos deixam. É preciso homenageá-los enquanto vivos, e muito vivos. Queira Deus que possa Helio Fernandes ter muitos anos de luta pela frente. E quando há resquícios de autoritarismo no País – e ainda hoje o Senador Arthur Virgílio fazia referência a esse fato desta tribuna – é preciso apresentar os exemplos de resistência que tivemos na imprensa brasileira.

Prossigo, Sr. Presidente.

Assumindo o general João Figueiredo, Helio Fernandes lança duas fundamentais bandeiras nos seus primeiros dias de governo. Defende a urgência de uma assembléia nacional constituinte e a decretação de uma anistia ampla geral e irrestrita, duas teses que se tornariam vitoriosas.

A resposta da chamada linha dura foi pronta e imediata. A **Tribuna da Imprensa** sofre um atentado à bomba de alto poder destrutivo, afetando as suas instalações e destruindo todas as suas rotativas. Eram os grupos paramilitares vinculados aos organismos de segurança do 1º Exército os patrocinadores do atentado.

Na imprensa brasileira ninguém que conseguiu sobreviver pagou o preço dos anos de arbítrio imposto à **Tribuna da Imprensa** e ao jornalista Helio Fernandes. O saudoso e histórico **Correio da Manhã**, por exemplo, foi asfiziado financeiramente e forçado a desaparecer. O mesmo ocorreu com outros órgãos da imprensa nacional e regional.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, com prazer concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, ao lado do Senador Ramez Tebet, chegamos à conclusão de que não existe na História do mundo um jornalista que tenha mais coragem do que esse do Rio de Janeiro. E já que chegou nosso Senador Heráclito Fortes, eu lembraria Ulysses Guimarães para dizer o significado disso. Ele disse que sem coragem acabam-se todas as virtudes. Felizes somos nós, brasileiros, que não precisamos buscar exemplos na História, Voltaire e Robespierre. O exemplo de coragem é Helio Fernandes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. A coragem é, realmente, a primeira das virtudes.

A bravura, a resistência e o combate sem trégua travado naquelas duas décadas de medo e terror de Estado haverão de ficar registrados na história da imprensa brasileira como exemplo. Exemplo dado no sofrimento, na coragem sem limite que Helio Fernandes deu aos brasileiros, quando a esperança parecia, também, ter sido cassada pelos vitoriosos.

Como Senador da República e testemunho de um terrível tempo vivido é que faço esse registro nesta tribuna. É um dever mínimo de justiça a quem merece justiça e reconhecimento pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Era um tempo cantado não no desespero, mas na confiança e na certeza, como fez o grande poeta Tiago de Melo: “Faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar”.

E esse amanhã chegou porque os brasileiros conscientes lutaram, pagando com exílios, mortes, torturas, desaparecimentos e coragem para que renascesse em um tempo de esperança.

A todos eles, sobretudo ao ler a obra prima de Elio Gaspari, **A Ditadura Derrotada**, cabe também esse registro histórico que faço no Senado Federal. Quando se outra razão não fosse para que não se apague da memória nacional um tempo que precisa ser definitivamente sepultado, para que os brasileiros não tenham, no futuro, que viver realidade parecida.

Ao jornalista Helio Fernandes e à sua valente **Tribuna da Imprensa** o eterno reconhecimento daqueles que sabem como foi fundamental a sua luta e a sua resistência para fazer o Brasil perfilar-se ao lado da civilidade constitucional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Responsável pelo Estado Democrático de Direito em que vivemos, lutando pela sob a égide da igualdade para a construção de um Brasil desenvolvido e fundamentado na Justiça Social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Alvaro Dias, esta Presidência deseja apenas informar, por cortesia a V. Ex^a, que acidentalmente fez disparar as campainhas quando V. Ex^a não havia sequer atingido um minuto fora do tempo a que tinha direito. Peço desculpas a V. Ex.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o nobre Senador Valdir Raupp. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos. (Pausa.)

A Mesa comete um novo equívoco, desta vez envolvendo o Senador Ramez Tebet, que, na verdade, é o próximo orador inscrito por cessão do Senador Marcelo Crivella.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a é o próximo orador a falar, logo após as palavras do ex-presidente e sempre presidente desta Casa Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a nunca se equivoca, fique tranqüilo! Eu quero cumprimentá-lo, saudar as Sr^{as} e os Srs. Senadores e dizer que venho a esta tribuna hoje para dizer praticamente o óbvio, mas para dar a minha opinião sobre as reformas que tramitam nesta Casa, principalmente a reforma tributária, que está em período de discussão.

Eu sei, Sr. Presidente, bem como todos têm consciência – ninguém pode negar – da necessidade de efetivarmos as reformas que ainda se encontram pendentes, para que o Brasil possa se adequar aos novos tempos e melhorar a sua produtividade, tornar-se competitivo no cenário internacional, mas sobretudo para promover a qualidade de vida da sua população.

Encontram-se na Casa duas reformas: a previdenciária, já votada em primeiro turno, e a tributária, ambas ocupando a maior parte dos nossos debates e dos nossos esforços nesta Casa legislativa, congregando também outros segmentos da sociedade brasileira, como o empresariado, os sindicatos, as entidades comunitárias e o meio ambiente.

A reforma previdenciária entra já em segundo turno de votação nesta Casa. Entretanto, para mim particularmente e para alguns Senadores, a PEC paralela é um ponto de honra, pois, tenho certeza, vai humanizar a reforma previdenciária já votada em primeiro turno. Isso é ponto de honra, não pessoalmente, mas das Lideranças desta Casa e do próprio Se-

nado da República. Acredito que, na quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ela, no mínimo, entrará em discussão.

Estamos ao apagar das luzes deste ano, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e ainda não se chegou a um consenso em relação a essa reforma tributária, idealizada pelo Presidente da República e pelos Governadores e aqui trazida de forma solene. Há muitas dificuldades para encontrarmos o ponto de convergência dos interesses, para que ela possa ser realmente efetivada. Porque, em verdade, a reforma tributária está sendo disputada, principalmente, sob o enfoque do interesse fiscal, do interesse do caixa, da União, dos Estados e dos Municípios. Ninguém quer perder receita.

Na semana passada, por exemplo, assistimos, no auditório Petrônio Portella, a quase mil Prefeitos reunidos, reclamando das dificuldades para pagar os salários, o 13^o do servidor público municipal, queixando-se, com justa razão, do empobrecimento do Fundo de Participação dos Municípios.

Estamos assistindo, a toda hora, à pressão dos Governadores endividados, lutando para reduzir o percentual que pagam da sua arrecadação de receita líquida para honrar os seus compromissos com a União e também em busca de receita.

Os entes federativos, então, estão disputando, ninguém quer perder nada; todos querem ganhar. Há um risco muito grande de a reforma tributária sobrecarregar ainda mais a sociedade brasileira, que já paga uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo. Dados estatísticos referentes ao ano 2000 revelam que o Brasil tinha uma carga de 33,2% do Produto Interno Bruto, a mais alta da América Latina, seguido pelo Uruguai, com 24%, e pela Argentina, com 21%. A tributação brasileira suplantava até mesmo alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos, com carga de quase 30%, e o Japão, com quase 28%. Portanto, temos que atentar para isso.

Quando olho para o calendário, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e vejo que as Lideranças partidárias do Senado ainda estão reunidas para encontrar o ponto de convergência nessa reforma tributária, fico com receio de que essa reforma, tão esperada pela sociedade brasileira, que já não agüenta pagar tantos impostos, venha a frustrar e prejudicar os anseios da nossa população.

Devemos pensar bastante. Será que é realmente imprescindível a aprovação, ainda este ano, de uma reforma tributária? Qual seria essa reforma tributária a contemplar tantos interesses em jogo no País? Queremos, sim, uma reforma tributária que não venha a enri-

quecer os Estados mais ricos em detrimento dos Estados mais pobres. Pleiteamos, sim, uma reforma tributária que contribua para a diminuição das desigualdades regionais, o que é de fundamental importância. Ninguém quer, por exemplo, uma reforma tributária que aumente a carga de impostos pagos pelo contribuinte brasileiro e pelas pequenas e médias empresas. Desejamos uma reforma tributária que combata a informalidade e a sonegação e que desburocratize o sistema tributário nacional. E qual é essa reforma? Em que ponto está essa desburocratização?

O IBGE revela que, no Brasil, para se abrir uma empresa, por menor que seja, são necessários 150 dias, enquanto que, nos Estados Unidos da América do Norte, essa transação é feita em dez dias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, receio do que está por vir. Penso que devemos fazer o possível. Não adianta tentarmos aprovar a reforma tributária, agora, em três etapas. Seria conveniente decidirmos já sobre as cinco alíquotas do ICMS, ainda que elas devam ser aplicadas a partir do ano de 2005? Não será melhor aprovarmos o que é mais urgente para a Nação brasileira e deixarmos esses pontos para um debate no primeiro semestre do próximo ano? Creio que teríamos mais tempo para maturação, para meditação e para discussão. Pode ser que até lá se encontre um ponto de convergência.

Não podemos fazer a reforma só porque afirmamos que íamos fazê-la ou porque os Governadores a trouxeram aqui, acompanhados do Presidente da República. Essa é uma reforma tributária que está assustando a população brasileira – e digo assustando porque a população está com receio de pagar mais impostos e nós ainda não conseguimos demonstrar que ela não vai aumentar a carga tributária; aliás, muito pelo contrário, os grandes economistas deste País estão afirmando que, a ser votada da maneira como ela veio da Câmara e da maneira como está colocada até agora no Senado da República, o povo brasileiro vai pagar mais impostos. E, neste momento crítico que estamos vivendo, isso é intolerável, é insuportável para a sociedade brasileira.

Então, o meu apelo é no sentido de aprovarmos aquilo que o indispensável e deixemos o restante para depois.

Sei que o ICMS é o coração da reforma tributária, está federalizado e nem sei se é constitucional a forma como está na proposta. Pergunto se vai ajudar aos Estados mais pobres essa unificação do ICMS com cinco alíquotas? Não seria melhor encontrarmos uma outra maneira? Será que temos que votar isso rapidamente?

Olhando o panorama econômico, creio que não é o momento de acertarmos a federação. Corremos o risco de promover alterações constitucionais no sistema tributário e prejudicar ainda mais os Estados mais pobres, aumentando o fosso entre os Estados ricos e os pobres. Corremos o risco de empobrecer os mais de cinco mil Municípios. E, com toda certeza, os pequenos e médios Municípios é que vão padecer e sofrer mais.

Se já temos uma CPMF, que às vezes é discutida, mas que é imprescindível para a Nação, vamos prorrogá-la mais uma vez. De prorrogação em prorrogação, ela vai existindo. Que se prorrogue essa CPMF, que se venha com a Cide, para ajudar a União, os Estados e os Municípios, que se venha com a desvinculação, para que a União possa ter mais liberdade de aplicar os recursos, sem prejuízo da área social, da educação e da saúde! Vamos definir um fundo de desenvolvimento regional, ou um fundo de exportação!

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se estamos ainda reunidos, se os Líderes ainda estão reunidos para saber o que fazer com a reforma tributária, como aprová-la até o fim do ano, será que vamos votar em sã consciência essa reforma tributária que os Líderes estão discutindo junto com o Relator, quer dizer, preparando um novo texto ou modificações no próprio Relatório já apresentado pelo esforçado e eminente Senador Romero Jucá? Tudo são inquietações que me assaltam, principalmente a mim que represento aqui, junto com meus dois colegas, o Estado de Mato Grosso do Sul. Não quero ver meu Estado e todo o Centro-Oeste prejudicados de maneira nenhuma. O Nordeste não quer perder, o Norte não quer perder, e estão prejudicados nessa reforma tributária. Ah, como estão prejudicados!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos meditar um pouco, devemos pensar um pouquinho mais. Vamos fazer aquilo que é possível, aquilo que deve ser feito imediatamente, para não prejudicar o País. E vamos continuar debruçados na reforma tributária, porque senão o que vamos fazer é prejudicar, é piorar o sistema que está aí, ao invés de melhorá-lo. É esse o meu receio, é essa a grande preocupação que tenho.

Tenho lido e conversado com as Lideranças desta Casa, também com economistas, e vejo positivamente que a situação é difícil. Há sérias dificuldades a serem transpostas para que a reforma tributária possa realmente ser chamada de “reforma tributária”, algo que venha ajudar a sociedade, contribuindo para o Brasil produzir mais e melhorar a sua produtividade quer no setor industrial, quer no setor agrícola, quer

no setor comercial, quer no setor de serviços, penalizado que está pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), assim como todos aqueles que prestam serviços. E quantos pedidos não temos recebido para tentar reverter essa situação da Cofins!

Tenho a convicção de que era o melhor que podíamos fazer, porque não dá para entender que a essa altura – estamos no último mês do ano – ainda estejamos procurando dar forma e conteúdo a uma reforma tributária tão ansiada e tão desejada pela nossa população, pela sociedade e por todos os entes da Federação, desde que não aumente a carga tributária, desde que não aumente a distância entre os Estados ricos e os pobres, desde que os Municípios possam ser efetivamente contemplados e desde que haja uma desburocratização. Em vez de cento e cinquenta dias para abrir uma firma, que se abra imediatamente em quinze ou vinte dias. Quer dizer, no sentido operacional, também temos que lutar dentro da reforma tributária; ou seja, uma reforma tributária que, aproveitando-se da tecnologia existente no mundo, possa diminuir a chaga da sonegação. Essa é a reforma tributária que interessa aos brasileiros para melhorar a sua qualidade de vida.

Sr. Presidente, tomara mesmo que essa reforma tributária, quando ocorrer, atenda aos interesses de todos. Não pode haver privilégios, não podem os Estados ricos ficarem com mais do que já têm e os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste pagarem ou ficarem penalizados como estão.

Entendo que devemos usar o bom senso. Está na hora do equilíbrio. Reformar por reformar não é o que o País quer. Reformar para melhorar é o que o País deseja e, para isso, há necessidade de tempo!

Sr. Presidente, era o assunto que eu desejava trazer a esta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia. S. Ex.^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal para tratar de um assunto relevante para a produção agrícola do nosso País: o cultivo de produtos geneticamente modificados, os chamados transgênicos.

É importante que o Governo tenha chegado a um consenso ou a uma solução de compromisso sobre a

produção e comercialização dos produtos transgênicos, biossegurança, enfim, biotecnologia, para que tenhamos uma legislação mais estável sobre o assunto.

A agricultura é um setor sujeito a muitas incertezas, a muitas variações e a um conjunto de condições que vão desde o clima até as variações internacionais de preços, passando pelos volumes de estoques dos principais mercados, tudo contribuindo para aumentar o risco do agricultor, que já enfrenta o protecionismo exagerado dos países ricos.

Por isso mesmo, não podemos adicionar mais elementos de incerteza neste quadro de preocupações do agricultor brasileiro, como mudanças bruscas na legislação, nas tarifas de importação, na proibição de uso de determinado tipo de insumo e de sementes.

Não devemos fazer mudanças bruscas no marco regulatório da agricultura, nem nas regras de financiamento, nem reduzir o volume de crédito ofertado, para não tirar a competitividade de nossa agricultura.

Não podemos fazer uma agricultura de qualidade internacional, se a cada safra o agricultor precisa ficar aguardando a edição ou a modificação de medidas provisórias, muitas vezes a partir de fatos consumados, que prejudicam a estabilidade que deve ter o desenvolvimento de nossa agricultura.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, já me pronunciei sobre este assunto, em discurso nesta tribuna, em agosto passado, quando mencionei o acerto da decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro, garantindo a continuidade da produção da soja transgênica.

Certamente, não podemos apegar-nos a dogmas ecológicos e padrões de ideologia naturista, sem base científica, e condenar agricultores a desperdiçar recursos financeiros, tempo, trabalho, energia e toda uma luta em nome de algo que os próprios países desenvolvidos fazem ao contrário, seguindo outro rumo.

As chamadas organizações não-governamentais ambientalistas e outras organizações estrangeiras defendem esses pontos de vista, mas não conseguem convencer nem mudar os conceitos de cientistas e autoridades dos seus países de origem.

Em nome das idéias defendidas por grupos ambientalistas, geralmente descolados da realidade do mundo social e econômico em que vivemos, não podemos admitir que a safra de soja gaúcha seja jogada fora, com a perda de cerca de US\$1 bilhão.

Não podemos esquecer que a soja transgênica vem sendo consumida em diversas nações desenvolvidas sem que haja registro de qualquer efeito danoso à saúde da população.

Vemos hoje pessoas desprovidas de conhecimento científico ou tecnológico dando palpites e se pronunciando sobre biotecnologia e organismos geneticamente modificados.

A agricultura brasileira já atingiu um nível de qualificação internacional em que a Embrapa desponta como estrela de elevado grau de excelência e, por isso mesmo, não pode guiar-se por palpites e declarações sem base científica.

Precisamos orientar nossa agricultura com base em pesquisas científicas e tecnológicas, em estudos comprovados e em teses qualificadas. Esse deve ser o caminho para garantir a competitividade internacional de nossa agricultura, sem agredir o meio ambiente.

O sucesso de programas como o Fome Zero, a geração de divisas necessárias ao equilíbrio de nossas contas externas, o fornecimento de alimentos para nossa população a preços adequados, tudo isso só poderá ser conseguido com uma agricultura moderna, competitiva, usando insumos, sementes e equipamentos modernos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo manifestar meu aplauso e satisfação pela decisão do Congresso Nacional em aprovar a Medida Provisória nº 131, de 26 de setembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e a comercialização de soja da safra 2003/2004.

Com isso, as sementes de soja geneticamente modificadas 2002/2003, armazenadas pelos produtores para uso próprio, poderão ser utilizadas na safra 2003/2004, desde que plantadas até 31 de dezembro deste ano.

Isso não significa absolutamente que o Governo Federal liberou de forma irrestrita o cultivo de produtos transgênicos no Brasil, como algumas pessoas estão interpretando incorretamente. A autorização conferida pela MP 131 se refere exclusivamente ao uso das sementes de soja transgênica da safra passada.

Existe ainda o nosso compromisso e do Governo Federal de dar uma solução legal e definitiva ao problema dos organismos geneticamente modificados, estabelecendo uma legislação que respeite o meio ambiente e, ao mesmo tempo, garanta a competitividade internacional de nossa agricultura, sem qualquer viés ideológico.

A Medida Provisória 131 já estabelece um conjunto de salvaguardas que poderão garantir esse equilíbrio entre meio ambiente e produtividade agrícola, pois restringe o período de comercialização da soja colhida a partir das sementes transgênicas até

31 de dezembro de 2004, após o que, o estoque deverá ser destruído.

Quem tiver guardado sementes transgênicas, da safra 2002/2003, deverá assinar um termo de compromisso, responsabilidade e ajustamento de conduta, para que possa utilizar tais sementes.

Os produtores ou os adquirentes de soja transgênica poderão responder solidariamente pela indenização ou reparação integral de dano ao meio ambiente ou a terceiros.

Essas e outras salvaguardas, como a proibição de plantio de transgênicos em unidades de conservação, em terras indígenas, nos mananciais de água para o abastecimento público e nas áreas de preservação da biodiversidade, nos dão garantia de que o assunto está sendo tratado com muito cuidado e seriedade pelo Governo Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as plantas cultivadas são todas geneticamente modificadas. Há mais de 15 mil anos, os agricultores iniciaram um lento processo de melhoramento pela seleção de sementes das melhores plantas e de cruzamentos espontâneos. Com a redescoberta das leis da herança biológica em 1900, devidas ao Abade Gregor Mendel, mais conhecido como Mendel, foi possível planejar e executar cruzamentos controlados seguidos de seleção planejada. Com esses conhecimentos, o progresso do melhoramento genético no século XX aumentou a produtividade agropecuária dezenas de vezes mais do que nos milhares de anos anteriores.

Com a disponibilidade de alimentos, a população humana aumentou rapidamente. Entretanto, o atraso educacional e tecnológico de densas populações cercadas por tradições primitivas impede que produzam bens e alimentos. Para salvar da inanição milhares de pessoas foi aumentado o emprego de boas sementes, fertilizantes e inseticidas, na chamada Revolução Verde, cujo sucesso está se esgotando.

Agora aumentou a produção agropecuária, reduzindo-se o uso de adubos químicos e agrotóxicos. É necessário armar as plantas e animais domésticos com defesas genéticas contra patógenos e pragas, iniciando-se na década de 70 a Engenharia Genética.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, **O Estado de S.Paulo** argumenta que o debate sobre transgênicos no Brasil, ao focar a liberação ou não da soja, faz um debate equivocado, sem considerar questões relevantes para o futuro do País – da competitividade do agronegócio à bioindústria –, que devem ser tratadas agora e não em um futuro incerto, quando já teremos perdido mais uma oportunidade.

Quero, neste momento, concordar que o relevante seria discutir e acordar como preparar o País para se apropriar e se beneficiar da biotecnologia. O que fazer para fortalecer nossa capacidade de pesquisa e inovação em áreas estratégicas e evitar nossa submissão às multinacionais que dominam o setor? Que providências tomar para criar um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento tecnológico seguro? Que estratégia adotar para desenvolver mecanismos de controle e vigilância da biossegurança? Como avaliar impactos ambientais, proteger nossa biodiversidade e, ao mesmo tempo, a biotecnologia para explorá-la de forma sustentável?

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo um parte ao nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Valdir Raupp, tenho muita admiração por V. Ex^a e nossa amizade vem de longa data. O pronunciamento de V. Ex^a é muito importante. Quero aproveitar para homenagear os agricultores do Brasil. Realmente, é espetacular o feito do agronegócio no Brasil. Este é responsável pelo superávit da balança de pagamentos e pelo otimismo – para quem trabalha com as intempéries da natureza – que está reinando no setor agrícola e produtivo deste País. Venho do Estado de Mato Grosso do Sul, cheguei hoje, e pude constatar que muitos estão deixando o setor da pecuária que, aliás, também é uma atividade que merece louvor. Quando estou saudando o agronegócio, estou saudando a agricultura e a pecuária, como faz V. Ex^a. Senador, está havendo uma evasão da pecuária para o plantio de grãos, dada a rentabilidade e o grande incremento que está havendo no setor agrícola. O Governo tem que realmente dar toda a cobertura para o setor agrícola do País, para que possamos bater nosso próprio recorde. O Brasil tem cerca de 200 milhões de hectares de terras agricultáveis, e acredito que ainda teremos mais uns 140 milhões. Quando atingirmos esse nível, sem dúvida nenhuma seremos campeão do mundo em matéria de produção. Já estamos dando exemplo ao mundo, e para conseguirmos o primeiro lugar falta muito pouco. Só não estão faltando o esforço e o trabalho da classe produtora do País, que está trabalhando muito e, cada vez mais, convicta do seu negócio. Queria aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a para prestar essa homenagem a todos que se dedicam ao agronegócio no Brasil. V. Ex^a realmente faz um pronunciamento de grande conteúdo, parablenizo-o por isso.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, nobre Senador Ramez Tebet. As suas palavras engrandecem, com certeza, o meu pronunciamento, dessa forma solicito que seu aparte seja incorporado ao nosso pronunciamento.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo um aparte ao nobre Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador Valdir Raupp. Interrompo V. Ex^a apenas para dizer da minha alegria de ver que para o agronegócio, o nosso Senado já mostrou a sua face. Houve uma época nesta Casa que fiquei assombrado, acreditando que íamos ser contra os transgênicos, contra a evolução, contra a melhoria genética dos produtos, porque era tanta barulheira de poucos que eu achava que isso ocorreria – graças a Deus, não. Da última vez que votamos, conseguimos ver que todos estão apostando, certos de que os nossos organismos de pesquisa vão melhorar. É o que disse V. Ex^a: temos de ter cuidado com biossegurança, mas não podemos deixar de fazer, de maneira nenhuma, essa melhoria. Parabéns a V. Ex^a pelo tema que está abordando tão bem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Fico feliz que meu pronunciamento tenha tido essa ressonância neste plenário, com o aparte de Senadores tão ilustres quanto os nobres Senadores Ramez Tebet e Ney Suassuna.

A evolução e as transformações no vasto campo científico e de aplicações da moderna biotecnologia processam-se em velocidade vertiginosa, e não há tempo a perder. A despeito das restrições européias ao comércio de transgênicos, é inegável o sucesso dos produtos de primeira geração em biotecnologia.

Em 2002, a área plantada com culturas geneticamente modificadas continuou crescendo à taxa anual superior a 10% pelo sexto ano consecutivo. Saltou de 1,7 milhão de hectares em 1996 para 58,7 milhões de hectares cultivados em 16 países em 2002. O esperado prêmio aos lotes de produtos agrícolas não-transgênicos só se materializará plenamente depois que os países produtores montarem sistemas de rastreamento e logística apropriados para isolar lotes de não-transgênicos. O debate equivocado paralisa definições nessa área, com custos potenciais elevados para o comércio brasileiro.

O debate sobre transgênicos tem como referência a expansão da primeira geração de produtos, de-

envolvidos sob medida para acoplar a indústria de sementes aos líderes mundiais do setor agroquímico. Todavia, a segunda geração, com produtos resistentes a fungos e bactérias, com maior conteúdo de fibras, vitaminas e gorduras, mais adequados a condições especiais de meio ambiente, como altas temperaturas, baixa pluviosidade e solos de elevado teor de salinidade, já está sendo desenvolvida.

Os impactos positivos desses produtos podem ser enormes: melhoria da qualidade nutricional de produtos de alimentação básica para população pobre; redução da contaminação ambiental pelo uso intensivo de defensivos agrícolas; redução da perda de solo fértil devido à maior difusão de práticas adequadas aos solos tropicais, como o cultivo mínimo e o plantio direto; elevação da produtividade; reincorporação ao cultivo de terras abandonadas por problemas ambientais (em geral em regiões de elevada pobreza rural); proteção da biodiversidade etc.

Na terceira geração, a própria bioindústria da produção já tem exemplos de sucesso: o plástico biodegradável, com base em matéria-prima renovável (açúcar de cana), já está sendo produzido no interior paulista, podendo, em médio prazo, ser uma solução ambiental para produtos intensivos em plásticos, segundo Antônio Márcio Buainain e José Maria da Silveira, professores da Unicamp.

Ao mesmo tempo em que enfrentamos problemas concretos relacionados às safras transgênicas, temos uma pauta aberta de possibilidades que nosso conhecimento e competência são capazes de forjar na direção de bem-estar econômico e social. O sucesso dos projetos Genoma e seus desdobramentos – sob a descrença inicial de nossos competidores internacionais – abre caminho para formas novas de desenvolvimento biotecnológico, que ora se articulam com a rota de transgênicos, que ora se distanciam, num processo de diálogo e interação.

O Brasil tem competência para entrar nessa corrida. A Embrapa tem, Sr. Presidente, em estágio avançado de pesquisa e teste, produtos que podem ser relevantes inclusive para o combate à fome no País e que, por questões de mercado, não são de interesse das grandes corporações. São exemplos: feijão tolerante ao vírus do mosaico dourado, que reduz o número de pulverizações de agroquímicos; mamão resistente ao vírus da mancha anelar, que permite as exportações e reduz custos de produção; milho de elevada qualidade nutricional, que contribuiria para a competitividade da indústria de carnes no Brasil e para o **status** nutricional da população mais carente; variedades de batata mais resistentes e muitos outros.

Um ponto desdenhado pelos adeptos do “filtro precoce e genérico à biotecnologia” é que doenças de plantas emergem de forma inesperada e têm efeitos negativos sobre toda economia.

Instituições públicas e privadas de pesquisa biotecnológica estão cumprindo um papel de destaque para o rápido combate à morte súbita, uma forma nova e devastadora de tristeza dos grandes centros. O País conta com quase cinco mil cientistas que podem atuar nessas áreas e, com política e instituições apropriadas, pode vir a ser um dos grandes beneficiários dessa revolução tecnológica.

Encerro este meu pronunciamento, reafirmando minha manifestação de apoio à iniciativa do Governo em encaminhar um projeto de lei de biossegurança, que já se encontra em discussão no Congresso Nacional e que, certamente, receberá contribuições para o seu aperfeiçoamento.

O Governo Federal revelou maturidade no tratamento desse tema delicado para a nossa agricultura e demonstrou que não existe radicalismo ideológico nas decisões tomadas por nossas autoridades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, por até 20 minutos, ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, por cessão do nobre Senador Rodolpho Tourinho e por permuta com o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos às vésperas de votar – quem sabe, talvez não – o Orçamento do próximo ano, com as mesmas confusões – acredito – dos anos anteriores. Desde o dispositivo constitucional que estabelece que o Orçamento somente venha para esta Casa no dia 31 de agosto, o tempo tem sido evidentemente curto para se fazer um exame como deve ser feito por uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, ainda com a gravidade que se notava no Governo passado e que as pessoas inteligentes também notam no atual Governo de não se desejar que o Orçamento represente a verdade da administração.

Tenho dito e repetido que países civilizados têm no Orçamento o espelho da Administração Pública. Nesse sentido, venho mais uma vez apelar para o Governo, com poucas esperanças, e apelar para o Congresso, com a convicção de que este há de tomar providências para que tenhamos o Orçamento impo-

sitivo, razão de ser das democracias verdadeiras – idéia que infelizmente não vem sendo levada a sério no Congresso Nacional.

O Governo passado, por intermédio do Ministro Martus Tavares e do próprio Presidente Fernando Henrique, prometia a votação do Orçamento impositivo. Cheguei a dizer que isso se estabeleceria para os futuros Governos, porque, desde 2000, essa proposição tramita nesta Casa.

Entretanto, os Líderes pediram que viessem estudar o assunto – não adianta haver tantos assessores competentes no Senado – os membros do Governo da área da Fazenda e do Planejamento.

O Ministro Palocci declarou, desta tribuna, que era favorável e indispensável para a economia brasileira que o Orçamento impositivo fosse logo instaurado na República. Quando o Ministro Palocci se pronunciou, tive a impressão de que se tratava de uma decisão de Governo, pois o Ministro da Fazenda, que se tem destacado tanto no comando da economia, não falaria algo que seus subordinados contestassem. Porém, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania convocou subordinados do Ministro Palocci para desmenti-lo nesta Casa. Compreendo que estamos em fase difícil, em virtude da votação das reformas previdenciária e tributária, mas, mesmo nesse período, dia mais dia, a vinda dessas figuras do Governo é adiada.

Devo fazer justiça ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, que os tem convocado, mas as Lideranças do Governo, por motivo até plausível – que é a votação das reformas –, sempre adiam o comparecimento de vários subordinados do Ministro Antonio Palocci.

O Sr. Guido Mantega esteve nesta Casa e já não acompanhava o Ministro Antonio Palocci com o mesmo entusiasmo. Demonstrava que não queria, evidentemente, que se votasse o Orçamento impositivo. Ora, segundo leio, S. Ex^a não é uma das figuras mais proeminentes do Governo, embora o Presidente Lula, cuja popularidade ninguém nega, tenha, o que é um defeito para o administrador público, a amizade acima da competência para dirigir. De modo que, quando se fala em reforma ministerial, reconheço a paciência do PMDB em aturar tanto tempo, porque essa reforma ministerial vem-se prorrogando desde julho e já vai para janeiro, porque no mês de Natal não se demite, mesmo que as pessoas não sejam competentes, o que é uma tradição muito errada, mas que é de vários governos. Então, não teremos modificações no Ministério, e o Sr. Guido Mantega continuará em oposição ao Ministro Antonio Palocci. Por quê? Por

um fato muito simples, porque o Ministro Antonio Palocci tem a credibilidade nacional, como dirigente da Economia, e o Ministro do Planejamento é sempre citado como uma pessoa possível de ser substituída no Ministério do Planejamento.

Ora, o que não posso, muito menos o Congresso Nacional, é ficar esperando a vida inteira que o Governo tenha, por suas lideranças, a coragem de dizer que não vai votar o Orçamento impositivo, para que o Congresso decida se quer ou não votá-lo. Não é possível que todos os Parlamentares sejam a favor do Orçamento impositivo e ele não seja votado nesta Casa do Congresso Nacional.

Peço ao Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que leve a sério, como tem levado, a Comissão e também esse projeto do Orçamento impositivo. O projeto já está em tramitação há três anos e ninguém vê que é indispensável votá-lo. Vamos ficar sempre baseados na peça maior da corrupção, que é o Orçamento autorizativo, em que a corrupção vai, desde a sua feitura – já fui até atacado por Senadores e Deputados por isso –, até o pagamento da verba, para sair, tendo em vista que o Governo contingencia e descontingencia, a seu bel-prazer, as verbas de um orçamento autorizativo.

Ora, chegou o momento de resolvermos de uma vez por todas esse problema do Orçamento. A hora é esta. Querem fazer reformas, mas não querem fazer as reformas verdadeiras. A reforma verdadeira é a reforma do Orçamento. Se fizermos um Orçamento perfeito, o Governo não terá problemas maiores. E não digo isso como alguns da imprensa colocaram, que não quero que isso vá para os Estados e para os Municípios. Eu o quero para o Brasil inteiro, porque entendo que é indispensável para o País. Não se pode ficar trocando Parlamentares por verbas orçamentárias e, ao mesmo tempo, ganhando ou perdendo votações, porque não se pagaram, ou se pagam, verbas do Orçamento. Verbas do Orçamento são sagradas, Sr. Presidente. Por isso, temos que sentir que a despesa quem vai fixar é o Governo. Se por acaso o Governo não conquistar a despesa que estima, teremos que cortar o Orçamento conjuntamente – o Congresso, por sua Comissão Mista, e o Governo, por seus órgãos da economia. Se por acaso houver superávit, vamos então empregá-lo nas coisas úteis, e são tantas de que o País precisa que seria desnecessário citá-las. Mas basta que se veja que o Fome Zero chegou à situação caótica em que está. Quanto aos programas da rodovia, culpam sempre o Ministro, que deve ter culpa, mas não apenas ele. O problema é que não há recursos e, se há, são mal empregados.

Hoje, mais de 70% das rodovias brasileiras estão quase intransitáveis. Por quê? Porque não há verba no Orçamento, que tem que ser feito pelo Congresso.

Será possível que este Congresso não veja que a coisa mais importante é a feitura do Orçamento? Apelo a V. Ex^a, ao Presidente José Sarney, em particular, para que use de sua autoridade e de seu prestígio junto ao Governo da República, junto às Lideranças, para que possamos ter, em pouco tempo, o Orçamento impositivo que irá abolir em grande parte a corrupção. Irá significar que os Governadores não precisarão vir todo dia ao Palácio do Planalto procurar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para receber uma verbinha qualquer. Não.

Os Governadores foram tão eleitos quanto o Presidente e são tão dignos do respeito da Nação quanto o próprio. Por isso, peço que esta Casa tome como algo indispensável o Orçamento impositivo. Tenho certeza de que a maioria dos Parlamentos pensa assim. Então, por que não tornar impositivo esse Orçamento que atualmente é autorizativo e é uma vergonha nacional?

Vai ser novamente, apesar do esforço de vários Deputados. Existe um sub-Relator, o Deputado Júlio César – que está presente e a quem rendo as minhas homenagens –, mas, por mais que se interesse, há um Relator acima de S. Ex^a e também o Presidente da Comissão; por mais que se interesse, há o Governo que diz que não tem verbas para um setor que é tão importante para nós, nordestinos, nortistas e do Centro-Oeste, que é o Ministério de Integração Regional.

Por isso, quero, neste instante, fazer um apelo a todos os Parlamentares, certo de que serei compreendido e de que verei aceita a minha idéia, pela qual luto tanto. Todos são favoráveis, mas o Orçamento impositivo não anda.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes, que está solicitando o aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, assisto ao pronunciamento de V. Ex^a nesta tarde e quero fazer-lhe justiça. A sua defesa por um Orçamento impositivo vem de longa data, do período em que V. Ex^a era Governo. Portanto, não há questão que lhe mova, a não ser o fortalecimento do Congresso Nacional. V. Ex^a tem absoluta razão: o Orçamento como está é humilhante para os Governadores, para os Prefeitos e, principalmente, para os Parlamentares. Vimos, na semana passada, na antevéspera de votações importantes para o País, aquela insinuação de que o Governo estaria liberando verbas em troca de votos. Isso desgasta o Parlamento e o Poder Executivo e expõe homens

bem-intencionados, já que paira a suspeita. A partir do momento em que for adotado o Orçamento impositivo, haverá outra situação. V. Ex^a está coberto de razões. E, talvez, Senador, o Nordeste seja a região mais prejudicada nessa questão. A estagnação verificada hoje nas regiões nordestinas em grande parte é causada pela não-liberação de recursos orçamentários, que geram obras, criam empregos e oportunidades, fazem o dinheiro circular. Recebo a informação do Deputado Júlio César, que se encontra ao meu lado, de que menos de 3% foram liberados até agora, e o mês de dezembro está apenas iniciando. É uma lástima, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a tem uma voz respeitada no Brasil inteiro; os próprios integrantes do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o respeitam, embora seja V. Ex^a um adversário. Espero que seu discurso encontre eco no Palácio do Planalto e que possamos, a partir de agora, caminhar na direção da execução do Orçamento impositivo. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Tenho certeza de que os auxiliares do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em particular, o Chefe da Casa Civil e o Ministro da Fazenda, lutarão no sentido de que o Orçamento impositivo seja, de logo, votado nesta Casa. O Presidente da República vai crescer com isso, e o Congresso Nacional, ainda mais. O Congresso Nacional não pode fazer um Orçamento autorizativo; tem que fazer um Orçamento verdadeiro, como todas as nações civilizadas do mundo.

Tenho conversado com vários Ministros – não vou citá-los para não criar problemas. Ministros competentes – que não são muitos – querem trabalhar e não podem, porque não há recursos. Por exemplo, a agricultura – que o Senador Jonas Pinheiro tanto conhece – é uma dessas áreas. Há obras e mais obras que, com poucos recursos, seriam terminadas e que ainda não o foram exatamente porque não existe um Orçamento impositivo. De modo que essa luta não é minha. Essa luta é do Congresso, que tem de fazer valer a sua força, mostrar a sua coragem, demonstrar ao Presidente da República que Sua Excelência não pode ser contra o Orçamento impositivo. Suas Lideranças neste Congresso sempre falam a favor dele, mas infelizmente estão criando obstáculos.

Precisamos votar o Orçamento impositivo. É a vontade da Nação e, mais do que isso, a respeitabilidade do Congresso Nacional.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito,

nobre Senador Paulo Paim, que fala por cessão do Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, está inscrito o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho repetido que a reforma da Previdência não terminou. Temos que votá-la ainda em segundo turno, e há o compromisso com a PEC nº 77, assumido pelo Governo, pela maioria dos Líderes, pelos Presidentes do Senado e da Câmara.

Estranhei a fala do Presidente da Câmara, João Paulo, neste fim de semana, na imprensa. Antes de sua última viagem ao exterior, antes de sua ida para o aeroporto, conversei com S. Ex^a, que me assegurou que, se dependesse da Câmara dos Deputados, a PEC nº 77, que norteou o meu voto nesta Casa, seria apreciada com rapidez. É na PEC nº 77 que estão a paridade, o subteto, a atenuante para os inativos, a regra de transição.

Sr. Presidente, estou muito tranqüilo, porque, na minha vida pública, já sofri muitas provocações. Diziam para mim que já existia a Política Nacional do Idoso e que o Estatuto do Idoso era uma piada, nunca seria aprovado, era para inglês ver ou aparecer. No entanto, o Estatuto do Idoso hoje é lei. Há muitos anos – lembro-me de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães –, diziam que era sonho aprovar US\$100, e o aprovamos por duas vezes, em 1995 e 1998 – digo nós, porque trabalhei na Câmara, e V. Ex^a aqui. Lembro-me dos 147%. Hoje, lembrava o Estatuto da Igualdade Racial e da pessoa com deficiência. Também de nossa autoria, serão aprovados os dois no ano que vem, não porque Paulo Paim ou João Paulo querem, mas porque o Congresso quer, a Câmara e o Senado.

Volto à PEC paralela. Firmamos o acordo de que a PEC paralela seria aprovada, sim, e que a reforma da Previdência terminaria com a aprovação das PECs nº 67 e 77. Espero que o acordo seja cumprido na Câmara e no Senado, não para mim ou para esse ou aquele Senador ou Deputado, mas para o bem do Congresso Nacional e do Governo, que assumiu esse compromisso. Se ela não for aprovada, criar-se-á uma linha de choque e de confronto entre Congresso e Executivo, e, já que estamos no início de um Governo, quem mais perderá com isso será o próprio Executivo.

Concedo um aparte ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. V. Ex^a fez um discurso dos mais dignos que já vi nesta Casa, corajoso e patriótico. V. Ex^a partiu para aquela solução,

baseado em que a PEC nº 77 teria um andamento rápido, como lhe foi prometido pelas Lideranças do Governo. Tenho certeza de que as Lideranças jamais prometeriam a V. Ex^a que a PEC teria um andamento rápido, se não tivessem conversado com o Governo e com o Presidente e os Líderes da Câmara dos Deputados. Considero um equívoco do ilustre Presidente da Câmara, por quem tenho muito respeito. Penso que S. Ex^a não criará embaraço para uma solução que não é de V. Ex^a, mas uma vitória de todo o Congresso Nacional e do povo brasileiro. Quanto ao problema do salário, penso que temos de conversar para aumentá-lo. Tendo em vista a queda do dólar, é muito fácil pagar R\$290,00 de salário mínimo. Nesse salário mínimo, visto que o Governo conseguiu até baixar o dólar, o que é louvável, temos de ver pelo menos uns US\$120.00 ou US\$130.00, para que o trabalhador brasileiro possa viver melhor e o Presidente Lula possa cumprir a sua promessa de dar um salário digno ao trabalhador do nosso País. E V. Ex^a nisso tem sido um pioneiro. Quero mais uma vez felicitá-lo pelo último discurso – eu o fiz pessoalmente, mas quero fazê-lo de público: foi um discurso corajoso, patriótico e que merece ser acatado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo aparte que fortalece a posição por nós assumida naquele dia 25, e que continua a mesma.

Hoje mesmo fui homenageado, aqui em Brasília, e avisei os Senadores quando eu estava saindo, exatamente pelos servidores aposentados, que entenderam aquele momento e estão acreditando na PEC nº 77. Entretanto, eles mesmos disseram: “Agora, se ela não for aprovada, Senador Paulo Paim, não dará mais para acreditar nos homens públicos.”

Estou convencido disso, Sr. Presidente, e faço este pronunciamento com a maior tranqüilidade. Recebo uma picada ali e aqui de alguns, mas estou muito tranqüilo com a minha consciência, porque acreditei e acredito no Presidente, nos Ministros e em todos os Líderes, Senador Ramez Tebet, a quem concederei um aparte, que fizeram um acordo não comigo, mas com o Senado, com a Nação brasileira, e ninguém trairá a Nação brasileira. Será uma traição à Nação se a PEC nº 77 não for aprovada.

Por isso, Senador Ramez Tebet, faço este pronunciamento entendendo que temos a obrigação – quando digo nós, refiro-me ao Congresso Nacional – de aprovar o que foi prometido. Aí será a palavra de honra de cada um de nós: a palavra do Presidente, dos Ministros, dos Presidentes da Câmara dos Depu-

tados e do Senado Federal, estes dois últimos com quem falei pessoalmente.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, e, em seguida, ao Senador Eurípedes Camargo.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, veja bem, um homem como V. Ex^a faz política para servir à população. Não existe outro objetivo. E, ao fazer política, temos de agir naquilo que é melhor e é possível fazer. Não adianta nada dar um voto e esse voto não representar coisa alguma. Às vezes, as coisas estão de tal ordem definidas que temos de buscar a melhor solução. E sou testemunha, porque, sob certa forma – e desculpe-me V. Ex^a a minha modéstia, digo sob certa forma porque reconheço que, nesta Casa, V. Ex^a é um incansável batalhador –, sou partícipe dessa luta. A posição que V. Ex^a tomou foi a que melhor convinha, porque não acreditar na PEC paralela seria levar ao pior. Eis o problema. A PEC paralela servirá para humanizar pontos que V. Ex^a defendia, que defendo, que muitos desta Casa defendem. Essa PEC paralela, não acredito que não seja votada. Ainda votaremos o segundo turno da Previdência. Eu diria até a V. Ex^a – e desculpe-me por usar uma expressão sua, é que cheguei no meio do seu pronunciamento, e não sei se V. Ex^a realmente se expressou dessa forma quando disse –: essa PEC é ponto de honra, porque foi prometida. E isso não é brincadeira. Tenho convicção, Senador, de que teremos na PEC paralela a minimização ou a conquista de algo que precisamos ainda aprimorar, que é justamente a PEC da Previdência, já aprovada em primeiro turno e que será votada em segundo turno pelo Senado. Quero cumprimentá-lo, porque sei o esforço que está fazendo. Sob certo aspecto, sou partícipe dessa sua luta, talvez não com tanta intensidade como V. Ex^a, mas V. Ex^a sabe que essa luta é sua e de muita gente nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, acolho o seu aparte, e digo com muita tranquilidade que essa luta é da Situação e da Oposição. Todos pelearam pela PEC nº 67, para alterá-la, e a saída foi criar a PEC nº 77. Por isso, não aprová-la é tirar o Senado para bobo, é nos tirar por bobos. É dizer que acreditamos, que fomos ingênuos e que, na verdade, não era para valer. Também não acredito. Estou fazendo esse discurso com muita convicção de que vamos aprovar a PEC nº 77 com as devidas alterações, como foi o compromisso assumido antes do voto dado no dia 25.

Concedo aparte ao Senador Eurípedes Camargo e, em seguida, ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Paim, tenho acompanhado a trajetória de V. Ex^a a distância, mas daqui, do Distrito Federal, próximo do Congresso Nacional, seguindo o seu desempenho e a sua contribuição na discussão nacional, principalmente em relação ao trabalhador. Com certeza, V. Ex^a teve um papel destacado. Claro que concordo que houve contribuição de outros Senadores no processo, mas V. Ex^a foi como uma cabeça de frente, tentando incluir nessa PEC, nessa reforma constitucional, dentro de um esforço muito gigantesco, questões relacionadas ao trabalhador, consideradas inegociáveis, mas que teriam que constar da reforma. V. Ex^a fez um trabalho brilhante nessa área, comungando com todos os demais a possibilidade da negociação estabelecida, que seria cumprida. Também comungo com V. Ex^a e me somo a essa trincheira, para que os pleitos oferecidos sejam realmente alcançados, assinados e aprovados, inclusive dentro do prazo estabelecido. Não podemos oferecer propostas e sem condição de implementá-las, senão vira brincadeira. Com certeza, os Senadores não aceitam ser objeto de brincadeira de quem quer que seja. Portanto, me somo a essa batalha para que sejam respeitados todos os prazos e tudo que foi acordado neste plenário por ocasião da votação da PEC nº 67, e que deva constar na PEC nº 77.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Eurípedes Camargo. V. Ex^a é sempre oídário, parceiro e companheiro, sabendo da responsabilidade e da seriedade deste momento, que vai nortear o processo de negociação com o Governo durante os próximos três anos.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, quero me associar ao pronunciamento de V. Ex^a. O que V. Ex^a ouviu nos apartes dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Ramez Tebet é exatamente o que a Nação pensa em relação a V. Ex^a. Acho até que se o Governo vier a cumprir compromissos com relação à PEC paralela será exatamente para honrar em parte o compromisso assumido com V. Ex^a. Se não cumprir, V. Ex^a será vítima e o Governo sairá muito mal nessa história. V. Ex^a representa uma bandeira nessa luta e foi com o coração ensangüentado que, na última hora, para atender a um chamamento partidário, votou de acordo com a recomendação do seu Partido. Mas foi mediante um compromisso de que todo o Plenário tem conhecimento, assim como toda Nação brasileira. Assim, penso que V. Ex^a está apreensivo, o que é natural. Muitas vezes a imprensa divulga fatos que não são

exatamente os ocorridos. Compreendo exatamente a apreensão de V. Ex^a. Mas, como diz o Eclesiastes, mais cedo ou mais tarde quem triunfa é a virtude. E, nesse caso, V. Ex^a está coberto de razões e ficará livre para fazer na sua vida político-partidária o que quiser, se o compromisso assumido com V. Ex^a, com a Nação, como testemunha, não for cumprido. Era exatamente isso que eu gostaria de incluir no aparte a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes. Como alguém já disse, a verdade dos compromissos assumidos vai triunfar e saberemos, no momento adequando, quem está efetivamente comprometido com essas propostas de mudança.

No discurso que proferi no dia 25, o qual foi encaminhado para as entidades do Rio Grande do Sul, está muito claro que há um acordo que garantirá paridade, transição e subteto, e atenuará a questão dos inativos.

Senador Ramez Tebet, que participou e sei que sofreu comigo, assim como o Senador Simon e tantos outros Senadores aqui presentes, todos queriam uma solução negociada. Não havia um que não o quisesse.

Sei que, quando subi à tribuna, muitos esperavam que meu voto fosse de acordo com a minha consciência. Como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, ele foi decidido de acordo com a minha consciência, porque, a partir do momento em que negociei exaustivamente e me foi garantido que a PEC Paralela seria votada com ou sem convocação – esses foram os termos usados –, eu subi, votei e declarei meu voto. O Plenário todo percebeu talvez não o choro, mas a angústia que sentiam inúmeros Senadores presentes.

Por isso, estou aqui neste momento. Não estou cobrando, apenas lembrando. A cobrança vai começar a partir do instante em que eu perceber que alguém está querendo descumprir o acordo. Aí, sim, as coisas mudarão e talvez tenhamos que lembrar uma frase dos gaúchos, que diz que acordo não é no papel, é no fio do bigode. Eu fiz o acordo também no fio do bigode. Sei que se trata de um acordo que vale nacionalmente, não somente para os gaúchos. Apesar de a frase ser de gaúcho, ela vale em todo o território nacional. Acordo não é o que está no papel e eu fiz um acordo no fio do bigode. Sei que ele será cumprido. Espero que o seja.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, por favor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, o currículo e a história de V. Ex^a encantam o País, como os do próprio Presidente da República: dificuldades, metalúrgico, secretário-geral da CUT. V. Ex^a foi Deputado e é um extraordinário Senador pelo Rio Grande do Sul. São figuras como Abraham Lincoln que ficam e geram uma grande confiança. Agora, V. Ex^a tem de fazer uma reflexão. Eu já conhecia V. Ex^a e cheguei aqui para acompanhá-lo, para que V. Ex^a nos liderasse. Mas, justamente durante o Governo do PT, com a sua história e a sua luta, os US\$100 foram por água abaixo. V. Ex^a lutou, se afirmou. Depois, outra bela página o País escreveu, que foi o Estatuto do Idoso. Que beleza! Que unanimidade! Dez dias depois, o Estatuto foi assassinado por esse Ministro que não deveria permanecer. Nós demos ao Lula o mandato para Presidente, mas não lhe demos o poder sacerdotal para que venha a perdoar. Aquilo não foi caso de perdão, mas de cadeia! O direito é igual para todos e aquilo foi humilhação. Isso nunca existiu na história do mundo, somente no nazismo. Então, V. Ex^a sofreu. Voltaire foi muito menos do que V. Ex^a, na história do grito de “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Ele disse ao Rei, à Sua Majestade: “Tudo, menos minha honra”. E a honra de V. Ex^a está em jogo, porque lhe negaram os US\$100, o respeito ao Estatuto do Idoso e à campanha justa, pura, que atraiu a todos nós. Fui liderado por V. Ex^a e continuo acreditando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela solidariedade.

Senador Garibaldi, faço questão de ouvir o aparte de V. Ex^a, até porque, na emenda da paridade, eu me socorri com V. Ex^a. Eu não era membro da Comissão e V. Ex^a, de pronto, para colaborar, percebendo que ela atendia em grande parte os interesses dos servidores, assinou-a e defendeu-a. Essa emenda está contemplada na PEC Paralela e estamos agora, naturalmente, querendo acertar a transição, o subteto e a contribuição dos inativos, e vê-la aprovada no plenário.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – É verdade, Senador Paulo Paim. É justamente para prestar o meu testemunho que estou aqui e tenho certeza de que se o Líder do PMDB aqui estivesse diria o mesmo, como o disseram os Senadores Ramez Tebet e Mão Santa. Na verdade, temos que reconhecer que V. Ex^a lutou enquanto pode para modificar a PEC 67. Na impossibilidade dessa modificação, apelou para a solução da PEC 77, que não foi, evidentemente, uma criação de V. Ex^a, mas V. Ex^a viu nela uma sa-

ida para o problema. Creio que o Governo não faltará com V. Ex^a, pela sua atenção, e nem com os compromissos feitos com a Bancada do PMDB, que também abraçou essa causa de que as modificações poderiam ocorrer na PEC 77. Dou este testemunho para dizer que V. Ex^a, nessa luta, absolutamente não está sozinho, pois conta com quase a unanimidade do Congresso Nacional – senão a unanimidade – de que a PEC 77 veio para aperfeiçoar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Garibaldi, pela sua solidariedade e pelo testemunho de quem foi signatário daquela emenda. A frase de V. Ex^a, no encerramento do seu aparte, demonstra que essa solidariedade do Senado e da Câmara faz com que acreditemos ainda mais que a PEC será, efetivamente, aprovada.

Existe provocação, que não é nem de Senadores nem de Deputados, mas de um ou de outro que gostaria que chutássemos o “pau da barraca”. Não é isso que temos feito, pois ficamos numa linha “propositiva”, de diálogo com todos os Senadores. O Senador Mão Santa é testemunha do quanto conversamos nessa linha de construção. Nós, que estamos aqui de segunda-feira a sexta-feira, temos muita autoridade para dizer isso. Algumas pessoas passam por aqui de vez em quando e se julgam no direito de fazer críticas totalmente infundadas. Quero deixar bem claro que não me refiro a nenhum Senador. Sei que essa crítica nunca viria de um Senador, pela seriedade do trabalho, e reconheço o papel que desempenharam tanto a Oposição quanto a Situação nesse bom debate da reforma da previdência.

Sr. Presidente, vou encerrar porque, neste momento, está havendo, no Gabinete do Líder Tião Viana, Relator da matéria, uma reunião com cerca de 15 entidades de servidores públicos que vieram ao meu gabinete. Marquei uma audiência com o Líder Tião Viana e estamos discutindo possíveis entendimentos na PEC Paralela que, naturalmente, passará pelo Colégio de Líderes. Quem dará a última palavra sobre o entendimento que poderá acontecer serão os Partidos Políticos.

Com certeza, para os que acham que não estamos levando com seriedade e responsabilidade o debate da PEC 77, quero dizer que hoje, provavelmente, vamos nos estender até oito, nove, dez horas, se necessário, em discussão para buscar a redação final, sabendo que será de todos os Partidos a última palavra para que, tomara, na quarta-feira, ela já seja votada na Comissão e, depois, seja votada no plenário antes do segundo turno da PEC 67. Este pode ser um detalhe, mas que considero muito importante: que

votemos pelo menos o primeiro turno da PEC 77, antes de votarmos o segundo turno da PEC 67.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Vou conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho, mas antes quero esclarecer ao Plenário que nos restam trinta minutos para o encerramento da sessão e ainda temos as inscrições dos Senadores Rodolpho Tourinho e Jonas Pinheiro. Dessa forma, se for desejo dos oradores, que cada um fale por cerca de dez minutos será possível a Casa ouvir os três oradores, mas obviamente isso depende do desejo de cada um dos Senadores inscritos.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da minha parte podem ficar tranquilos os outros dois Senadores de que terão o tempo de dez minutos, porque talvez eu não ocupe nem dez minutos.

Quero dar continuidade ao que eu dizia no aparte que fiz ao Senador Paulo Paim. Disse a S. Ex^a que, realmente, há uma expectativa com relação à PEC nº 77. Pensei até que não houvesse, porque houve uma tentativa de desmoralização da PEC, mas é certo que, como ele disse, as entidades todas estão voltadas no sentido de obterem aquelas conquistas que foram prometidas para a PEC nº 77, com relação à paridade. Lembraria a emenda que tive a honra de apresentar, por solicitação do Senador Paulo Paim, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, melhorando a situação da paridade.

Há também as regras de transição, como S. Ex^a disse aqui, uma situação que poderá vir a amenizar de alguma maneira a taxaço dos inativos.

Sei que o Senado pode até estar apresentando uma certa exaustão com relação às reformas, porque ainda tem pela frente o segundo turno da reforma previdenciária, o primeiro e o segundo turnos da reforma tributária e, ainda, o primeiro e o segundo turnos da PEC paralela. Então, eu diria que o Senado Federal não tem em sua agenda um espaço para se falar em reforma, depois de tantas reformas que estão tramitando aqui. Mas, na Câmara Federal está tramitando uma reforma importante a que o Senado Federal não pode deixar de ficar atento, que é a reforma política. A Câmara já constituiu uma Comissão Especial para tratar do assunto. E, na próxima quarta-feira, o Rela-

tor dessa Comissão – há aqui informações publicadas no **Jornal do Brasil** de domingo –, Deputado Ronaldo Caiado, vai apresentar seu Relatório à Comissão. Segundo seu Presidente, Deputado Alexandre Cardoso, que acredita na aprovação do Relatório do Deputado Ronaldo Caiado: “Caso as votações não ocorram até o fim do ano, Cardoso calcula que, em março, a Câmara aprova a matéria”.

São teses conhecidas, teses que já foram debatidas aqui pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, com sua experiência, que tratam do financiamento público das campanhas, da lista partidária, das coligações, da cláusula de barreira, enfim todas essas teses que compõem a reforma política deverão ter, segundo as informações veiculadas pelo **Jornal do Brasil**, uma aprovação rápida que, acredito, poderá redundar em uma aprovação rápida na Câmara e no envio para o Senado de uma forma que não deva surpreender esta Casa, uma vez que essa matéria de reforma política é inerente às suas atribuições.

Ouçoo o Senador Antonio Carlos Magalhães com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex.^a aborda um tema extremamente importante, daí pedir licença para apartear-lo. V. Ex.^a, como eu, tem, não há dúvida e não vou negar, liderança no seu Estado, assim como eu tenho também. No momento em que formos favoráveis à lista, estaremos, evidentemente, dizendo quais poderiam ser colocados nela em primeiro lugar. De modo que sou contra a lista, absolutamente convencido de que não é um sistema democrático; o democrático é realmente buscar-se o voto. Posso fazer uma lista. Mas, como farei excluindo outras pessoas que desejam e que querem ingressar na política, e que até não conhecemos mas que têm mérito para tal? Assim também é no financiamento público. Teoricamente é correto, mas na prática não haverá financiamento público. Haverá dois tipos de financiamento. Daí por que sou contra financiamento público, porque o povo brasileiro também é contra. Esse financiamento público vai engordar os fundos partidários. Hoje mesmo, um dos jornais já demonstra como eles são usados.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – V. Ex.^a tem razão.

Creio que há uma preocupação com relação à lista justamente pela possibilidade de manipulação. Isto quer dizer que as direções partidárias, que atualmente têm um poder imenso com essa reforma, teriam esse poder aumentado.

Por outro lado, na questão do financiamento, se não houver um controle eficiente por parte da justiça

eleitoral, poder-se-á dar margem a que pessoas com poder econômico possam se valer do financiamento público e se utilizarem dos recursos. Aí então é que a competição ficará desigual.

Essas são advertências que V. Ex.^a faz e que, creio, devem ser levadas em consideração em uma hora em que se debate tudo isso já pela Câmara dos Deputados. Não acredito que isso venha a ser aprovado agora, mas significa que poderemos ser até surpreendidos. Diz-se que em ano eleitoral não se aprova, principalmente uma reforma política, mas não podemos deixar que isso ocorra sem que possamos fazer um debate aprofundado com relação à reforma, porque, senão, o tiro pode sair pela culatra e podemos produzir um filhote de reforma política que não atenderá às necessidades do nosso processo político.

Não estamos defendendo o **status quo**. Queremos que haja uma reformulação, mas que seja feita com muito cuidado, a fim de não produzir distorções, como disse V. Ex.^a. Estou defendendo, para ser muito claro, que o Senado Federal fique muito atento com relação a essa reforma desde o momento da sua tramitação na Câmara dos Deputados. Tenho o maior respeito pelo trabalho daquela Casa, mas não podemos ficar de braços cruzados, pois correremos o risco de receber, em determinados aspectos, um “presente de grego”, encontrando dificuldades de um diálogo com a Câmara dos Deputados. Uma reforma como essa só prevalecerá com um diálogo entre as duas Casas. A matéria jamais será aprovada, principalmente uma matéria como essa, se não obtiver o apoio nas duas Casas.

Portanto, nunca é tarde, principalmente se um jornal de tal importância dedica uma página da sua edição de domingo ao tema, e se a Câmara dos Deputados já se prepara para votar na quarta-feira o relatório do Deputado Ronaldo Caiado, do qual não temos conhecimento mas que deverá ser debatido de imediato.

Eram essas as palavras que eu queria deixar registradas, para cumprir o compromisso dos dez minutos. Ainda estou com o sinal verde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex.^a sempre tem o sinal verde desta Presidência, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Rodolpho Tourinho. V. Ex.^a dispõe de dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, tenho absoluta convicção de que poderei cumprir esse tempo. Mesmo porque venho tratando deste assunto desde que aqui cheguei; até antes, quando fiz parte do Governo anterior. Trata-se da questão do gás natural no Brasil, da questão da termoelectricidade, da necessidade de se construir um programa de termoelectricidade e de se fazer o gasoduto ligando o Nordeste ao Sudeste. Deixei praticamente tudo pronto quando ainda era Ministro. Essa era uma idéia que todo mundo aceitava, mas que não foi adiante. E não há nenhum plano específico da Petrobrás quanto a isso.

Ainda hoje, Senador Antonio Carlos Magalhães, a Petrobras tratou de todos os planos, de malha, de expansão, mas desse ela não trata. E mais: deixei um que era extremamente importante, não só para a Bahia, Senador Garibaldi, mas também para o Rio Grande do Norte, para Termoçu: as descobertas de gás na Baía de Camamu. Cerca de 70 quilômetros de gasoduto, obra absolutamente simples, problema ambiental restrito, custo inteiramente razoável, dentro do orçamento da Petrobras – claro, com as velhas restrições do Fundo Monetário –, mas teria que ser uma obra altamente prioritária. Deixei isso tudo pronto. Ao longo desses 11 meses como Senador, venho cobrando insistentemente essa questão, sobretudo por um ponto, também sempre tratado aqui pelo Senador José Jorge, de que não há nenhuma outra solução para a energia no Nordeste que não seja termoelectricidade a gás. Podemos pensar como fontes complementares a questão eólica e outras alternativas, mas o básico tem que ser a energia termoelétrica.

Quando Ministro, fiz também a linha de transmissão que já está sendo utilizada, que vai de Serra da Mesa para Governador Mangabeira, na Bahia. Foi mais uma interligação. Até fui criticado por isso. E se não fosse isso hoje, penso que estaríamos com problemas no Nordeste.

Na semana passada, fizemos, assinada por mim e pelo Senador Delcídio Amaral, que também conhece o problema do gás, uma audiência pública na Comissão de Infra-estrutura, em que trouxemos sete pessoas, dentre elas a Secretária de Energia e Gás, o Presidente da Abraget, o Presidente das companhias de gás, o Presidente do fórum de secretários de energia, enfim, toda forma de representatividade para discutirmos o problema.

E, naquele momento, expus que tinha feito um discurso aqui no dia anterior – 25 de novembro –, e a pergunta mais importante que nos ocorreu é se, nos

próximos meses, haverá necessidade de ampliar a geração térmica no Nordeste. E uma segunda pergunta: se for necessário, isso será possível? Isso foi colocado aqui no dia 25 de novembro, um dia antes da audiência pública que fizemos.

E, continuo, pelos dados que me foram possíveis levantar – uma vez que hoje não tenho acesso a todos –, ainda que não haja no momento necessidade impositiva de operação das térmicas do Nordeste, já existe solicitação de algumas delas para entrar em funcionamento. Quanto à segunda pergunta, se será possível, o quadro descrito indica que não há disponibilidade de gás, a curto prazo, para atender às necessidades das térmicas do Nordeste.

A Companhia de Distribuição de Gás da Bahia, a Bahiagás, está vendendo, há muito tempo – desde o começo do ano anuncio isso aqui –, 20% a menos daquilo que podia estar vendendo. É o mercado que deixamos de desenvolver. A Bahia começou por onde os outros Estados brasileiros não começaram, pelo uso do gás natural na indústria. E esse é um fator extremamente importante para o nosso desenvolvimento. Então, o que ocorrerá, neste momento, com toda essa luta realizada pela Bahia? Vamos ter que tirar gás do Pólo Petroquímico de Camaçari, paralisar operações ou tornar a operação do pólo mais cara, com uso alternativo de energia; parar a Fábrica de Fertilizantes – Fafen, a fábrica da Petrobras, porque o gás terá que ser utilizado na geração de energia; parar a Fábrica de Fertilizantes de Sergipe; parar o pólo siderúrgico da Bahia por falta de providências. É uma medida que deve ser tomada imediatamente. O pior é que se for iniciada hoje – e ainda não foi – ainda serão necessários dois anos para construir o gasoduto de Camamu a Salvador.

Isso foi colocado de forma muito clara. Dissemos que íamos fazer outra audiência pública, trazendo os responsáveis para responder algumas perguntas: por que até hoje não se tomou uma providência no Sudeste e no Nordeste, no gasene? Por que até hoje não foi construído o gasoduto de Camamu a Salvador? Como é que vamos atender à Termoçu, no Rio Grande do Norte? Como é que vamos atender à necessidade de geração futura de termoelectricidade no Nordeste?

O assunto que trago é de absoluta importância. Essas usinas serão utilizadas. Está na **Folha de SPaulo** de sábado: “Seca leva Governo a usar o seguro apagão”. Isso quer dizer que, em decorrência da seca no Nordeste, terão que ser utilizados recursos das termelétricas. A **Folha Dinheiro** também traz: “Falta de água no

Nordeste pode elevar conta de luz". E vai elevar; essa é outra coisa que vai elevar a conta de luz.

O importante é que neste momento não podemos, em hipótese alguma, adotar neste País um modelo que seja somente baseado em condições hidrológicas. Precisamos verificar o que está acontecendo no Nordeste; por que a necessidade do uso de energia? A quantidade de chuva, hoje, corresponde a 30% da média histórica. Vimos esse problema recentemente. Em 2001, da mesma forma. Nessa época do ano, o Sul deveria estar exportando energia para o Sudeste, mais ou menos 2.000 megawatts médio. Mas ocorre o contrário: o Sudeste é que está exportando para o Sul 2.600 megawatts. Da mesma forma, a maximização do intercâmbio do Sudeste para o Nordeste – que tivemos que fazer por falta d'água no Nordeste – está impactando os reservatórios do Sudeste em 0,7%. Há um desequilíbrio, entre o Sudeste e o Sul, de 2,6%. Os nossos reservatórios deixaram de ser plurianuais. Devemos partir para uma política dirigida para resolver a questão do preço do gás. Na Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães, o preço cobrado na chamada boca do poço é mais alto do que na Bolívia. E sempre falamos que o preço cobrado na Bolívia inviabilizava a geração termelétrica.

Sei que se trata de outro assunto. Mas são muitos os assuntos envolvidos nessa questão para serem tratados em dez minutos; é pouco tempo, Sr. Presidente. Mas vou cumpri-lo, deixando essa advertência ao País. Já vimos isso antes.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, mais uma vez, adverte em tempo a situação do País no que tange à energia. Certa feita, V. Ex^a advertiu também em tempo e foi até injustiçado. Hoje, V. Ex^a volta com os mesmos argumentos do passado, quando tinha absoluta razão e não foi ouvido, para que este Governo ouça e não aconteça o que aconteceu no passado. A advertência de V. Ex^a é importantíssima não apenas para a Bahia, mas para todo o Brasil. Daí por que quero me congratular com a sua coragem ao tratar desse assunto e tenho certeza de que o Presidente da Casa lhe dará o tempo do meu aparte.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O Senador Garibaldi Alves, entendendo, também pediu um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. Fazendo soar a campainha.) – Perdoe-me, Se-

nador Tourinho, a Mesa entendeu que V. Ex^a teria terminado seu pronunciamento.

Senador Garibaldi, sei que V. Ex^a será extremamente preciso.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Se- rei rápido, Sr. Presidente. Senador Tourinho, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e, ao mesmo tempo, manifestar a minha preocupação. V. Ex^a sabe muito bem que até a Termoação, citada no seu pronunciamento, que é a nossa termo do Rio Grande do Norte, teve suas obras iniciadas, paralisadas e ainda não retomadas. Quer dizer, está havendo alguma dificuldade, como V. Ex^a diz, no caso específico da Termoação, para os investidores assimilarem esse modelo. Tenho impressão de que passa por aí. V. Ex^a sabe que lá os grandes investidores são a Iberdrola, um grupo espanhol, e a própria Petrobras.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Existe efetivamente, e o primeiro problema é regulatório, porque os mesmos problemas que existiam há três ou quatro anos continuam existindo. Esperamos que até o final deste mês, segundo o anúncio da Ministra Dilma Rousseff, o novo modelo do Sistema Elétrico Brasileiro seja enviado.

Mas outro ponto, Senador Garibaldi Alves Filho, é o preço do gás. O gás foi tratado no País como **commodity** e o gás não é **commodity**, ele não pode ser tratado dessa forma. Petróleo sim. A forma de transportar o gás, tendo-se que resfriá-lo e depois outra vez ampliar o seu volume, é uma operação que custa muito caro. Se tivéssemos, evidentemente, essa reserva de gás que existe na fronteira com os Estados Unidos, seria uma **commodity**, mas aqui não é. Mas a Petrobras insiste em cobrar esse preço do gás, e é aquilo que mostrei ao Senador Antonio Carlos Magalhães: que se estava cobrando na Bahia, no poço, mais caro do que o gás da Bolívia. Não pode ocorrer uma coisa dessas.

É evidente que a questão do preço do gás foi o que emperrou o Programa Prioritário de Termelétrica- dade, e daí tivemos o problema do racionamento, no próprio entendimento da Ministra Dilma Rousseff. Se o Programa Prioritário de Termelétrica- dade tivesse andado e chegado no tempo certo não teria havido problema nenhum. O que ocorreu foi independência demais da Aneel e a questão do preço do gás, porque o preço pelo qual compramos o gás na Bolívia não é competitivo para a geração de energia. O que faz a Petrobras hoje? O nosso, que não tem nada de bolivi- ano, também segue o mesmo caminho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, pelo tempo que resta até o final da sessão, o nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o **Correio Braziliense**, em sua edição de segunda-feira, dia 24 de novembro, publicou entrevista da Secretária de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério de Integração Nacional, Dr^a Tânia Barcelar, que, ao comentar sobre a criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, declarou que “não haverá subsídio nem incentivo fiscal para o Centro-Oeste”. Na defesa de sua posição, argumentou a Secretária Barcelar que o Centro-Oeste é, no geral, uma região acima da média nacional, não concentra bolsões de pobreza e é, atualmente, do ponto de vista econômico, a região mais dinâmica do País.

No dia 26, quarta-feira, o mesmo jornal publicou entrevista do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, na qual ele nega a possibilidade de que a Região Centro-Oeste venha a ter subsídios concedidos pela União, argumentando que a Região precisa muito mais de obras de infra-estrutura e de políticas públicas que melhorem o seu acesso a crédito do que de incentivos fiscais para atrair o investimento privado.

Essa posição defendida pelo Ministério de Integração Nacional coloca uma pá de cal e sepulta a possibilidade de se criar o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, vinculado à Agência de Desenvolvimento, ora em fase de estudos. Ora, Srs. Senadores, criar a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste sem que a ela seja vinculada um fundo de desenvolvimento é inconcebível, uma vez que essa agência não terá mecanismos que atraiam investimentos privados nas quantidades necessárias para promover o crescimento da Região. Seria, sim, mais um órgão público apto a gerar planos, programas e projetos, sem que a ele fossem dados os meios de operacionalizá-los.

Poder-se-ia estar criando mais um órgão burocrático e decorativo que pouco contribuiria para o desenvolvimento da Região. Poder-se-ia até criar uma agência que fizesse acurados estudos da realidade regional, que formulasse interessantes políticas microrregionais, que tivesse até a capacidade de articular as ações programadas, mas, sem ter à sua disposição os meios de colocar em prática essas ações, tudo não passaria de imaginário. Certamente, seriam criados alguns cargos, loteados entre os integrantes da base de sustentação política do Governo; seriam

colocados à disposição outros muitos cargos comissionados de DAS; mas isso não impediria que essa agência passasse a ser mais um órgão no imenso cenário burocrático da nossa administração pública, pois não cumpriria a sua função. Como sabemos, as limitações orçamentárias da União e dos Estados não possibilitariam que fossem desenvolvidas nem implementadas as esperadas políticas oficiais de melhoria de acesso ao crédito e a obras de infra-estrutura necessárias para atrair investimentos privados, como esperamos do Ministério da Integração Nacional.

Veja, Sr. Presidente, quando comparados aos das demais Regiões do País, os recursos concedidos à Região Centro-Oeste pelo Governo Federal já são menores. Em 2001, por exemplo, do total de investimentos feitos no País o Governo aplicou cerca de 6,7% na Região Centro-Oeste e 68,3% nas Regiões Sudeste e Sul, exatamente as mais desenvolvidas. No Orçamento Geral da União para 2004, ainda em apreciação no Congresso Nacional, a Região Centro-Oeste ficará com apenas 5,2% dos R\$ 24,2 bilhões previstos para serem concedidos em incentivos fiscais; a Região Sudeste, a mais rica do País, ficará com 51,5% desses recursos. Mesmo nos empréstimos liberados pelo BNDES, a Região Centro-Oeste, no período de 1997 a 2001, apesar de necessitar de um aporte maior de recursos para financiar a industrialização de sua produção agrícola, recebeu apenas 6,7% dos recursos liberados por aquele banco. Já as Regiões Sul e Sudeste abocanharam juntas 78,3% dos R\$ 117,2 bilhões liberados. Mesmo as empresas estatais não têm dado prioridade ao investimento do Centro-Oeste, já que, neste ano, apenas foram aplicados naquela Região 2,5% do total aplicado em todo País.

Agora, na proposta de reforma tributária que está em tramitação no Congresso Nacional, prevê-se o fim dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados, sob argumento de eliminar a chamada guerra fiscal. Dessa maneira, os Estados não poderão mais conceder incentivos fiscais às empresas e, por outro lado, a União, segundo posição do Ministério da Integração Nacional, também não concederá esse benefício. Esgotar-se-á, portanto, qualquer possibilidade de se conceder incentivo fiscal, o que restringirá a capacidade de atrair investimento para a Região Centro-Oeste.

Então, de um momento para outro, se reverterá essa tendência de destinação de recursos, com novos investimentos em infra-estrutura e com crédito mais farto para a Região Centro-Oeste, que preconiza o Ministério da Integração Nacional?

Vejam, Srs. Senadores, o próprio Fundo Constitucional do Centro-Oeste já não dispõe de recurso para atender neste resto de ano a demanda ainda existente, e o Banco do Brasil, agente financeiro gestor daquele Fundo, suspendeu em abril o recebimento de proposta para este ano e nem sequer tem condições de contratar as propostas já aprovadas por absoluta falta de dinheiro.

Como pensar, então, em desenvolver a região com a simples criação de uma agência com papel limitado, funcionando, como anuncia o Ministério de Integração Nacional, apenas como articuladora e formuladora de políticas microrregionais?

Srs. Senadores, o argumento apresentado pelo Ministério da Integração Nacional de que a região Centro-Oeste não concentra grandes bolsões de pobreza e é atualmente a mais dinâmica do País, é altamente questionável. Não se pode analisar o crescimento da região nos últimos anos sob a ótica do desenvolvimento e do desempenho da agricultura e de alguns de seus segmentos produtivos. O próprio crescimento da agricultura na região Centro-Oeste, pelo modelo empresarial que adotou em grande escala e por ser altamente tecnificado, acabou gerando distorções que redundaram em desemprego no campo e em forte inchaço populacional nos centros urbanos, com todas as consequências conhecidas, como desemprego, violência, condições precárias de habitação, demanda por serviços sociais básicos, entre outros.

Além do mais, a região não é monolítica. Temos áreas desenvolvidas e dotadas de boa infra-estrutura, mas temos também áreas extremamente deprimidas. Nivelar um universo heterogêneo de um milhão e seiscentos mil quilômetros quadrados é, no mínimo, demonstrar desconhecimento da região. Não se pode avaliar uma região daquela sob a ótica ou sob a visão de Brasília, sobretudo do Plano Piloto.

Sr. Presidente, eu pergunto: qual é o empresário que vai optar por centrar seus investimentos em uma região distante, com uma rede viária das mais deterioradas do País, com crônicas carências de infra-estrutura, com mercado consumidor local limitado, distante dos grandes centros de consumo e de portos para exportação sem que a ele seja concedido algum subsídio ou dada alguma vantagem? Vamos nos lembrar de que necessitamos, naquela região, de investimentos que gerem emprego, que processem e industrializem os nossos produtos agropecuários; precisamos de indústrias e de empreendimentos que possam agregar valor à nossa produção regional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Frente Parlamentar do Centro-Oeste, a qual tenho a honra de presidir no Congresso Nacional, recebeu essas manifestações do Ministério da Integração Nacional com um misto de apreensão e de decepção. Até porque sempre ouvimos do Presidente Lula, na campanha e no começo do seu Governo, a promessa de que a agência de desenvolvimento do Centro-Oeste seria criada, sob o argumento de que a região precisa de um suporte para consolidar seu crescimento e de que o seu Governo não pouparia esforços para atender aos anseios dos Governadores do Brasil central e dos empresários que se aventurassem por lá.

Fizemos uma reunião com os Parlamentares membros da Frente Parlamentar do Centro-Oeste e, como seu presidente, preciso manifestar aqui a preocupação e o inconformismo desses Parlamentares diante dessa posição anunciada pelo Ministério da Integração Nacional e da proposta dessa presumida agência.

Pretendemos retornar às discussões sobre esse assunto em breve, e creio que seja oportuno que os Governadores dos Estados do Centro-Oeste também participem, para que, assim, possamos ter uma posição de consenso dos dirigentes e dos Parlamentares da região.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, por essas razões, penso que essa nossa posição deva ser mais bem analisada, mais bem discutida para que, pelo diálogo e pelo entendimento, possamos viabilizar um projeto para o desenvolvimento da região, um pleito que, de fato, seja eficaz e possa minimizar as grandes dificuldades que a região Centro-Oeste enfrenta, notadamente no que concerne à carência de investimentos geradores de emprego e renda e melhoria de infra-estrutura, bem como de apoio à produção e à população local.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Siqueira Campos e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, participei em São Paulo de uma solenidade para comemorar a edição, pela Casa da Moeda do Brasil, de uma **Medalha Come-**

morativa dos Sessenta Anos de Independência do Líbano, e da emissão, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de um **Selo Postal alusivo às Relações Diplomáticas e Culturais Brasil-Líbano**.

Foram dois eventos da maior relevância que serviram para reafirmar, ainda mais, os profundos laços de amizade que unem nossos dois países.

No pronunciamento que lá fiz, inicialmente, eu me referi à recente passagem do primeiro-ministro libanês, Rafik Hariri, pelo Brasil. Aqui ele nos fez um relato impressionante do processo de reerguimento do Líbano. Mostrou a imensa capacidade de recuperação do povo libanês, que, saído de uma terrível guerra civil, reconstruiu suas cidades, entre elas Beirut, conhecida como a Paris do Oriente.

Na sua passagem pelo Brasil, o primeiro-ministro libanês convidou os empresários brasileiros a investirem no seu país, porque existem lá, hoje, grandes possibilidades de negócios.

O primeiro-ministro nos falou do notável Fundo de Solidariedade que existe por lá e que permitiu a fantástica reconstrução daquele país, um fato que vem chamando a atenção do mundo inteiro.

O primeiro-ministro Hariri fez questão de nos lembrar que o imperador Dom Pedro II esteve no Líbano e que lá conclamou os libaneses a emigrarem para o Brasil. O convite do imperador brasileiro foi aceito por milhares de libaneses que vieram e aqui ficaram suas raízes.

Agora, com muitos anos de atraso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai viajar ao Líbano. Fico extremamente feliz com essa viagem, que será da maior importância para os dois países. Estou certo de que, depois dela, os empresários brasileiros vão investir maciçamente no Líbano.

Estamos, agora, acho eu, às vésperas de apertar ainda mais as já muito estreitas ligações entre os nossos dois povos.

De certa forma, a medalha e o selo que foram lançados pelos Correios e pela Casa da Moeda são mais um reconhecimento aos libaneses e a seus descendentes pela sua imensa contribuição que deram à formação da nossa pátria.

Nós, descendentes de libaneses, somos hoje milhões de cidadãos distribuídos por todos os Estados brasileiros, mesmo nas regiões mais remotas. Fala-se que somos entre seis e nove milhões, enquanto a população do Líbano é de três milhões e meio de habitantes.

Com muito trabalho e muita dedicação, nós também retribuímos a generosa acolhida que tivemos nesta terra maravilhosa.

Tenho certeza de que os descendentes de libaneses estão entre aqueles brasileiros que mais se empenham para que este país continue a ser um oásis de confraternização e de paz e de generosidade em um mundo em que os radicalismos se fazem cada vez mais fortes.

Nossos ancestrais chegaram aqui quando este era um país rural, com estradas precárias, comércio incipiente e modesta industrialização. Nossa primeira e grande contribuição foi no comércio.

Em seus burricos abarrotados de mercadorias, os mascates libaneses ajudaram a integrar este imenso país, porque iam atender o homem humilde no mais remoto interior.

Como registram os historiadores, os libaneses e seus descendentes foram os imigrantes que mais rapidamente se integraram à nova pátria. A primeira geração nascida na terra logo ganhou espaço na cultura, nas artes, nas profissões liberais, na política. A nossa integração foi imediata e perfeita.

É inegável que, entre as jovens nações, o Brasil ocupa um lugar de destaque porque foi aqui que o caldeamento das mais diversas etnias se deu num clima de perfeita harmonia.

Aqui não há intolerância étnica, política ou religiosa, como se vê nos mais diversos cantos do planeta. Este é, sem dúvida, o maior mérito do Brasil, a maior qualidade do seu povo.

Com o avanço dos meios de transporte, o mundo ficou bem menor. Hoje em dia é relativamente fácil e barato viajar para qualquer canto da terra. Mas quando vinham para o Brasil, nas primeiras décadas o início do século passado, os imigrantes tinham de enfrentar cerca de vinte dias no mar, em embarcações precárias.

Hoje, é possível falar por telefone com praticamente todos os lugares da Terra. Mas, há setenta ou oitenta anos, os imigrantes tinham de deixar para trás seus familiares, sonhando por anos e anos com um reencontro que muitas vezes jamais iria se realizar.

O objetivo da maioria dos imigrantes, ao deixar o Líbano, era voltar depois à terra natal. No entanto, a verdade é que bem poucos tornaram a cruzar o oceano na viagem de retorno. A imensa maioria ficou na nova terra e por aqui constituiu sua família.

Muitas vezes fugidos da intolerância religiosa, os libaneses encontraram aqui uma cultura centrada na cordialidade. Tentando achar uma vida melhor,

aqui puderam crescer junto com um país que avançava num ritmo vertiginoso.

Num artigo intitulado **Líbano: jovem país de 6.000 anos**, o escritor Mansour Challita diz “Nascido num território exíguo, mas animado das ambições mais vastas, o libanês sempre procurou estender as fronteiras da sua pátria aos confins da terra”.

A imigração libanesa para o Brasil, que começou de modo lento e gradual, nas últimas décadas do século dezenove, acelerou-se a partir de 1900. Em especial a partir de 1909, quando os otomanos passaram a recrutar para o serviço militar também os cidadãos católicos, fato que levou muitos libaneses maronitas à decisão de tentar a sorte na América.

É bem verdade que muitos desses imigrantes quase nada sabiam da nova terra. Muitos desconheciam a existência da América do Sul e da América do Norte. Conheciam apenas o Eldorado, a terra prometida pelos relatos românticos, onde correria leite e mel.

Sabe-se hoje que a grande maioria dos imigrantes não pensava em fixar-se na nova pátria. Queriam retornar ao Líbano. Mas sabe-se hoje também que muitos dos que regressaram ao Líbano acabaram por voltar ao Brasil.

Logo formou-se no Brasil uma imensa rede de relações familiares e interpessoais no interior da colônia libanesa, que estendia-se das principais capitais do país em direção ao interior.

Aquele que se radicava numa cidade maior logo colocava um parente ou um conterrâneo para trabalhar em cidades menores da vizinhança.

E assim os mascates foram seguindo pelas antigas estradas de mineradores e de tropeiros, como novos bandeirantes. Varavam as principais estradas do Brasil: Rio, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Nordeste, Centro-Oeste, Amazônia. Todo o Brasil foi minuciosamente esquadriado por eles.

E, assim, hoje podemos comemorar esta imigração vitoriosa.

Antes de encerrar este pronunciamento, eu gostaria de agradecer ao brilhante trabalho da senhora Lody Brais, que comandou a comissão que organizou, no Brasil, as comemorações dos sessenta anos de independência do Líbano. A senhora Lody Brais tem se destacado na comunidade líbano-brasileira como uma das pessoas mais empenhadas em aproximar as duas nações e seus povos. Dona Lody tem organizado quase todas as visitas das grandes perso-

nalidades libanesas ao Brasil, em que se destaca a vinda do ex-presidente Amin Gemayel, em 1997.

Por fim, quero desejar paz e prosperidade para o Líbano que soube se reerguer dos escombros de uma terrível guerra. Queremos desejar paz e prosperidade também para que o nosso Brasil possa vencer a injustiça social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: noticiário do jornal *Folha de Boa Vista* registrou que “as comunidades indígenas já podem decidir sobre a permanência de posseiros em áreas demarcadas e homologadas”.

Trata-se de autorização contida em sentença do Juiz Federal Helder Girão Barreto, proferida em processo de interesse das comunidades de São Jorge e do Barro, em que se discutiu a permanência de fazendeiro em área adquirida, no último mês de abril, na região do Surumu.

Vê-se, desse modo, reafirmado o conceito de emancipação, admitido pela Justiça Federal de nosso Estado, em junho último, no julgamento do pleito do índio wapixana Alfredo da Silva, em decisão inédita nos meios forenses brasileiros, que aqui comentamos naquela oportunidade.

Essa decisão não reconhece, ainda, a legitimidade e o interesse de a União, a Funai e o Ministério Público decidirem contrariamente ao acordo celebrado entre os próprios indígenas.

A legislação pátria, especialmente a contida na Constituição Federal, no Código Civil e no Estatuto do Índio, preconizam que o índio deve ter respeitadas a diversidade cultural e o direito à terra, que constituem a sustentação da identidade étnica do grupo.

Com personalidade jurídica desde o nascimento, ele possui plena capacidade de se tornar sujeito de direitos e obrigações, como os demais cidadãos do País.

A Carta Magna, em seu artigo 231, assegura aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Esses direitos prevalecem sobre a existência, ou não, da demarcação ou de qualquer outro reconhecimento formal de suas terras, por parte do Estado. São direitos originários, porquanto decorrentes da sua histórica conexão com os povos pré-colombianos.

As terras índias são as “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos

recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as voltadas para a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

O Professor Dalmo de Abreu Dallari, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), referindo-se aos direitos especiais inscritos na legislação indigenista, de modo particular “o direito às terras que habitam”, opina que eles “não beneficiam os índios integrados”.

“Comunidades indígenas, um vez declaradas emancipadas, e índios, da mesma forma liberados do regime tutelar, não mais desfrutam daqueles direitos.”

Aplicam-se ao índio os preceitos constitucionais relacionados à nacionalidade e à cidadania, observando-se “a situação especial em que se encontra, quanto ao exercício dos direitos civis e políticos”.

Com personalidade jurídica desde o seu nascimento, como pessoa natural ou física, “tem plena capacidade de tornar-se sujeito de direitos e obrigações”, como todos os cidadãos do País.

Quanto ao fato de estar isolado, em vias de integração ou integrado, “os dois primeiros ficam sujeitos a regime tutelar”, enquanto os últimos têm pleno exercício dos direitos civis.

Daí, concluir-se que “os estados de integrado e não-integrado têm o efeito ou facultar os deixar de facultar autonomia para a ação na ordem civil”. O estado de integrado, compondo-se de atributos pessoais, é irrenunciável, inalienável, imprescritível, insuscetível de transação e indivisível.

Dessa forma, a decisão definitiva quanto à conveniência de se liberar da tutela e passar ao estado de integrado só pode partir da pessoa do índio, enquanto sujeito de futuros direitos e deveres.

Deve-se entender que o objetivo fundamental da tutela “é proteger os interesses do tutelado e não mediar entre eles e interesses mais poderosos, em benefício desses últimos”.

Portanto, a tutela “não deve ser pensada nem como sanção, nem como discriminação, mas como uma proteção adicional aos indígenas”, sujeitos, particularmente, a serem lesados.

O mencionado Juiz Federal recorreu à autonomia dos povos indígenas no uso de sua terra, por imposição da Constituição de 1988, para justificar a homologação do acordo.

No processo, a comunidade de São Jorge aceitava a presença do fazendeiro na área, enquanto as lideranças da comunidade do Barro exigiam sua pronta retirada do local.

Na audiência inicial, não houve acordo entre as partes interessadas. Na realizada no dia 28 do mês passado, as duas comunidades decidiram, consensualmente, que o posseiro deixará a área, tão logo ressarcido pelas benfeitorias realizadas no imóvel.

Manteve-se, portanto, a determinação judicial de não se fazer qualquer movimento na área, capaz de dar prejuízo ou intranquilizar o posseiro.

Deduz-se, daí, uma ampliação do conceito de emancipação indígena, antes evidenciado no caso Alfredo da Silva. O atual acordo entre as chefias indígenas cria a perspectiva de que outros aconteçam, uma vez que as opiniões das comunidades são divergentes.

O importante, no entanto, é que aquelas lideranças criaram condições para a reafirmação dos seus direitos, constitucionalmente consagrados.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, transcorreu, no dia 27 de novembro, a comemoração do Dia Nacional de Combate ao Câncer. Essa efeméride foi criada, em 1988, pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de despertar a consciência da população para a importância da luta contra a doença.

Infelizmente ela vem antecedida, há pouco, de violenta crise de gestão no Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro, que chegou a afetar a credibilidade do Governo federal na área da saúde. É uma pena que órgão de excelência e de referência no País e no estrangeiro tenha que passar por dissabores semelhantes. Esperemos que a experiência sirva de lição e que novo modo de gerir órgãos sensíveis como o INCA seja implantado, em benefício da nossa gente.

De fato, Sr. Presidente, uma das mais graves e prolongadas lutas que a humanidade enfrenta em sua história tem sido o combate ao câncer em todas as suas formas. Tem sido um permanente desafio à capacidade criadora do homem para decifrar o código das inúmeras variantes do câncer e para estabelecer tratamentos eficazes de cura. Assim como tem sido uma permanente confrontação com a dor da perda de lutas pessoais e coletivas contra a rudeza da morte pela ação de uma das mais cruéis mazelas com que o homem tem de se defrontar.

Sr. Presidente, o Dia de Combate ao Câncer é uma data-marco para que todos nos lembremos da importância que há em se juntar esforços para a defesa da saúde da humanidade.

A campanha deste ano tem como tema “Conhecer para prevenir”. O objetivo é alertar o público sobre a importância da informação para a prevenção e a detecção precoce da doença. A população receberá informações sobre fatores de risco, mentiras e verdades sobre o câncer e dicas para se proteger. Independentemente de conotações partidárias, a luta contra o câncer é uma luta de todos os brasileiros. Por isso, todas as ações nesse sentido serão, sempre, elogiáveis e elogiadas, mesmo por nós, de um partido de oposição ao atual governo. Fazemos oposição ao governo; não ao Brasil e aos brasileiros.

Na verdade, quando falamos câncer, estamos falando de um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado, maligno, de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se para outras regiões do corpo, no processo que chamamos de metástase.

Dividindo-se rapidamente, essas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores (acúmulo de células cancerosas) ou neoplasias malignas. Por outro lado, um tumor benigno significa simplesmente uma massa localizada de células que se multiplicam vagarosamente e se assemelham ao seu tecido original, raramente constituindo um risco de vida.

Hoje, com os novos conhecimentos e recursos da medicina, muitos tipos de câncer podem ser prevenidos. Em particular, os cânceres causados pelo tabagismo e pelo uso de bebida alcoólica podem ser prevenidos em sua totalidade. Mesmo assim, a Organização Mundial de Saúde atesta que o tabaco vem causando cerca de cinco milhões de mortes anuais, o que é muito e desnecessário.

Muitos cânceres que estão relacionados à dieta também podem ser prevenidos. Evidências científicas sugerem que cerca de um terço das mortes por câncer estão relacionadas a neoplasias malignas causadas por fatores dietéticos. Além disso, muitos cânceres de pele podem ser prevenidos pela proteção contra os raios solares. Exames específicos, conduzidos regularmente por profissionais da saúde podem detectar o câncer de mama, cólon, reto, colo de útero, próstata, testículo, língua, boca e pele em estádios iniciais, quando o tratamento é mais facilmente bem-sucedido. Auto-exames de mama e de pele podem, também, resultar no diagnóstico precoce dos tumores correspondentes.

Recentemente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem-se observado importantes progressos na prevenção, diagnóstico e terapêutica do câncer. Os efeitos da prevenção primária, como a redução da prevalên-

cia do tabagismo, já podem ser observados na população masculina norte-americana, enquanto no Brasil os esforços são contínuos para aumentar a adesão aos programas de controle do tabagismo. As novas estratégias que ajudam os fumantes a abandonar o cigarro, como o uso dos adesivos de reposição de nicotina e as terapias de apoio psicológico, já vêm apontando para resultados favoráveis em diferentes estudos científicos. O redirecionamento dos padrões dietéticos vem, também, ganhando adesão crescente em nosso País.

Há, pois, enormes progressos alcançados na prevenção, no diagnóstico e no tratamento dos cânceres, além de precauções ao alcance de todos, mediante informação adequada. Espero que o dia 27 de novembro (Data de combate ao Câncer) seja um dia de conscientização para a luta contra o câncer. E seja, ainda, o dia da retomada do apoio ao Instituto Nacional do Câncer como órgão de referência oncológica no Brasil, País tão carente de apoio às instituições sérias de preservação da saúde pública.

Auguro, ainda, que mais e mais brasileiras e brasileiros se conscientizem da necessidade de exames periódicos de detecção de doenças como o câncer, como forma de prevenir antes da necessidade de ter que tratar o mal já instalado. Num país cheio de carências como o nosso, a prevenção sempre será socialmente mais eficaz e economicamente mais barata.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desenvolvimento científico e tecnológico tem proporcionado à humanidade um nível de qualidade de vida jamais imaginado pelos nossos ancestrais, e não me refiro aqui aos mais remotos. Para a geração que nasceu no final do século XIX, era verdadeiramente inconcebível experimentar o que a contemporaneidade coloca à disposição de milhões de pessoas, mesmo para aquelas que ainda remanesçam à margem do sistema econômico, na pobreza.

Mas é claro que o progresso, ao lado de todos os benefícios que enseja, gera, em larga medida, uma série de efeitos colaterais geralmente nefastos para o homem. Assim, a prevalência do sedentarismo – com origens que remontam aos primórdios da agricultura – é uma realidade quase inescapável em nosso cotidiano. No caso, basta lembrar, a título de exemplo, o prosaico controle remoto, cuja ubiquidade alcançou o universo dos eletro-eletrônicos, do televisor ao ar-condicionado, e que, conjugado a dietas hi-

percalóricas de duvidoso valor nutritivo, gera um problema – fantasma que ronda especialmente os severos critérios da estética feminina, mas que ultrapassa a vaidade e transforma-se em séria questão de saúde pública, em escala global: a obesidade.

No mundo atual, a formidável oferta alimentar – do salgadinho transgênico à alta gastronomia – conspira para transformar os humanos em preguiçosos obesos enfermiços, já que as mais graves conseqüências da obesidade não são, evidentemente, estéticas, mas afetam diretamente a higidez orgânica e a qualidade de vida dos pacientes, ensejando um círculo vicioso terrível, porque virtualmente insuperável.

Dados recentes da Organização Mundial de Saúde apontam para um número extremamente alto de obesos no planeta, contabilizando cerca de 1,4 bilhão de pessoas, ou seja, perto de 25 por cento da humanidade estariam, no momento, padecendo desse problema. No Brasil, números fornecidos pelo IBGE indicam que um terço da população encontra-se acima do peso ideal, o que significa dizer que quase 60 milhões de brasileiros, em menor ou maior escala, agrirem a balança, como se diz popularmente.

Na experiência brasileira, o paradoxal é que, ao tempo em que o governo federal se vê obrigado a criar um programa como o *Fome Zero*, para buscar a superação do quadro de penúria que aflige milhões de brasileiros que não têm o que comer, identificamos um contingente nada desprezível de cidadãos que vivem o problema exatamente oposto: comem mal e em excesso.

Mas, enfim, Sr. Presidente, faço esta breve intervenção como mais um alerta às autoridades e à própria sociedade brasileira, no sentido de estabelecermos políticas públicas consistentes e articuladas, condizentes com os desafios atuais. E, nesse sentido, devo registrar que, demandado pela Câmara Municipal de Uberaba, encaminhei solicitação ao Ministro da Saúde, Humberto Costa, para a inclusão da cirurgia bariátrica, em pacientes portadores de obesidade mórbida, entre os serviços prestados pelo SUS – Sistema Único de Saúde.

No intuito de incrementar as melhores práticas preventivas, poupando recursos e sofrimento humano corretivos, encareci também ao titular da Saúde que intensifique, nos meios de comunicação social, campanhas sobre a importância do desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. É mais uma maneira de prevenir doenças que, muitas vezes, como é o caso da obesidade mórbida, podem ser fatais.

Em resposta à minha solicitação, o Ministério da Saúde esclareceu que a gastroplastia já foi incluída

no elenco de procedimentos estratégicos do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, sendo custeado com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação, o que desonera, diretamente, o paciente, os Estados e os Municípios, isto é, deixa de pesar sobre o teto financeiro em gestão plena.

Uma informação relevante do Ministério da Saúde, e que deve ser amplamente disseminada, é a de que os hospitais de todo o País podem postular credenciamento como Centro de Referência em Cirurgia Bariátrica, mediante cadastro e atendimento a uma série de etapas técnicas, que assegurem a viabilidade do pleito.

Era o registro que tinha a fazer no dia hoje.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 74, de 2003 (nº 41/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.710, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá, favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1 a 24-CCJ, que apresenta; com votos contrários dos Senadores Eduardo Azeredo e José Jorge, e contrários, em separado, do Senador Tasso Jereissati e dos Senadores Rodolpho Tourinho, José Agripino, Efraim Moraes, Jorge Bornhausen, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Marco Maciel, Paulo Octávio e da Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Está encerrada a Sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.*)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 129 , DE 2003

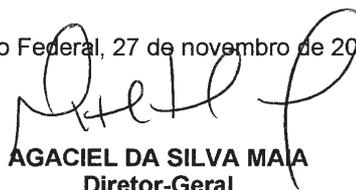
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 76, de 2003, do Diretor-Geral do Senado Federal, com vistas a implementar os trabalhos de gestão informática gráfica, otimizar e unificar as decisões técnicas e administrativas no âmbito da Secretaria Especial de Informática – Prodasen e Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP.

II - Esta Portaria, de caráter improrrogável, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro.

Senado Federal, 27 de novembro de 2003.



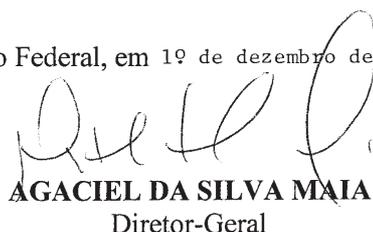
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5264 , DE 2003

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016685/03-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ÁLVARO CELESTE BARBOSA CARDOSO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 5265 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 019630/03-4,

RESOLVE dispensar a servidora **MARCIA LEMES DA SILVA FARIA**, matrícula 5052, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Flávio Arns, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, a partir de 12 de novembro de 2003.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

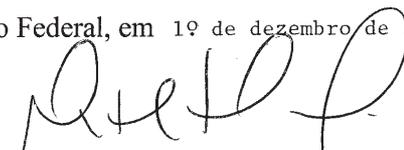
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 5266 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **020488/03-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VALDENIR ASSIS DE ANDRADE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2003.



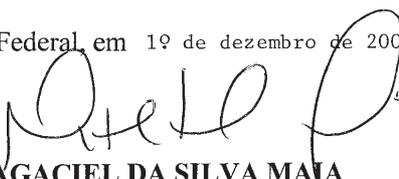
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5267 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 020430/03-5,

R E S O L V E exonerar **EDUARDO LADEIRA MOTA**, matrícula n.º 33491, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador Arthur Virgílio e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o mesmo cargo, em comissão, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003.



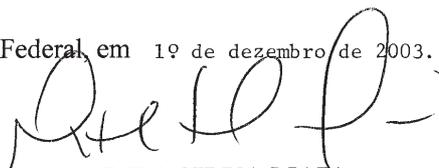
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5268 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 020464/03-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **MABILI JUNG FRIGI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003.



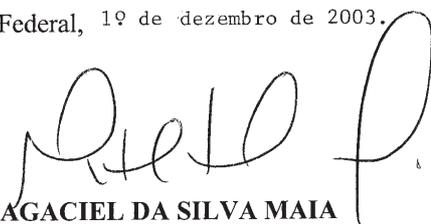
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5269 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 019939/03-5,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA EDITH LICASSALI MARIZ, matrícula 2465, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Lúcia Vania, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Teotonio Vilela Filho, a partir de 18 de novembro de 2003.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5270 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e Ato n.º 108, de 2003, e tendo em vista o constante no Processo n.º 020289/03-0,

RESOLVE dispensar a servidora MARIÂNGELA GONÇALVES CASCÃO, matrícula 3813, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Efraim Morais, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança da Minoria, a partir de 24 de outubro de 2003.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5271 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 020287/03-8,

RESOLVE dispensar o servidor LUIS DO NASCIMENTO FILHO, matrícula 4577, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Arquivo, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 25 de novembro de 2003.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 5272 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e Ato n.º 108, de 2003, e tendo em vista o constante no Processo n.º 020290/03-9,

RESOLVE dispensar o servidor ANTÔNIO CLADINO DE LIMA, matrícula 4610, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Efraim Morais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do mesmo Órgão, a partir de 24 de outubro de 2003.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2003.



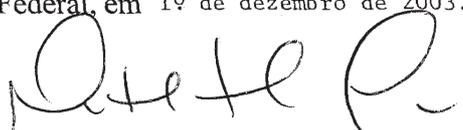
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 5273, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 020463/03-0,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DIONY MARIA OLIVEIRA SOARES**, matrícula n.º 34459, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003.



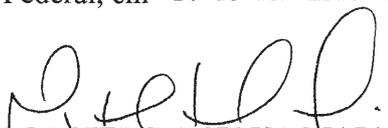
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 5274, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 020496/03-6,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **IZABELLE TORRES AZEVEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 1º de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 5275 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **020557/03-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PETRONILO LOPES RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

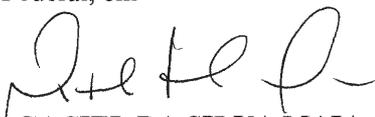
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 5276 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **020558/03-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HANAIRTON CAVALCANTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 5277, DE 2003

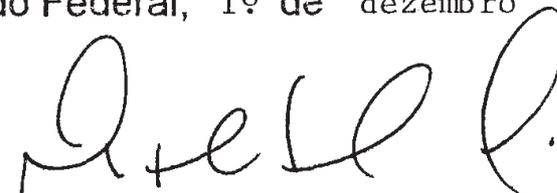
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SINAIDE NASCIMENTO DA SILVA SANTOS, matrícula nº 4705 e, CLÁUDIA COIMBRA DINIZ DOBBIN, matrícula nº 4876, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 012834/03-3 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	João Tenório
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
	PIAUI		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)

Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Shhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscmccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. (vago) 5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: (JOÃO ALBERTO SOUZA) ¹³

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ^{7 e 14}	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 12.11.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleito na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** que renunciou ao cargo em 25.09.2003

¹⁴ Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicação lida na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 14.10.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

- ⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.
- ⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).
- ⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).
- ⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.
- ⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
- ⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
- ⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.
- ⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.
- ⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.
- ⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.
- ⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154
cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 134 PÁGINAS